

REVISTA
— DO —
INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO
— DO —
RIO GRANDE DO NORTE
FUNDADO A 29 DE MARÇO DE 1902
VOLS. XLV-XLVII DE 1948 A 1950

Nestor Lima, responsavel

Des. Antonio Soares

Dr. Lula da Camara Cascudo



TIP. GALHARDO
NATAL
1950

INSTITUTO HISTORICO E GEORAFICO

DIRETORIA E COMISSÕES PERMANENTES PARA O
BIENIO 1949-1951:

Presidente: Nestor dos Santos Lima.

1º e 2º Vice-presidentes: Des. Luis Tavares de Lira e Antonio
Soares de Araujo.

1º e 2º Secretario: Des. Silvino Bezerra e Vicente de Lemos Filho.

Suplente de 2º secretario: Otacilio Cavalcanti.

Orador: Dr. Luis da Camara Cascudo.

Adjunto: Vago.

Tesoureiro: Dr. M. Varela Santiago.

Adjunto: Manoel Rodrigues de Melo.

Diretor da Biblioteca, Arquivo e Museu: Des. Felipe Guerra.

Adjunto: Dr. Matias Maciel Filho.

Comissão de Fazenda e Orçamento: Des. Horacio Barreto, Drs.
Aldo Fernandes e Anfiloquio Camara.

Comissão de Estatutos e Redação da Revista: Nestor Lima, Des.
Antonio Soares e Dr. Camara Cascudo.

Sobre a Fortaleza

dos Reis Magos

*Palestra realizada no Seminário de
São Pedro, a 10 de Novembro 1946.*

*Revdmos. Srs. Conego Reitor e professores:
Jovens Seminaristas de São Pedro:*

I — Conheceis, porventura, o episodio de Amanayára, ou do «senhor da Chuva»?

Sabeis, por acaso, que foi assim denominado um vosso irmão de habito regular, que era o jesuita Francisco Pinto, um dos bravos colonisadores da nossa longinqua Capitania?

Pois bem, conta Candido Mendes, nas suas «Memorias», (2º vol. pag. XIV e 456) que o celebre padre Antonio Vieira narra que, certa vês, o Padre Francisco Pinto fôra em missão aos sertões da nossa Capitania, encontrou-os em plena estiagem, ou em terrivel seca, «a ponto de morrerem de sêde, em uns desertos, sendo as maiores calmas do estio». Assim, a uma breve oração, que o missionario ergueu ao céu, joelhos em terra, sob sol abrazador, formou-se de repente grande chuva e tão abundante, que alagou todos os logares mais baixos das campinas, que eram muito dilatadas, havendo então, em todas elas, agua para todos.

Desse milagre meteorologico, adveiu ao Padre Pinto, o apelido de «Amanayára», ou «senhor da Chuva».

Eu tambem desejaría merecer do Céu essa estupenda virtude de aplacar a sequidão da minha pobre mente e poder derramar sobre as vossas cabeças e vossas inteligencias uma torrente de saber e um diluvio de conhecimentos, tão copiosos e abundantes, como aquella chuva providencial do Amanayára, que serenou, por muitos dias, o rigor da estiagem, para que vos fornecesse as mais belas e mais seguras informações acerca do assunto que me deu o vosso illustre Reitor.

II — Falar sobre a Fortalêsa dos Reis Magos é tarefa de tão alta relevancia que parece afoitêsa senão temeridade a minha tentativa de esboçar-vos os traços geraes da existencia do glorioso bastião da nossa gléba.

Ha 37 anos, no dia de Natal, ainda mal saído da Academia do Recife, eu tive a ousadía de falar á gente da minha terra sobre a «Matriz de Natal». palido escorço historico, que me levou a empreender o saudoso historiografo, que era o desembargador Vicente de Lemos, *alma parens* do Instituto Historico, onde ingressei naquela data, com o titulo desse trabalho, que foi considerado «valioso e limpo» para a minha admissão no velho sodalicio, ora sob a minha presidencia, desde 1927.

Todos sabemos que as terras que hoje constituem o Estado do Rio Grande do Norte, por força da divisão do Brasil, em doze capitánias hereditarias, couberam a João de Barros e a Aires da Cunha, tendo fracassado a empresa da conquista, que o primeiro armára com Fernão de Ataíde, por naufragio na costa do Maranhão.

Volvendo ao poder real a concessão, ao reguengo, como se dizia outrora, a terra que começava

da Baía da Traição até á Fós do Rio Jaguaribe, ficou abandonada por muitos anos.

Então, ocorreu a invasão sorradeira dos francezes pela costa do Rio Grande, e ai, penetrando em largas estradas até fixar-se em varios pontos, como na Lagoa do Guajerú, hoje Estremôs, onde ainda existe a «ponta francesa».

Mas, não só traficavam com madeiras, mas, tambem pirateavam os ditos francezes nas costas do norte, depredando e roubando os navios que por ali pervagavam.

Informa Frei Vicente do Salvador, «Historia do Brasil», obra escrita em 1627 e publicada sob as vistas e as anotações do erudito Capistrano de Abreu, antes da expedição real aportar ao Rio Grande, já havia as assuadas dos francezes e petiguaes, «que eram infinitos», sob o mando do capitão Rifot, ou melhor Jacques Riffault, de quem vem *Refoles*, ou Nau do Refoles, para impedir a ação do capitão-mór da Paraiba, Feliciano Coelho de Carvalho, no sentido de repeli-los e de apossar-se, por ordem d'El Rei, das terras do Rio Grande.

É quando se aprestaram em Recife as náus lusitanas, ao mando do capitão-mór Manoel Mascarenhas Homem, «para atalhar a tão grandes males», com a colaboração do já mencionado capitão-mór da Paraiba, aquelas compostas de seis navios e cinco caravelões, em que se embarcaram Francisco de Barros Rego, almirante Antonio da Costa Valente, João Paes Barreto, Francisco Camelo, Pedro Lopes Camelo e Manoel da Costa Calheiros. Por terra, vinham o capitão-mór Mascarenhas Homem, e «treis companhias de gente de pé», sob as ordens de Jeronimo de Albuquerque, Jorge de Albuquerque, seu irmão, Antonio Leitão Mirim e uma companhia de cavalaria, guiada por Manoel Leitão, que, juntos ás forças de Feliciano, formariam o grosso da expedição colonizadora.

Mascarenhas embarcou na esquadra e mandou por terra as tropas com Feliciano.

Vinham também a bordo da armada os padres Gaspar de Sampéres, da Companhia de Jesus, arquiteto e engenheiro, padre Gaspar de Lemos, também Jesuíta, e frei Bernardino das Neves, «mui perito na lingua brasilica e muito respeitado dos petiguaes», relata Frei Vicente (pag. 360.)

Todo o objetivo da expedição era reconquistar a terra da antiga donataria de João Barros, e dela expulsar os francezes, fundando, ademais, uma fortaleza e uma povoação, como constava da carta regia dirigida ao capitão general de Pernambuco.

A parte das tropas de pé sofreu graves contratempos: variola, febres, lutas com os indios e outros, que lhe retardaram o passo, menos a Jeronimo que, num caravelão, encorporou-se á armada real.

A esquadra de Mascarenhas, que levantára ferro de Cabedelo, a 17 de dezembro de 1597, conseguiu chegar á fós do Rio, nos ultimos dias daquele mês e ano, mandando logo explora-lo por dois caravelões.

Aqui, existe hoje a duvida suscitada pelas recentes afirmações do Padre Serafim Leite, na «Historia da Companhia de Jesus no Brasil», segundo as quaes a esquadra avistou a barra no dia 25 dezembro, dia de Natal, razão por que ficou assim denominada a povoação, ou cidade, a ser fundada.

Outros historiadores afirmam que a razão desse topónimo foi a demarcação do sitio da Cidade a 25 dezembro 1599, por Jeronimo de Albuquerque, já capitão-mór da Fortaleza, e após a pacificação dos indios.

Como quer que seja, a esquadra chegou e tratou logo, ás ordens de El Rei, de começar a Fortaleza, para o que viêra a bordo o arquiteto Sampéres. Entrincheirados em varas de mangue, como de-

fêsa contra o gentío, iniciaram os trabalhos, no mesmo local, onde hoje se encontra o velho baluarte.

Mas, os indigenas não se amedrontaram com a soldadesca e cercando a palissada de mangue, começaram a inquietar os invasores, frechando-os e pelourando-os, por modos os mais traiçoeiros, a ponto de dificultarem e embaraçarem o andamento dos trabalhos da construção. Esta prosseguia.

Deu-se a cilada de Surupiba, chefe indio, que, numa jangada de juncos, desceu o rio e aproximou-se dos portugueses com boas falas de paz e de concordia. Prenderam-no, porém, e o puzeram a ferros, com o que mais arrogante se mostrava o caboclo. Mas, á intervenção de Frei Bernardino, foi posto em liberdade Surupiba, que levou a incumbencia de trazer ao convivio dos brancos os seus irmãos da selva.

Qual paz, qual nada! Surupiba instigou os indios á reação e, daí o episodio de Bento da Rocha, que foi atacado com os seus homens numa sortida que fizera para cortar mangues, e teria sido totalmente aniquilado, si não fôra a feliz e oportuna intervenção do capitão Mascarenhas, que, do forte, em construção, mandou gente em socorro. Repetiam-se diariamente «as traições e enganos» dos indios.

Era triste e difficil a situação dos expedicionarios de El-Rei, que nem agua podiam obter, nas cercanias do forte em construção, porque os indios lh'o obstavam.

Veio o socorro de Francisco Dias de Paiva, em uma urca chegada do reino, com artilharia e munições, e que muito ajudaram os sitiados, trazendo-lhes mais a esperança da vinda proxima de Feliciano Coelho, com sua gente, já restabelecida, o qual partiu afinal a 30 de março de 1598, chegando dias depois ao pé do Forte em construção, só encontrando pelos caminhos aldeias saqueadas e destroços horriveis da passagem dos indigenas. Feitas

as visitas protocolares, os dois chefes combinaram no modo de proseguir as obras já adeantadas, trabalhando cada um com seus homens, ora na obra, ora na defêsa.

Assim, se cumpriu, até que ficou pronto o trabalho, que fora iniciado a 6 de janeiro de 1598 e viêra a terminar no dia de São João Batista, era de 1598, diz Frei Vicente do Salvador.

Deu-se a investidura de Jeronimo de Albuquerque, filho do outro de igual nome, chamado o Torto e da india Arcoverde, como capitão-mór do Forte e da Capitania, retirando-se a 25 de junho, para seus postos os dois capitães e a sua gente, que, por sinal, pernottaram, na aldeia do Camarão, á margem esquerda do Rio, onde é hoje o povoado de Igapó, ou Aldeia Velha, assinalado no mapa de 1612, que ilustra o «livro que dá Rezão de Estado do Brasil».

Mas, não cessaram as lutas entre lusos e índios.

Tavíra, o grande heróe tabajara, aparece num arremesso admiravel, quando foi mandado observar os índios e os achou intrincheirados «numa forte cerca», acometeu-os, nomeou-se e abateu-os inexoravelmente, até que se lhe quebrou a espada e ficou tão só com a rodéla.

III — Jeronimo de Albuquerque, sob o conselho do padre Sampéres, projetou pás com o gentío.

Chamou um dos seus aliados, Ilha Grande, ou Ipanguassú, e cometeu-lhe a tarefa de reduzir os indígenas á pás com os portugueses.

«Feiticeiro e principal», Ilha Grande desempenhou galhardamente a sua missão pacificadora e conseguiu a conciliação desejada, que, por sinal, foi solenemente ratificada na Paraíba, a 11 de junho de 1599, com a presença de Mascarenhas e de Alexandre de Moura, que lhe haveria de suceder em Pernambuco, Feliciano Coelho, o ouvidor geral Braz de Almeida e frei Bernardino das Neves, que foi o in-

terprete da cerimonia, porque, como adeanta Frei Salvador, «não o larga nunca o capitão-mór».

Ora, conseguidas as pases com o gentío, seguiu-se a éra da colonização, fundando-se a seguir a povoação, ou a cidade dos Reis, parece que um burgo ao pé da Fortalêsa, onde ficavam as familias dos soldados, que guarneciam o mesmo forte.

Depois, surgiu a Cidade do Natal, formalmente fundada por Jeronimo de Albuquerque, que lhe demarcou o sitio urbano, assentando, como já demonstrei, ha anos, as duas cruzes, que delimitaram, ao pé do «chão elevado e firme», onde fincou a cidade, uma das quaes é a Santa Cruz da Bica, objecto da veneração popular. A outra ficava mais ou menos, no logar onde está o edificio da Assembleia Legislativa, occupado pelo Tribunal de Apelação, e deu o nome á ladeira e rua da Cruz, que, daquele ponto, se bifurca em direção á praça André de Albuquerque.

No ambito da Cidade, inicialmente reduzida, pois, media pouco mais de uma milha de extensão norte-sul, foi logo, chantada a Capela, que, desde os seus primordios, foi dedicada a N. S. da Apresentação, ali venerada num quadro que se ostentava e depois, pintada no fôrro da outra capela, que substituiu, após a expulsão dos holandeses a primitiva, que eles queimaram e destruíram, em 1654.

A Casa do Governo, em frente á Capela, e as casas da guarda e dos officiaes e soldados, se foram desdobrando, dia por dia, até formar-se a cidade clara, linda e fresca, que, nestes dias de verão, encanta a nossa sensibilidade.

IV — Volvamos, porém, á fortalêsa, para descrever-lhe a odisséia da invasão pelos holandeses, em 1633.

Estava ela sob o comando do capitão-mór Pero Mendez de Gouveia, quando foi assaltada pela esqua-

dra de Van Ceulen, que partira de Recife, a 5 de dezembro daquele ano.

É verdade que, mais de uma vês, anteriormente, os batavos tentaram apossar-se da Capitania, apesar do que diria mais tarde o historiador Frei Vicente, de «que era o territorio peor do Brasil».

O certo é que a cidade fora visitada por Adriano Verdonk, a serviço dos holandeses, e este informára que ela constava de 35 a 40 casas de moradores e a população branca constava de 120 a 130 homens, na maioria, «lavradores ignorantes e grosseiros». (Alfredo Carvalho, «Holandeses no Rio Grande do Norte», *Rev. Instituto*, ano IV, vol. IV, pag. 12).

A 19 de julho de 1625, o capitão holandês Uzeel, com o seu destacamento, desembarcava na Baía da Traição, para tentar a posse do Rio Grande. Saiu-se mal.

Mais tarde, a 2 de outubro de 1631, um certo indio Marciliano, ou Marcial, natural de Pepetama, no Rio Grande, instigou os holandeses a virem conquistar o territorio, onde encontrariam amigos e vassallos. Ele era da nação janduy e seu chefe era o Jandoví e Oquenossú.

Resolvido o golpe, saiu a expedição de Recife, a 13 de outubro, com um hiate e uma chalupa, que navegaram até a baía de Traição e depois, em direção ao Norte, andaram pelo canal de São Roque e desembarcaram em Ubranduba. Comandava-os o almirante Smient. Feita a incursão, nada lhes adiantou a emprêsa, além do saque e morte de João Pereira, que conduzia gentios, com dezeseite mulheres e crianças. Velejaram para o norte em busca do Ceará.

A segunda expedição sob o comando de Matias Van Ceulen, segundo o relato do seu «Diario», foi mais feliz, porque, a partir de 5 de dezembro daquele ano (1633), tudo está minuciosamente detalhado no trabalho de Alfredo de Carvalho, já citado.

As náus da expedição tinham nomes curiosos: Navio Overyssel, o Morcego, a Cotovia, o Gavião, a Raposa, Pegassus, Ceulen e outros, denotavam os sentimentos dos invasores, que chegaram ás portas do Rio Grande, no dia 8 de dezembro, quando se deu o primeiro choque de artilharia da terra contra as náus invasoras.

À tarde, chegavam á aldeia de Natal as tropas que haviam descido em Ponta-negra, e depois de feito o desembarque das tropas e do material, morteiros, granadas e outros, começou o assédio ao forte; no dia 11, o tenente coronel Bimae dirigiu a proposta de rendição ao capitão-mór Pero Mendez de Gouveia, para a entrega do Forte. Este respondeu, na carta celebre, em que repeliu a proposta, declarando «que só entregaria aquela praça á S. M. Catolica, ou a alguém de sua ordem».

No dia 12, porém, a traição de Sebastião Píneiro Coelho arvorava a bandeira branca, nas ameias do Forte e redigia a declaração de rendição, porque «o comandante jazia gravemente ferido». Foi-lhes permitido saírem do Forte o capitão-mór, Mendez de Gouveia, o provedor da Fazenda Real Pero Vaz Pinto, Manoel Pita Ortigueira e outros, mas, ficando retida a Bandeira.

Sabe-se, porém, que a chave do Forte estava guardada sob o travesseiro do capitão-mór e daí, retirada, criminosamente, por aquele official traidor.

Seguiu-se a occupação pelos hollandêses no Forte, o reembarque da artilharia e munições e o apresto da esquadra de volta para Recife, com a fama e o alarde da sua façanha guerreira.

Sucumbiu o velho baluarte ao guante do invasor.

Mudaram-lhe o nome de Reis Magos, para «Van Ceulen», em homenagem ao chefe da emprêsa conquistadora.

Assim, atravessou todo o periodo de vinte e um

anos, até 1654, quando, após a capitulação na Campina do Taborda, em Recife, os holandeses abandonaram precipitadamente o Forte e a Capitania e embarcaram-se nas suas náus, velejando para a sua terra, ao fragor das derrotas sofridas em varias occasiões e amargurados com os reveses de chefes e officiaes, outrora havidos como «invenciveis».

Continuou, entretanto, o mesmo forte, pesado, tranqüilo, reforçado, solene na sua construção poligonal, estrelada, com as suas torres, ameias, bréchas e seteiras, ou que outros nomes tenham, onde a lusa gente se defendeu heroicamente do bátavo aventureiro.

Quanto aos seus carateristicos tecnicos, ai de mim, que não posso elucidá-los, porque me falta a competencia necessaria... Lamento que não tivesseis assistido a erudita demonstração que nos deu o tel. Timóteo Machado, brilhante official da nossa guarnição, ao tempo da ultima guerra, e já desaparecido, o qual, em uma noitada maravilhosa no Instituto Historico, esquadrinhou, numa conferencia notavel, toda a estrutura, os fins e as razões da construção seiscentista da nossa Fortalêsa, deixando-nos a melhor das impressões do seu talento e da sua inimitavel competencia profissional.

Mas, posso assegurar-vos que o velho «bastião das lutas seculares» não sofreu a menor alteração no seu arcabouço, nas suas peculiaridades, através da alardeada habilidade dos holandêses, que, bem demonstra o eminente Tavares de Lira, nada deixaram de util ou proveitoso nas terras que elles conquistaram, occuparam e desfrutaram, no Brasil.

Diz uma tradição que o Fôrte foi feito pelos holandêses. Não é verdade.

Diz outra tradição que elles o reformaram, augmentaram e melhoraram. Outra inverdade completa e insustentavel.

Mas, é verdade que os holandêses o danificaram, depredaram e arruinaram, ao sahir, precipitada-

mente, em 1654, após a ultima derrota no Taborda.

V — Desde então, o velho Forte dos Reis Magos foi reentregue a El-Rei, no ano de 1659, ao vir como capitão-mór Antonio Vaz Gondim, despachado para o Rio Grande, já livre dos invasores. Recomeçou a sua faina militar.

Sempre ocupado pelas forças de terra, com comando e artilharia de costa, munições, etc., governava-o o capitão-mór da Capitania.

Ali, viveram e morreram tantos servidores do Estado, como tantos outros curtiram nos cárceres da Fortalêsa a negra prisão, sem esperanças e sem céu.

Entre outros, vale relembrar a figura estóica do Coronel de milicias André de Albuquerque Maranhão, senhor de Cunhaú e comandante das tropas milicianas do sul da Capitania, que chefiou o movimento republicano de 1817, proclamado chefe do Governo a 29 de março daquele ano, e, pouco dias depois, por força da contra-revolução que os seus proprios amigos tramaram e fizeram, deposto e mortalmente ferido por uma chuçada do lusitano Antonio José Leite de Pinho, que jurou, aos Santos Evangelhos, ter sido o autor do monstruoso golpe.

Recolhido exangue e mortalmente ferido, ali faleceu a 25 abril 1817, na mais sordida masmorra, o invicto chefe republicano, que de lá foi trazido envolvido em uma *esteira*, que lhe fornecera D. Rita Coelho, mãe do padre Candido José Coelho, de celebrada memoria, entre nós, para ser sepultado na Matriz.

Joaquim Lourival de Melo Açucena, o poeta Lourival, que as nossas cronicas da segunda metade do seculo passado tanto enaltecem, ali esteve recolhido como prisioneiro e, findo o termo da prisão, pediu licença para ali permanecer, tão bem tratado e considerado tinha sido, durante a condenação.

Ainda o alcancei, nas éras de 1900, quando

aquí cheguei do velho torrão do Assú, de mudança com a familia, no mesmo estado, guarnecido e habitado por contingentes do Exercito. Ainda examinei a tradicional «Cacimba de agua dôce», que, bem ao centro da Capela dos Treis Reis Magos, constituía a maior curiosidade da visita á Fortalêsa. Ainda bebi daquela agua, que jorrava dôce de dentro da pedraria, que apisoava a capela, como por um milagre.

Assisti, depois, a trasladação das imagens dos Treis Reis Magos, a 14 de abril de 1901, para a Igreja do Bom Jesus das Dores, na Ribeira, em consequencia da separação da Igreja e do Estado, sob a Republica. Acompanhei, então, como acólito do saudoso padre João Maria, a grande procissão, com que a população de Natal desagravava os santos peregrinos, ainda uma vês deslocados dos seus tronos, para outros logares, de emprestimo.

Lá, eu tenho ido, por diversas vês e de cada vês que ali compareço, é para entristecer-me com mais uma desolação, ao vêr mais uma ruina, naquelle sagrada móle de pedra, que tanta saudade nos deve inspirar.

Ainda, a 3 de Setembro de 1922, ao comemorarmos o primeiro Centenario da Independencia do Brasil, foi ali uma grande comitiva de cidadãos do Natal, com o Governo á frente e o Instituto Historico, colocar uma placa com estes dizeres:

« Os cidadãos de Natal,
No primeiro centenario da Independencia Nacional,
Vieram em romaria
a este velho baluarte das lutas seculares,
render homenagem
aos seus antepassados colonizadores e batalhadores,
que contribuíram para a formação
do grande Brasil! »

7 Setembro 1922.

A placa era de zinco pintada, posta ali provisoriamente, enquanto viria do Recife a placa definitiva, em metal amarelo. Mais tarde, a 12 dezembro 1933, ao celebrarmos o 3º centenario da brava resistencia dos portuguezes contra o holandês invasor, fomos todos os cidadãos de Natal, novamente, ao Forte dos Reis Magos, e ali sendo, substituímos a placa provisoria pela definitiva, colocada com argamassa de cimento, para sua eterna fixação.

Pois não é que uma mão de vândalo arrancou dali a placa de metal amarelo e certamente vendeu-a por alguns níqueis, para matar a fome e mostrar a sua hediondês?!...

Hoje, existe apenas o vestigio dos tufos no cimento arreventado... Triste gesto de um infelís...

Durante o periodo da guerra mundial, 1939-1945, nós, do Instituto Historico, tudo envidámos para que a Fortalêsa dos Reis Magos fosse reparada ou restaurada, para auxiliar na defesa da Barra, contra possiveis investidas dos nazi-fascistas, de então.

Tudo fizemos, mas, foi baldado.

No 9º Congresso Nacional de Geografia, reunido em Florianopolis, de 7 a 16 de setembro 1940, fiz, na comissão de Geografia Historica, uma indicação no sentido de serem solicitadas pela Mêsá do Congresso, ao sr. Presidente da Republica, as suas vistas benévolas sobre a Fortalêsa dos Reis Magos, afim de mandar reparar-la ou reconstruir-la para fins de defêsa militar, ou para preservação da ruina do mais velho forte do Norte do Brasil.

Essa indicação sofreu vigoroso debate e foi afinal aprovada unanimemente pela Comissão e passou, no plenário do 9º Congresso, sem qualquer impugnação. Mas, ficou apenas registrada nos Anaes do 9º Congresso, organizados pelo eminente Bernardino José de Souza e para sempre sepultada na pasta das resoluções irrealizáveis.

Anda agora um prurido de satisfação em torno do assunto da restauração do Forte, porque, ha poucos dias, esteve nesta cidade uma alta patente militar incumbida de inspeciona-lo e sobre ele opinar e projetar.

Praza aos Ceus que não fique, mais uma vês, no olvido o velho bastião das nossas tradições.

VI— Ao Forte dos Reis Magos, está ligada intimamente a tradicional festividade dos Santos Reis, a 6 de janeiro de cada ano, quando a população urbana se desloca em grandes massas para venerar os Reis viajores e pedir-lhes ou agradecer-lhes as graças obtidas por sua intercessão.

Todos nós conhecemos o fervor e a sinceridade dessa devoção aos santos Reis, com que a cidade e o povo cultúam as crenças religiosas, estreitamente ligadas ao valoroso edificio, que representa a porta do Norte do Brasil.

Porque, a crêr nas cronicas de antanho, da Fortalêsa dos Reis Magos, partiram todas as expedições militares, que visavam a conquista ou a reconquista das capitancias setentrionaes, ora ocupadas pelos francezes, ora rebeladas pelos indigenas.

Dali, partiu Martim Soares Moreno com a sua gente, a conquistar o territorio, depois chamado do Ceará Grande, onde se fundou a capitania, depois, provincia e Estado do Ceará.

Tambem saiu dali Jeronimo de Albuquerque, em 1614, com seus guerreiros, para a conquista do Maranhão, onde se cobriu de glorias imarcessiveis.

Afinal, dali seguiu rumo do Extremo Norte, o capitão-mór Francisco Caldeira Castel Branco, para fundar a povoação, mais tarde, Cidade de Santa Maria de Belém, hoje, a bela capital do Estado do Pará.

Deste modo, meus senhores, jovens seminaristas, o Forte dos Reis Magos está visceralmente entrosado na historia de todo o Norte do Brasil, da-

das as suas privilegiadas condições de segurança e estratégia para as empresas realizadas na colonização do Setentrião nacional.

Hoje, em dia, ele é apenas um faról, um simples lampejo que aponta ás náus pervagantes no Atlantico que ha um rochêdo, um abrolho, um perigo á sua navegação.

Pertence ao Ministerio da Marinha, desde 1903, quando de lá foi retirado o destacamento do Exercito.

Mas, devo relembrar-vos a historia desse faról dos Reis Magos.

Havia ali um «poste de ferro,» onde se suspendia, todas as noites, um lampeão, que deveria ser reacendido todas as vêses que se apagasse. Foi o presidente João José de Oliveira Junqueira quem mandou construir um farolête na Fortalêsa, em 1860, conforme dizia, a 15 de fevereiro, em seu relatorio á Assembleia.

Hoje, ele é uma solida construção de ferro, com escadaria elevada, em dois pavimentos, e possúe um poderoso farol, que se alimenta, de seis em seis meses, pelos modernos metodos de balisamento da costa brasileira.

Façamos de conta que estamos ao largo das nossas aguas territoriaes, de regresso á nossa terra.

Qual é a grande satisfação?

É vêr o farol dos Reis Magos, é sentir, no seu vacilante lampêjo, a certêsa de que está perto de nós a terra querida, que os nossos avoengos defenderam á custa do seu sangue e de suas vidas preciosas.

Não ha maior emoção, meus senhores, do que perceber, na escuridão da noite, ou no palôr das madrugadaes, aquelas muralhas vetustas, aqueles minarêtes lavrados pela destruição do tempo, a-

quelas ameias, por onde foi derribado o indio Jaguarari, no dia da Conquista holandesa, como simbolo da derrota, pela força do invasor, contra a inermes gente que defendia o Forte, na arrancada terrivel de 5 a 12 de dezembro de 1633, e que só foram vencidos, ocupados e violados, porque a traição e a vilania de um official hespanhol disse se haviam incumbido, á custa talvez dos trinta dinheiros de Judas.....

NESTOR LIMA

(Socio efetivo)

O Rio Grande do Norte na

Cartografia do Século XVI (*)

JOSÉ M. B. CASTELO BRANCO

(Socio correspondente)

Os historiadores quase não aludem ás terras desse pedaço do Brasil, no decorrer do século, a não ser para se referirem á concessão de uma capitania a João de Barros e Aires da Cunha, em 1534, que, partiria do limite setentrional da de Pero Lopes de Sousa, na baía de Traição e correria cem leguas pela costa afora, extensão esta que teria fim já no litoral atualmente cearense, cobrindo toda a area correspondente á futura Capitania e Distrito do «Rio Grande», mais tarde Provincia e Estado do Rio Grande do Norte, não só na orla maritima, como para o interior, uma vez que neste sentido poderia ir até topar a «Linha de Tordesillas», se pelo caminho não se chocassem com algum organismo politico, como aconteceu no século seguinte, ao ver-se envolvido pelas capitanias do Ceará e Paraíba, que a restringiram, esta na sua natural expansão para o Oeste, e aquela dilatando-se ao sul.

Terras da antiga Potiguarania já eram perce-

(*) Conferencia proferida na sessão do Instituto Historico e Geografico do R. G. do Norte, dia 22 de outubro de 1949, pelo socio correspondente José Moreira Brandão Castelo Branco.

bidas em 1499, segundo alguns escritores, por Alonso de HOJEDA, o qual teria estado em frente ao delta do Açú, porém, Manoel Ferreira Nobre (1877) e a Camara municipal do Apodi (1881) informavam que HOJEDA e seus companheiros Americo Vespuccio e João de La Cosa chegaram a foz do rio Apodi a 24 de junho de 1499, fundando os primeiros estabelecimentos de uma povoação, que tomou o nome de «Missão de S. João Batista do Apodi», conforme Ferreira Nobre, e de uma «aldeia de indios Paiaçús», da qual originou-se a vila de Apodi, de acordo com os informes da entidade municipal aludida.

No entretanto, Hojeda, nessa viagem, segundo estudos mais apurados da materia, quedou-se pelos mares setentrionais, não se aproximando sequer do delta amazonico, de sorte que, de forma alguma, poderia ter avistado o litoral riograndense e muito menos desembarcado e fundado povoações.

Derruidas, dest'arte, tais lendas, devemos admitir como verossimel a exploração da nossa costa, ao noroeste do cabo de S. Roque, no ultimo ano do século XV, por outros navegadores da mesma origem: Vicente Pinzon e Diogo Lepe.

É certo que historiadores lusitanos da envergadura de Jayme Cortesão, Gago Coutinho e Duarte Leite recusam a esses nautas castelhanos o titulo de predecessores de Cabral, mas, têm sido rebatidos com bons argumentos por escritores nacionais, como Marcondes de Sousa e Pompeu Sobrinho, para falar somente nos mais recentes.

Ha grande controversia sobre o ponto a que corresponde o cabo de *Santa Maria de la Consolacion*, a que chegou Pinzon. Querem uns que seja o cabo de Santo Agostinho, ou a ponta de Calcanhar, ao passo que outros indicam como provaveis as pontas de Mucuripe, Grossa ou da Jabarana, no Ceará.

O Barão do Rio Branco a identifica com a ponta do *Calcanhar* e Orville Derby apenas adianta que «seria algum promontório ao oeste do cabo de São Roque».

Qualquer das hipóteses não exclui o litoral rio-grandense das vistas do explorador castelhano. Rio Branco fixa num ponto conhecido da nossa costa e Derby não a recusa, uma vez que o pontal por êle indicado fica a oeste do de S. Roque.

O historiador cearense Th. Pompeu Sobrinho, no entretanto, contesta o asserto do Barão, alegando: 1º) que a ponta do *Calcanhar* «já está situada um pouco dentro do canal de S. Roque, no qual a navegação é muito perigosa para os pilotos que dêle não têm sufficiente experiencia; 2º) — «não teria sido possível á frota de Pinzón avistar a ponta do *Calcanhar*, baixa e pouco perceptível, antes de tê-lo feito a outros pontos da costa muito mais evidentes, por perto dos quais teria que passar para ali chegar».

Não se afiguram procedentes as razões apontadas, porque não havia necessidade de penetrar no canal aludido para se avistar a ponta. Quem viaje por fóra do mesmo divisa grande parte da costa, principalmente as saliencias da terra, e, se por acaso quizesse demanda-la, facil seria, uma vez, que, justamente, em frente a *Calcanhar*, o esparracho, que vem desde o cabo de São Roque, desaparece deixando uma entrada de doze milhas de largo, com vinte e dois a vinte e seis metros de fundo, sem embaraço algum á navegação.

Além disso, a ponta do *Calcanhar* não é tão baixa. O pratico Felipe Pereira indicando um roteiro de Natal a Fortaleza, por fóra do canal de S. Roque, fala no rumo que se deve tomar até avistar a ponta aludida e o nosso coestadano, o comandante João Sabino da Silva, velho lobo do mar, respondendo a um questionario que lhe fiz sobre esse

litoral, afirmou ser a mesma «visível de uma distância aproximada de 15 milhas de qualquer posição, inclusive do lado externo dos parrachos».

Quem conhece o areial desprotegido eficientemente contra a ação dos ventos S E e E S E reinantes na região, cuja intensidade é superior a dos Estados vizinhos, chegando a sua velocidade, em Natal, a mais do duplo do que a observada na Paraíba e Olinda e presumindo-se que outrora esta velocidade haja sido bem maior, originando dunas e morros como os de Guarapes, a 16 quilômetros da costa, subindo até 110 metros de altura, conforme observa o capitão M. Moraes, no seu «Características do relevo nordestino» (Bolet. Geogr., 27º (1945), e a grande alteração havida entre a praia de Areia-Preta e a margem austral do Potengi, em menos de meio século, não poderá negar que o cimo arenoso do promontório apelidado «Calcanhar» era ou não mais altaneiro, no fim daquele século, ha 450 anos?

E tanto é admissível esta possibilidade a de haver sido diversa a topografia e fisionomia locais que o pratico Pereira, apenas, alude ser a ponta «de areia coberta de arbustos e relva», ao passo que João Sabino, setenta anos depois, já anota haver bastantes arvores do lado do norte e ser escalvada na banda do sul.

Convém, aqui, frizar a atração que havia, no tempo da navegação a véla, por essa região, devido ás correntes maritimas e ventos.

Já Vasco da Gama recomendava a Cabral que evitasse a navegação a E das ilhas de Cabo-Verde, afim de não ser arrastado pela corrente da Guiné e cair na zona das calmarias, conselho este que o Almirantado Britanico e o Departamento Hidrografico dos Estados Unidos tambem dão aos navios que partem nos meses de abril e maio, da Europa Setentrional, para além do cabo da Bôa-Esperança.

(J. O. Marcondes de Sousa — «O Descobrimento do Brasil» 1946, p. 190-1).

Por outro lado, o navio não deve ser dirigido muito para o sul, se não deseja que os alisios de S E o apanhem num ponto onde, tendo a corrente equatorial pelo lado de prôa, que dá para o vento, seja arrastado a sotavento do cabo de S. Roque e obrigado a velejar para traz em torno desse formidável obstaculo, para que não se debata semanas a fio na corrente equatorial, ou tenha que voltar para o norte, afim de novamente começar a dobra-lo. (Autor Cit.).

Citam-se inumeros casos de embarcação que partiram da Norte-America e da Europa em direção ao cabo da Bôa-Esperança e foram arrastados pelo movimento das aguas e dos ventos de E para O, indo chocar-se nos parrachos da nossa costa, principalmente nos do canal de S. Roque.

Alguns, após debaterem-se inutilmente por dias sem poder dobrar o cabo de S. Roque, voltavam ao hemisferio N., e só alcançando outra longitude mais a E, conseguiam vencê-lo. Outros iam de encontro aos parrachos da visinhança naufragando e se despedaçando.

E se Rio Branco não fosse feliz na sua identificação, não poderíamos recorrer a uma das outras pontas existentes nessa região como lembra Derby: *Santa Cruz*, em cujo cimo ha duas grandes gameleiras; *Mata Caboclo*, alta, coberta de mato escuro onde se destacam algumas arvores frondosas; *Gameleira*, visivel a 16 milhas; *Areias-Gordas* avistavel a 18 milhas; Três Irmãos, formando 3 saliencias com cabeças de pedra; *Tubarão*, com certa elevação; *do Mel*, mui alta, com barreiras vermelhas e Redonda, sem ser preciso penetrar no Ceará, como faz o aludido historiador?

Acrescenta Pompeu Sobrinho que, tratando-se de uma pequena ponta pouco saliente, só notavel

porque assinala o ponto de inflexão do litoral, jamais seria incluída pelas nautas antigos na categoria de cabo, esquecendo que na «capitulação de 1501», em que se faz Pinzón capitão e governador das terras que descobriu, lê-se: «desde la dicha punta de Santa Maria de la Consolacion»... o que demonstra que os espanhois chamavam indistintamente — cabo ou ponta.

Dest'arte, não nos parece incabível a hipótese de haver Pinzón descoberto terras do Rio Grande do Norte.

Quanto a Diogo Lepe, é bem aceitável a sua estada pelas nossas costas, tanto que o planisferio de La Cosa, de outubro de 1500, já registava o seu contorno e com tal esmero que o erudito Pompeu Sobrinho ao referir-se ao trecho riograndense diz: «é impressionadoramente fiel («Protohistoria Cearense», 1946, p. 95).

Nesse traçado, o cartografo deu apelidos a cinco acidentes topograficos considerados riograndenses, do ocidente para o oriente: 1) «montes arenosos» — correspondentes ao morro do Tibau e outros a oeste; 2) «r» de baziabariles» — á foz do Açú; 3) «plãia de arena» — á ponta do Tubarão; 4) «p. fermosa» — á ponta de Três Irmãos; 5) «r» S—(não se podendo ler o resto do nome por haver aí um rombo no mapa). Talvez seja o «rio S. Julian» a que se referem os tripulantes da expedição no processo chamado *Probanzas*.

O historiador cearense situa ainda em certas acidencias sem denominação a foz do rio Apodi, a ponta do Mel ou Redonda, a barra do Aguamaré e a ponta do Calcanhar, somando assim nove saliencias ou reentrancias da nossa costa.

O suposto rio S. Julian, situado entre «Calcanhar» e Três Irmãos, como o fez Pompeu, não passaria de algum riacho insignificante, mas se o

trasladassemos para o sul de «Calcanhar» corresponderia ao rio de Touros, ou ao Punahú.

Gaspar de Lemos, ao voltar a Portugal em 1500, afim de anunciar a descoberta da ilha de VERA CRUZ, foi avistando terras muitas vezes «até o Cabo de S. Roque», seguindo-se varias explorações, umas officiais, outras particulares, ao pais recém descoberto.

João da Nova, que deve ter tocado no continente em abril de 1501, na sua viagem á India, para fazer aguada, provavelmente avistou terras entre os cabos de Santo Agostinho e de São Roque.

André Gonçalves e Gonçalo Coelho cruzaram com a armada de Cabral de volta da India, cêrca do Cabo-Vêrde, atingindo a nossa costa a 17 de agosto de 1501, na *Angra de S. Roque*, aonde demorou a esquadra uns oito dias.

Por isso, este dia chegou a ser declarado fêriado estadual, por decreto de 27 de agosto de 1890, por ser consagrado á comemoração da descoberta maritima do Rio Grande do Norte, exprimindo a primeira comunicação com a terra pela civilização occidental, atribuida pelo citado decreto a Americo Vespucio, na esquadra de que fazia parte. O decreto se acha assinado pelo governador Jaaquim Xavier da Silveira Junior. («Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1.^a parte — «Tip. da Empr. Grafica Renaud e C.^a, 1896, pags. 72 a 74).

O escritor contemporaneo A. Galvão regista ter essa expedição avistado terra na latituê de 5° austrais e custeou até 32° de latitude sul (C Malheiros Dias e outros — «Historia da Colonização Portuguesa do Brasil» Porto, MCMXXI, vol. I. p. CXXII), como se vê nas proximidades do cabo de S. Roque, situado verdadeiramente a 5° 29'15' (Mouchez e Vital de Oliveira),

O historiador Pompeu Sobrinho procura demonstrar que essa «Angra de S. Roque» ficava situada «bem ao norte do cabo que depois recebeu

esta denominação», amparando-se no «Esmeraldo de Situ Orbi», que o fixa a 3° 30' de latitude sul, na costa cearense, mas, fala também que Vespuccio dava para a latitude em que chegava 5°, e que «A opinião mais geral, que é também a mais simplista, leva ao cabo de *São Roque*».

Não seria absurdo que *S. Roque*, angra ou cabo, sempre estivesse na costa norte-riograndense. Não se podem levar muito a rigor e, por vezes, nem aproximadamente, as localizações feitas pelos cartógrafos daquelas éras. Agiam quase sempre por informações, sem ligarem grande atenção aos seus mapas, tanto que se notam em todos eles e mesmo nos dos séculos seguintes, grandes defeitos não só no tocante ao contorno da costa, como na fixação das coordenadas geográficas e situação dos toponimos, repetindo alguns autores os nomes destes, depois de intercalar palavras que deviam estar noutros logares.

Na *Angra de Todos os Santos*, ha um erro na latitude que excede de 2° 40' a da entrada da verdadeira baía, na carta do aludido Esmeraldo pondo-a a 15° 40' (Duarte Leite, in «Historia» cit. vol. II, pag. 422), quando deveria ser nas cercanias de 13° austrais; não sendo seguro identificar qualquer ponto pela latitude que, em geral, carece de correção, neste e noutros mapas da época.

O erro quanto a *S. Roque* seria de uns 2 graus, menos, portanto, do que o da Baía de Todos os Santos.

Em *Kunstmann III*, as latitudes estão todas erradas, sendo em Porto Seguro e Monte Pascoal, o desvio de cerca de 4 graus e maior ainda em *Angra dos Reis*, *Ilha da Ascensão*, subindo em *Cabo Frio* a perto de sete graus. (Historia e vol. cit. p. 437) achando-se as latitudes dos logares brasileiros nos mapas de *Waldsemüller* e *Ruych* mais exageradas do que as de *Canerio* (pg. 438). Esclarece o

comandante Eugenio de Castro — «As representações cartograficas antigas apoiadas em valores variaveis do grau: 14 1/2, 15, 16 2/3, 17 1/2 e até mesmo de 21 leguas, iam encurtando portanto ou alongando a representação grafica desse sector da costa» («Diario de Navegação de Pero Lopes de Sousa», v. II, 2ª. ed. pg. 57).

O almirante Roussin procedendo ao levantamento da costa brasileira, de Santa Catarina ao Amazonas, no principio do século XIX, mostra esses erros e aduz que as informações concernentes a esse litoral, referentes ao século do seu descobrimento, eram vagas e inseguras, só começando a merecer alguma exatidão no decorrer da centuria seguinte; limitando-se os primeiros exploradores á descrição de suas conquistas, cingidos como estavam ao uso de instrumentos de navegação imperfeitos e a metodos insufficientes, pelo que só podiam organizar cartas defeituosas. E adianta que as observações astronomicas, ainda no fim do século XVIII, eram imprecisas, apezar do progresso introduzido na hidrografia pelos portuguezes e outros navegantes, continuando os mapas das nossas cartas inchados de coordenadas astronomicas inexactas. («Le Pilote du Brésil» 1817, p. 32).

Quanto á «angra», informa o pratico Felipe Pereira haver, a cerca de uma milha ao norte do cabo, «a enseada com um ancoradouro, a qual denomina-se do Cabo, ou Cajueiro, e vai até o morro de Ancis Grandes (Vital de Oliveira», Carta da Costa do Brasil (1857-9, 2ª folha); começando a NE do mesmo, na distancia de 6 milhas, os recifes, conhecidos pelo nome de «Esparrachos», formando o famoso canal de São Roque. Eis aí a «angra» falada e ainda de certo modo protegida pelo quebramar formado pelos parcéis, a nordeste, com uma entrada franca de 6 milhas de largo e o fundo apropriado a navios de maior calado do que os daque-

la época, onde a expedição poderia, melhor do que em outra qualquer enseada dessa costa, ter permanecido os oito dias, de que fala a historia.

O mapa de Canerio, que é de 1505, regista «Sam Rocho», perto de 5º e o «Cabo de Sta. Croxe», que o illustre escritor cearense diz ser a ponta do «Calcanhar» a cerca de 8º de latitude sul. Já de Cantino, de 1502, coloca «São Roque» nas proximidades de 2º e o «Cabo de San Jorge», que deve corresponder ao de S. Roque, a uns 7º da linha equinocial. E assim poderíamos citar outros exemplos para demonstrar o risco de nos basearmos, sem outros fundamentos, nessas coordenadas seiscentistas.

Depois de La Cosa, segue-se o mapa de Cantino que escreve abaixo do Equador apenas «São Roque» «S. Maria da Gracia», «Mte S. Vicente», «S. Maria da Rabida» e «Cabo San Jorge», afora uma porção de angras e pontas sem denominações.

Canerio registra os mesmos nomes escritos á moda italiana: «San Rocho» «Santa Maria de Gracia», «Monte de San Vicente», «Sta. Maria de Rabida» e «Cabo Sta. Croxe», achando Pompeu Sobrinho que somente os três ultimos devem corresponder aos nomes de Tibau ou Serra Dantas, foz do Apodi e ponta do Calcanhar, respectivamente.

No entretanto, êle mesmo frisa que, nessas duas cartas, a linha equatorial emigra para o sul, deixando ao norte dela terras que realmente estão varios graus ao sul (Obra cit. pag. 105) e Orville Derby acha provavel que a «Santa Maria da Gracia» de Canerio, abaixo de S. Roque, fosse a barra do Rio Grande do Norte.

Colocando Cantidio, Canerio e os dois Kunstmann o «Mte. de S. Vicente» ou «San Vincenzo» e «suincenso» a oeste de «Sta. Maria de Rabida» e sendo este logar contiguo á ponta do Calcanhar, pensa o erudita Duarte Leite que pode ser «qualquer dos morros pouco elevados que correm desta

ponta no espaço dumas 50 milhas» (Historia cit. vol. II, pg. 431) correspondente a algum morro entre Macau e Ponta do Calcanhar (pg. 439).

Na verdade, nessa região ha morros litoraneos como o das «Areias Gordas» ou «Cajueiro» visivel a 18 milhas, porém achamos mais provavel que se trate da «Serra verde», a qual se destaca desde «Ilha de Cima» até á enseada de Aguamaré, salientando-se na altura de Caiçara os cimos ponteagudos do Cabogi, avistaveis a 17 milhas e, entre a ponta do Tubarão e Macau, a serra do Mangue-Sêco visivel a 21 milhas. Qualquer, principalmente a primeira, por ficar mais proxima á de Calcanhar, poderá ser identificada como sendo o monte de S. Vicente.

Nos chamados mapas de Kunstmann II e III (1502 e 1505) constam: «San Rocho» e «San Roq», «Santa Maria de Agoadia» e «Stam. datalaya», «monte de Suincenso» e «môte de Sabicente», «S. Maria de rapida» e «Stam.^a da Rabeda», «capo de Sancta †» e «Cabo de Santo Agustinho», respectivamente.

O aludido Pompeu Sobrinho diz, referindo-se aos três oltimos nomes: «Tudo isto ao que parece, na atual costa do Rio Grande do Norte». Se o cabo de «Sancta †» de Kunstmann II corresponder ao «San Jorge» de Cantino e do «Sta. Croxé» de Canerio, situados na inflexão continental, pertence á costa riograndense, mas se ele indica o «Santo Agustinho» de Kunstmann III, como querem alguns historiadores, atendendo-se á sua latitude de 8^o austrais, já fica em Pernambuco, e «Sta. Maria de Rabida» e «monte S. Vicente» poderiam demorar no litoral paraibano, passando «Sta. Maria de Agoadia» e «San Rocho» a serem identificados, respectivamente, como sendo a barra do Potengi e o verdadeiro cabo de S. Roque, conforme aponta o douto Orville Derby.

Duarte Leite, referindo-se á carta de Kunstmann

III, localiza Santa Maria da Arrábida na ponta do Calcanhar (Ob. cit. 437).

Waldsemuler (1507) descreve a costa nordestina mais ou menos como Cantino e Canerio; Ruysch (1508) pouco adianta; Eggerton (1509 ou 10) regista o «R. Vazabariles» «r. de Luz», «montena verde» e os recifes de S. Roque por meio de cruces, parecendo que os nomes, a E do «vazabariles», são referentes a locais riograndenses, por ser tido este como tal. «Montena verde» lembra o monte de S. Vicente dos portulanos Cantino, Canerio e Kunstmann. Pela côr vèrde do monte, como lhe apelida Eggerton, deve ser a atual Serra Verde, visível do mar e que, talvez haja tido sem os posteros saberem, esse expressivo qualificativo de «montena verde», demonstrativo do seu revestimento vegetal.

O «r» de Luz deve ser a Aguamaré, ao sul do «vazabariles» (Piranhas) indicando o nome o reflexo e intensidade da luz solar, quase equatorial, nas suas aguas ou areias marginaes.

Freducci (1514 ou 15) desenha toda a costa do Rio Grande do Norte sem nomes, escrevendo mais para oeste — «Custa de S. Rocco».

De 1505 a 1515, deve ter havido varias explorações portuguezas no nordeste brasileiro, para que se possa explicar as novas denominações introduzidas nas cartas geograficas de Reinel, pai e filho, cerca de 1516, os quais trabalhavam juntos em Lisboa até 1519.

No tocante ao Rio Grande do Norte, registraram, «as serras» ou «as serras sam miguel», «R. de Sam Myguel»; «baia das tarrugas», ou «baia das tartarugas», a «ponta p'rmra» ou «ponta primeira»; «Sam Roque»; «C. do pracer»; «Oratapipy» ou «Oratapia», «ora pinhon», e «baia de piticiacua ou de treycam» ou «baia de treçam», correspondendo, respectivamente aos toponimios atuais: serra do Apodi, cuja extremidade léste fica a umas seis leguas

do mar e chamava-se no Sec. XVIII de serra «das Antas», passando a «Dantas» com o correr do tempo e chegando á costa por meio de lombadões e contrafortes, o seu ultimo cabeço sob o apelido de nome do Tibau, bem visível do alto mar; Rio Apodi, barra do Açu, ponta do Tubarão, ou de Três Irmãos, ponta do Calcanhar, cabo de S. Roque, pontas da Pipa e de Bacopari e baía da Traição.

Como se vê, ha denominações não registradas pelos portulanos anteriores:

Os «môtes arenosas» da planisferio de La Cosa são denominados simplesmente «as serras» ou «as serras sam miguel», que podem ser identificados como sendo os morros de Tibau e visinhos ou a extremidade lêste da serra do Apodi; a foz do rio Apodi, que ali estava apenas delineada, já recebe o nome de «R de Sam myguell»; a denominação «r» de «baziabariles» desaparece surgindo na chanfradura correspondente «baía das tarrugas» e «baía das Tartarugas», a «praia de arena», correspondente a ponta do Tubarão, passou a «ponta primeira», ao passo que a «p fermosa» que devia ser a de Três Irmãos, no mapa lacoseano, foi olvidada nos reingleanos, a não ser que a «ponta primeira» a substitua, como alvitra alternadamente Pompeu Sobrinho.

«Sam Roque», que nos mapas anteriores, ora com o titulo de «angra», ora simplesmente «São Roque», apesar de escrito de modos diversos, conforme a lingua do informante ou grafante, foi melhor situado pelos Reinel, embora identificando mais acertadamente a ponta do Calcanhar, devendo corresponder ao famoso cabo, a que Reinel pai chamava de «C do pracer» colocado ao sul do que intitula «Sam Roque». No entretanto, a alcunha de «parcel» seria mais acertada para o Calcanhar, por que já fica dentro do chamado canal de S. Roque, ao passo que o verdadeiro cabo deste nome ainda está em frente ao oceano, iniciando-se esses parra-

chos algumas milhas a N E do mesmo. Talvez tenha havido ligeiro engano, apesar de outros cartografos posteriormente incidirem no mesmo erro.

Oratapipe e *Ora tapia* surgem pela primeira vês, sendo tidas como a atual ponta da Pipa, vindo em seguida *Ora pinhom* considerada a expressão como designativo da ponta de Bacopari.

Muito difficil é assegurar essa identificação, mas pela posição das mesmas, logo ao norte da baia da Traição, é aceitavel a hipotese.

Maiollo (1519) só registra em a nossa costa a «C. da Spisell» que, pela colocação num ponto em que a costa muda de direção, parece mais ser o Calcanhar do que o São Roque. Ha chanfraduras ao O. e ao S. do cabo, podendo aquelas serem as barras do Apodi, do Açú e do Aguamaré, respectivamente, e a austral a do Potengi. Na edição de 1529, traz «C. S. Rocho».

O Mapa de Turim (1523) não oferece grande segurança, mas talvez se possa aceitar como norte-riograndense a «baya formosa», o «Rio S. Agustin», a «baya primeira», «terra de praira», «terra de prazel», «ponta dos baxos», que podem ser respectivamente a barra do Apodi, o rio Açú, a enseada de *Aguamaré*, varias praias entre *Aguamaré* e *Caiçara*, podendo a «terra de prazel» ser a enseada de *Caiçara*, que é toda esparcelada. A «ponta dos baxos» deve ser a de Calcanhar já dentro do canal formado pelos baixios de S. Roque.

O cartografo portuguez Diogo Ribeiro organizou em Sevilha um mapa em 1529, registando «b. hmosa», que como no anterior poderá equivaler a embocadura do Apodi; uma barra mais ampla ao Sul que deverá ser a do Açú, seguindo-se duas outras correspondentes ás do *Aguamaré*, «tierra de paio» e «playa del pêel» ou «del prancel», as quais se ajustam a *Caiçara* e adjacencias. Vê-se mais o nome «arboledos» numa de suas edições e «arreci-

fes» noutra, antes da inflexão continental, indicando, talvez, o morro das Areias Gordas, que é coberto de arvoredos; e a enseada de Santo Cristo, que é circulada de recifes proximos á costa e ficam a NO de Calcanhar.

O «C. de Roq.» ou de «S. Roque» está mal disposto, pois, estando êle verdadeiramente situado ao Sul da entrada do canal deste nome, não pode ficar, como se vê nessas cartas, no meio da base dos parceis que o formam. Ali poderia ficar o de Calcanhar que dista daquelle 25 milhas.

De 1529 tambem é o mapa de Gerolano de Verrazzano, que somente escreveu «C. Santo Rocco», deixando evidente a foz do Açú a O do mesmo.

Gaspar Viegas, em 1534, já conseguiu compor uma carta geografica mais correta do que os seus predecessores, assinalando na costa riograndense: «serras de Smigel» a O. da barra de um rio anónimo, que deve ser o Apodi, correspondendo as serras aos cabeços do extremo E da cordilheira apodiense, como registaram os dois Reinel, dando um deles a denominação de S. Miguel ás ditas serras e o outro ao rio, 18 anos antes; «b das tartarugas», já prevista em Reinel pai e filho; «pta. pima» a «ponta primeira» dos mesmos cartografos; «Grã baia», talvez a enseada de Aguamaré ou de Caiçara; «p. do percel», que poderá ser a ponta de Três Irmãos ou a do Calcanhar; «C. de S. Roque», no extremo Sul do pontilhado indicativo dos arrecifes do mesmo nome.

O de Alonzo Chavez chamado «Padrão Real» (1536) consigna: «Terres de St. Miguel», «R Grande de Saint Miguel», «Baie de St. Rafael» «Basfonds» de 15 a 20 lieus d'etendue», em frente ao «Cap. del Placel», «Cap Primeiro», «R. Epitiaca» e «Baia de St^o. Domingo». «Terres de St. Miguel» devem ser as serras já conhecidas pelo mesmo apelido a O. do rio de igual denominação, mais ou menos a 4^o

austrais. O título de S. Rafael, para a angra que se lhe segue, surge pela primeira vez e deve corresponder á do estuário do Açú, já distinguida por baía das Tartarugas desde Reinel. O cabo «del Plazel» a 4º 30', pela posição astronómica estaria cerca do limite com o Ceará, mas situado como foi na «Carte» ao S. dos logares discriminados e no começo do canal de S. Roque, parece mais com o deste nome do que com o do Calcanhar. O cabo «Primerero» a 5º 30' acha-se no lugar do de S. Roque, no tocante á real coordenada geográfica, porém, pelo contorno da costa, poderá ser outro promontório ao Sul dos baixios, cuja extensão o autor calcula de «15 a 20 lieus». O rio «Epitiaca» recorda a baía de «piticiacua ou de Treycam» de Reinel, donde partia o território da capitania de João de Barros.

A baía de S. Domingos já demorava na Paraíba e correspondia ao rio deste nome.

Outro mapa espanhol de 1542, da autoria de Alonso de Santa Cruz, apenas insere «C. de S. Roque», «plazel» e «C. del pickel». Como se vê o cartografo parece ter-se enganado, fazendo como outros, dando o título de «S. Roque» á ponta do Calcanhar e a «del Pickel» ao que deve ser o verdadeiro S. Roque. O nome de «plazel» deve referirse aos baixos ou recife desse apelido.

Jean Rotz (1542) regista «R. S. Miguel», «Q. de S. Roque», onde a costa muda de direção, pelo que deve estar no lugar do Calcanhar; «Cparcel» no local daquele; e «Oratapic», recordando a «Oratapipy» de Reinel.

Nicolas Desliens (1543 ou 4) e Pierre Descaliers (1550) anotaram «C. S. Roch» e «S. Roch» respectivamente; e Jacopo Gastald (1554), «R. S. Michaelis», «S. Rocus», R. Primer e «C. do Brayel». «S. Rocus» está muito deslocado, talvez no lugar da Ponta do Mel, podendo o «R. Primer» ser o Açú ou

Aguamarê para que o «C. do Brayel» seja o de S. Roque.

Descaliers (1550) assinala «Serra de S. Michael», «p. das tartarugas», «p. prima», «grande baya» «Pracel» «Rock» «C. du Parcel», «Oracapica», que devem corresponder á serra do Apodi, enseada do Açú, ponta do Tubarão, enseada de Aguamarê, ponta do Calcanhar, costa anterior ao cabo de S. Roque, este cabo e ponta da Pipa ou de Bacopari, respectivamente.

Diogo Homem publicou dois mapas, um em 1558 e outro em seguida. No primeiro traz—«R. de S. Domingos, achando Pompeu que é o Açú; «R. S. Miguel, «R. das Pedras» te irade S. Roque, «Cra-pi» e «Oratapica». O Rio S. Miguel que devia ser o Apodi, como em cartas anteriores, foi colocado a E. do S. Domingos.

No segundo mapa, a disposição é a seguinte: «b das tartarugas», «P. primeira», «b aparcelada», «eira de S. Roque», orapi e oratopica numa ponta.

O primeiro traz a novidade de «R. das Pedras», a E. do S. Miguel. Se este for o Apodi, como acontece noutros mapas, o das Pedras deveria ser o Açú, mas como este não tem pedras nas suas proximidades, temos que recorrer a um dos pequenos rios que desembocam mais ao Sul como o de Touros e o Punaú, na zona dos parrachos de S. Roque ou ao Ceará-Mirim, que tem a barra entrezada de rochas.

Quanto ao segundo temos baia «aparcelada» que pode ser a enseada de Caiçara, a qual é toda esparcelada, como já dissemos ao tratar do mapa de Turim.

Gerardus Mercator ou Cremer (1569) grava—«r de S. Miguel», «b. das tartarugas», «S. Roque», «C-del Placel», «r: primeiro», «Ora» e «r: de S. Domingo». O cabo «del placel» acha-se em frente aos parciais de S. Roque e o deste nome, ao noroeste dos mesmos, de sorte que, pela posição deveriam ser o

primeiro — a ponta de Calcanhar, e o segundo um dos promontórios de Tubarão ou Três Irmãos, mas o que parece mais certo, é ter-se enganado o autor, trocando os nomes desses cabos, bem como a sua colocação, uma vez que o verdadeiro S. Roque fica algumas milhas ao Sul dos parciais desse nome, e não dentro do canal ou além.

Abraham Ortelz (1570 a 1584) registra «S. Roque», «Aguada» «C. de Placel» «Ora» (numa ponta), e R. de S. Domingo».

O termo «Aguada», ao Sul de S. Roque, poderia corresponder ao estuário do Potengi, como já lembrou O. Derby, ao falar em N. S. da Gracia e Sta. Maria de Agoadia (p. 13 e 15), porém, como Ortelz coloca ao Sul de «Aguada» o «C. del Placel» e este deve ser o de S. Roque, a «aguada» se bem que em local improprio ficaria entre os dois cabos, dentro do canal.

Fernão Vaz Dourado organizou varios mapas, assinalando os de 1571 e 1580: «as serras», já conhecidas; «S. Migell», que deve ser o rio Apodi; «b ou baia das tartarugas» onde desemboca um rio, certamente o Açú; «gran baia» ou «agrão baia», atribuida á de Aguamaré «p. primeira» no de 1571 e «baia primeira» no de 1580, talvez a ponta de Três Irmãos, que demora a E. de qualquer dessa reintrancias, e a baia primeira do segundo mapa, poderá ser uma das agras da Conceição ou Caiçara, á direita da de Aguamaré; «c do pracell», equivalendo ao de Calcanhar; tendo ao Sul a expressão «São Roque», na região do canal; «impurma» no de 1571, num traçado de rio como se fôra o Potengi e «Impuama», numa ponta no de 1580, logo após a região de S. Roque, parecendo indicar uma das pontas de Genipabú ou Negra, colocando ao Sul de «Impuama» uma angra e a direita desta uma outra, a que denomina de «baia Sequa», e o de 1571 ai sitúa «r cego».

Estas enseadas ao Sul do Potengi podem ser identificadas como sendo as de Pirangi e Formosa, justamente as duas mais amplas da zona austral do Estado, mas, como não deparamos um só nome que se pareça com «Sequa» ou «Cego», é possível que se relacione com a baía da Traição, chamada nos primitivos tempos de «piticiacua». Aquele toponimo *sequa* ajusta-se de certo modo á terminação indígena — «ciacua».

É certo que Alonzo Chavez fala no rio «Epi-tiaca» e o coloca na costa do Rio Grande do Norte, 6º e pouco ao S. do Equador, como se fosse o Cunhaú, porém, a grafia se liga melhor á da famosa angra.

Surge nesse periodo, o «Mapa do Brasil dividido em Capitánias», existente na Biblioteca da Ajuda, ao qual o professor Jayme Cortesão atribui a data de 1574, o qual consigna «C de S. Roque», «R. Sua guazine» «p.º dos fumos», «C. corce», R. de S. miguel», «p. primera», «B das tartarugas», «tabatinga», «R. Camarative», «Itacoatisara» e «B. da treicam».

Nesta carta, o cabo de S. Roque está muito deslocado, como em alguns portulanos, e, justamente, como no de Esmeraldo a/3º 30'. O Rio São Miguel acha-se a 4º 30, a ponta Primeira a 4º 50', a baía das Tartarugas proximo a 5º, Tabatinga a 5º 35, Itacoatisara a 6º e baía da Traição a 6º 20', situações essas não mui longe das verdadeiras. Apenas o «Camarative», que deve ser o atual Camaratiba, foi transferido para o norte de Itacoatisara que corresponde, na disposição de Gabriel Soares, á ponta da Pipa, quando deveria ficar-lhe ao Sul. Tabatinga, correspondente á atual praia deste nome, ao norte da barra do Camaropim, na lagôa de Papari, acha-se fora de sua coordenada geografica.

Pouco depois em 1582, Joan Martinez registava «r a SS. Miguel», «baía de tartarugas» «pitaco», «S

rizlupa», «puinitingo» e «Guegali». Os dois primeiros já são conhecidos. *Pitaco* deve ser o Eпитacio, de Alonso Chavez, porém, mui deslocado para o norte. *S. rizlupa* não podemos atinar o que seja. Pela posição parece indicar o «r de Luz» de Eggerton, o Aguamaré. *Puinitingo* deve corresponder a futura Pititinga, não só pelo nome, por que se encontra numa grande enseada. *Guegali* poderia ser o Guaju, após um grande intervalo sem nomes e pela situação já visinha da Paraiba.

Por esse tempo aparece o de Lefestu gravando a «B de tartaruga», numa pequena angra; «Michael», no lugar da *Grã baia* de outras, talvez correspondendo a de Aguamaré ou alguma visinha, e «S. Rock» indicando a zona dos parrachos desse nome.

Antes, porém, em 1574, surge o «mapa português das Capitánias», atribuído a Luiz Teixeira, o situa o «C. de S. Roque» a O. do rio «Suaguarine» (Jaguaribe) e a E. deste o «R. de S. Miguel» atualmente Apodi; a «P Primeira», sem duvida identificando a do Calcanhar, por se achar na inflexão continental; e a «B das Tartarugas».

Como se vê, ha grande confusão, colocando S. Roque muito longe do local em que devia estar, recordando a angra do planisferio de Esmeraldo e a baia das Tartarugas, tida como sendo o estuario do Açú, ao Sul da ponta de Calcanhar, numa distancia de umas 80 milhas. S. Roque então nem se fala. Ficou a quase duzentas milhas a O. do verdadeiro cabo.

Jan van Doet (1585) regista: «Sierras de S. Michael», «B das Tartarugas», «Ponta Primeira», «Grão Baja», «P. do Prancel», «C. S. Roque», «Ora Pinham», «B. del Reicam», Apesar do nome do autor ser flamengo, encontram-se toponimos escritos em castelhano. Conserva o cartografo a ordem dos accidentes geograficos de O. para E. e do N. para o S. de

outros mapografos, colocando a «P. do Pracel» no local proprio, hoje Calcanhar e o cabo de S. Roque na sua real posição. Ora Pinham lembra «Ora pinhom» de Reinel, tida como sendo a ponta de Bacopari, ponta esta que os autores acham corresponder tambem a que apelidaram de Oracipica (Descaliers) Oratapica (D. Homem) *Oarutapic* (J. Rotz) ou simplesmente *Ora* (G. Mercator, A. Ortelz).

Theodore de Bry (1592) traz «C. Negro», «Ora» em frente a «Y de Fernando de Loronno» e «Baia fermoso». Não atinamos com o «C. Negro». Poderia ser a Ponta Negra atual, mas, ficando ao norte da ilha Fernando de Noronha é difficil de classificar. O toponimo *Ora* que se segue, já registado por varios cartografos, deveria ser a ponta da Pipa, mas, ficando em frente á referida ilha, está mui deslocado. «Baia fermoso», que surge pela primeira vez, acha-se ao Sul de «Ora» e bem situada.

Levino Hulsium, já em 1599, para findar o século, grafa, apenas, «B Pracelata» e «Ora Pinham». Aquela que Pompeu Sobrinho diz poder ser uma das enseadas do Pecém, de Mucuripe ou de Iguape, tambem não seria fóra de proposito enquadra-la como sendo na costa do Rio Grande do Norte, conforme se verifica com denominações semelhantes em outros cartografos.

Ha, porém, um mapa de Jacques de Vaudeclaye, feito em Dieppe, em 1579, em maior escala do que os precedentes, se bem que, com pouca nomenclatura litoranea, mas, traçando melhor a nossa costa, descrevendo as tabas do gentio amigo dos Franceses e mesmo de outros que pairavam pelo interior da região norte-riograndense.

Interessantissima é esta carta por ter sido organizada por um francês, justamente pertencente á nação estrangeira, que explorava esse trecho do nosso pais, ha muitas décadas, conseguindo sobrepujar aos demais concurrentes europeus, intrometendo-se nas

tabas dos selvagens, convivendo e traficando com êles, durante mais de meio século, sem fundarem, contudo, nucleos de população independentes das que encontraram, contentando-se com a especulação dos produtos naturais e o dominio de alguns portos para a sua mercancia.

Fixa Vaudeclaye de O. para E. — «mont de Saint michel» e «r St. michel» tendo em frente «les basses saint Luc qui sont fort dangereuse et nya queune brasse et brasse et demie deau dessus».

O monte de «St. michel» está desenhado á margem esquerda do rio do mesmo nome, toponimos estes que são tidos sem discrepancia como se referindo ao rio Apodi ou Moçoró e ao morro ou serras que lhe ficam a O, podendo ser o do Tibau, e as pontas da serra do Apodi, como regista o cartografo, alinhando varios montes na dita região. Quanto aos baixos de «Saint Luc» não podem ser senão os de João da Cunha, os quais são fronteiros a barra do Apodi, começando mais á léste, e tem os caracteristicos apontados pelo autor, no tocante á agua que os encobre.

Seguem-se ao rio uma pequena saliencia que pode ser a ponta Redonda e uma outra maior equivalente, sem duvida, a do Mel, justamente a mais notavel da zona, não só pela altura como pela situação, formando a extremidade oeste de uma ampla enseada, em cujo seio desagua o «r premier», que deverá ser o atual Piranhas, não pela coordenada geografica, perto de 4º 10'da linha equinocial, mas na conformidade do seguimento que vimos adotando, a partir do rio S. Miguel, o qual no referido mapa tambem está cerca de um grau fóra da sua real posição.

Sucedem-se o pontal E. da aludida angra, outra saliencia, uma pequena reintrancia, parecendo o desaguadouro de corrente fluvial, uma enseada de tamanho reduzido mais adiante e uma angra bem ex-

tensa, a que o cartografo chama —la grand bee du prancel». Esta baia tem os seus extremos entre 4° 20' e 4° 40' aproximadamente. Pelas observações mais recentes estaria fóra do limite oeste do nosso Estado, mas pela disposição do mapa em estudo deve ser identificada como sendo a enseada de *Caiçara*, a qual é cheia de parciais e a que Diogo Homem apelidou de «b aparcelada» e Levino Hulsium «B. Prancelata», o primeiro, 20 anos antes e o segundo, 20 anos depois de Vaudeclaye.

O «r premier» encontra simile nos mapas de Jacopo Gastald (1554), que escreveu «R. Primer»; de Mercator (1569), grafando «R: primero», embora muito deslocado para o Sul; sendo em varios mapas encontrado o titulo de *primeira* aplicado a pontas e baias dessa região, quase sempre a E. da das Tartarugas, identificada como sendo a de Macau ou Açú. O Rio que desemboca entre as grandes enseadas pode ser o Aguamaré, devendo a lingua de terra anterior ser a ponta de Tubarão.

A léste da «grande bee», acham-se a beira-mar dois montes, mais ou menos a 5° de lat. sul. Na região, os morros que aparecem anexos são os «Três Irmãos», aliás, em numero de três na conformidade do seu titulo, mas sem grande altura para merecerem destaque, e os cômoros chamados «do Maxixe», pouco antes do pontal de Caiçara.

Entre esses morros ficam o de Santo Alberto, visível a cerca de quinze milhas. Talvez o cartografo quizesse referir-se a serra Verde ou aos cabeços dos Cabugis perceptíveis do alto mar, na zona em estudo e tanto é aceitavel esta dedução que Aires de Casal, na sua «Corografia Brasilica», descrevendo o rio Aguamaré, diz ser «o logar de sua embocadura assinalado com dois montes de desigual altura, ambos com forma de pão de açúcar e obra de duas leguas do mar. «Cambujys he o nome que o designa» (Tomo II, 190).

O nosso secular geografo errou quanto á distancia que os separa da costa. Quer a serra Verde, quer o pico do Cabugi e um outro menor conhecido por Cabugisinho ficam bem afastados da orla maritima, sendo divisados a 17 milhas da costa, distancia em que os cerros praianos são invisiveis.

Depois desses montes anonimos, vê-se o «R de de ouytacas». Pela posição geografica cerca de 5° 10', devia ser o rio de Touros, mas, como este rio fica á direita da ponta de Calcanhar e esta, por se encontrar na inflexão da costa, mostra-se no mapa ainda muito ao Sul do dito rio, é provavel que o «ouytacas» seja um outro curso d'agua.

Segue-se uma aldeia indigena denominada de «Soua Soutin», já na costa oeste de «Saint roc», aproximadamente a 5° 30'.

Logo adiante emerge a ponta, onde se dá o desvio do continente de O. para o S. e se nota a inscrição «Saint roc». Pela configuração topografica, deve ser o cabo Calcanhar, ficando o de S. Roque mais ao sul noutra saliencia, porém, a latitude que lhe dá o cosmografo anda por volta de 5° 40', mais aproximada da do promontorio de S. Roque, aliás ainda com um excesso de uns dez minutos.

Poder-se-ia levar Calcanhar para uma outra ponta mais a oeste, por ser mais conforme a sua latitude e interpor-se entre as duas pontas, no mapa, uma vasta anseada que se ajusta perfeitamente á de Petitinga.

Além disso, o espaço que restaria do cabo de S. Roque, se o transportassemos para o Sul do desvio da costa, até o rio que se vê á direita, o qual bem corresponde ao atual Potengi, é demasiado reduzido e não comportaria os varios acidentés geograficos existentes nesse trecho, como as enseadas de Genipapú, Muriú, Porto Mirim e Maxaranguape, morros de Pratagi e Pitanguí, pontas de Genipabú e Jacumã.

O rio que se segue e dissemos ajustar-se perfeitamente ao Potengi, mostra um estuario bem espaçoso; extenso de muitas milhas, com duas ilhas e varios montes do lado direito, com o nome — «*potiou*» — ao fundo e tabas indigenas em ambas as margens.

Os morros de Petropolis, Pinto, Mochila, Estrondo ou Branco e os de Guarapes ainda atestam a identidade do rio.

A sua largura e o comprimento de algumas leguas navegaveis são por demais conhecidas. As ilhas, a que tambem se refere Gabriel Soares, podiam ser formadas por gamboas como as Manimbú e Jaguaribe.

Potiou não está longe dos *Potiii*, *Potigy*, *Púttigi*, *Pottegie*, *Potuxy*, de varios outros autores. Ademais, a latitude dada por Vaudeclaye, cerca de 5° 50' para a barra do rio, pouco difere da encontrada mais tarde: 5° 45'5" (F. Pereira, Roteiro cit), ou 5° 47' (Boletim Geografico, IV, 139).

Ao sul dos morros da margem direita do rio, encontra-se a palavra «*huap*», com a explicação: «*huap est une grosse montagne de sablons blanc et ya bonne rade*». Como se vê, refere-se aos montes realmente de areia branca, que nessa região alcançam 128 metros de altura, sobrepujando os demais da costa norte-rio-grandense, só encontrando rivais mais á direita, ao sul de Pirangi, com 125 metros, e de Tabatinga, com 130 (6° 4) E. Mouchez (Atlas). A legenda não esqueceu o bom ancoradouro que oferece o Potengi.

Mais ao sul, destaca-se um rio que deve ser o Pirangi, desde que, apesar de certa largura, encontra-se uma inscrição que diz: «*ici a bone rade et une petite riviére deau doulce*». Realmente ha por ali uma bôa agra e fontes nativas de agua doce, como encontrara o cartografo, tendo havido no porto

dos Buzios forte comercio de pau brasil no tempo dos Franceses.

Depois vem «Tabatu» sem duvida correspondendo ao local hoje conhecido por *Tabatinga*. Vau-declaye anota ao lado: «ce petit illete semble dunne barque a la voyale».

João Teixeira risca o rio *Tabatinga* no interior da barra e rio *Toraivo*, ao sul do Porto dos Buzios e rio *Pirangi*. (Atlas junto ao «Livro que dá a Rezação do Estado do Brasil»). E. Mouchez coloca *Tabatinga* entre os altos montes, de que falamos acima, de 125 e 130 metros de altitude, justamente como se vê na carta que estamos comentando, ao norte da barra do Camoropim, desaguadouro da lagôa de Papari. A latitude, que lhe dá Mouchez, de cerca de 6° 4' não está longe da calculada pelo seu antecessor. Vital de Oliveira e outros confirmam a colocação.

Segue-se uma chanfradura, onde desemboca um rio, em cuja margem austral se lê «*pernamboube*», sendo o rio continuado por um caminho conducente a uma aldeia indiana.

O termo *pernamboube* facilmente transformou-se em Pernambuco, nome que não é alheio á nossa geografia.

João Teixeira (1612) regista «Rio Paranapuc» ligando a lagôa «Guraira» ao mar (Atlas cit); K. de Resenlaer (1628) fala em «Pernambuco» entre Guirayre e «Tageryrich» (An. da Bibl. Nac. 29, 172); Rodolfo Baro (1647) escreve «Paranambuio, e Guarayre», donde se vai a ribeira de «Tareyrich» («Remarques do Sr. Morisot sur la voyage de Rouloux Baro, au pays des Tapuies»).

O coronel Artchofski, na sua viagem ao sul da capitania, em direção ao Cunhaú, em 1634, deparou, na tarde do terceiro dia, um povoadosinho perto de um lago com algumas leguas de extensão alcunhado *Pernambuco*, onde havia muito gado, bem

como na mata adjacente distante da barra do Cunhaú três leguas (J. de Laet, "An. da Bibl. Nac. 41-42,39).

Os cartografos flamengos Marcgraf e Vingboons confirmam a existencia do termo, o primeiro escrevendo "Pta de Pernambuco", fronteira á lagôa de "Guiraraira" e entre a ponta de "Pipa" e "Cururu-guaçu", e o segundo assinalando "Pta de Phernamboq" e simplesmente "Phernambocq", este na barra ponteadada da "Alagôa Geroyra" e aquella ao norte da "Pta da Pipa".

Dest'arte, apesar do cartografo diepense nao riscar a lagôa e apenas traçar um rio com uma angra bem larga na sua foz, parece que êle quiz assinalar o acidente geografico, dando apenas o nome de sua communicação com o oceano.

Antes de chegar a 7º de latitude S, deparam-se dois promontorios, talvez, as atuais saliencias da Pipa e de Bacopari, que formam a baia Formosa, desaguando no seu seio um rio, em cuja riba direita se lê — "Arapita" e na esquerda "Asasuteue". O primeiro lembra o antigo toponimo "Orapipy" "Oratapia" "Oratapic" "Aratipicaba", ao sul de "Goaramatai" (Curimataú). Como fica logo ao sul da lagôa de Guaraira, pode ser admitido como equivalente ao Curimataú, mesmo porque no seu fundo ha uma taba indigena e a palavra — *Kamaciot* ou *Ramaciot* mui parecida com a de *Gramació*, aldeia posteriormente encontrada na região e denominação tambem de um rio que desagua no atual Catú, alcançando o Atlantico na barra do Sibaúma. Asasuteue não posso atinar o que seja.

Segue-se "la bee Sainct domingue", cujas extremas estão entre 6º58' e 7º10' de Lat. S, a cerca de meio grau distante da posição real do rio Guaju. Esse nome é tido como sendo o do atual Paraiba, cuja foz, segundo Mouchez, se acha a 6 57'. D. Homem, G. Mercator, A. Ortelz e J. Martinez, collocam-no ao sul da baia da Traição ou proximo do

rio ou baía de Pernambuco e de Itamaracá, sendo que Rheodore de Bry, regista "R. e "Baía de S. Domingo", ao norte do "C. de Augustino".

Antes desses, uma vez que Diogo Homem é o mais antigo e data de 1558, Alonso Chavez, em 1536, já consignava a "Bahia de S. Domingo" a 7º de latitude sul, como o fez Vaudeclaye, mais de quatro decenios depois.

Vaudeclaye só chama de "rivieri grande" um rio que fica a 2º ao sul do Equador e distante do delta amazonense uns tres graus, ou cerca de 330 quilometros da vasta chanfradura, parecendo ser o Mearim ou o Itapicurú, servindo o nome de "grande", provavelmente, mais para designar o golfo em que desagua do que propriamente os rios, uma vez que a E. despeja no mar, o Parnaíba, muito mais longo, mas cuja embocadura não oferece ao observador a amplidão da baía de S. Marcos ou de S. José, e muito menos das duas reunidas.

Foi o primeiro cartografo que mencionou aldeias indigenas, largando a orla maritima, tendo estado no país principalmente no rincão norte-riograndense, cujo interior descreve mais circunstanciadamente do que os compreendidos no seu mapa, desde a Amazonia até a Bahia.

Vemos, além dos toponimos referidos, legendas explicativas de certos accidentes geograficos da costa ou proximos á mesma, tabas do gentio que habitava o litoral e mesmo já na região serrana, a dezenas de leguas do Atlantico, bem como referencia ás suas armas, numero de guerreiros, denodo, amizade, adornos, portos, serras e produtos do país.

Não registra povoações que por ventura fundassem e tão somente tabas de selvagens, como sejam *Soua Soutin*, a oeste da "Saint roc" e "Ourapari" á direita de "Potiou", *Sarara Ouasau* e *Randon* formando uma segunda linha afastada da costa, antes das serranias e, na retaguarda, já na região

dos montes e serras, a denominada *Ouaratiaume*. Mais para o interior, talvez a umas cem leguas da fós do Potengi, a SO, uma nação selvagem tão numerosa que, só em guerreiros, poderia fornecer dez mil.

É certo que os Portugueses e Franceses procuraram, desde o começo do século, conhecer a terra e nela estabelecer-se, mas, um perturbava o outro, de modo que os segundos se limitaram a entender-se com os nativos procurando sua amizade, misturando-se com êles, afim de proteger o trafico de mercadorias e evitar o avanço dos Portugueses, que vinham de Pernambuco, Itamaracá e Paraiba para o norte, tanto que os primeiros donatarios da capitania, apesar de dispenderem grande soma em duas tentativas, em 1535 e 1555, não puderam manter-se em terra, sendo repellidos pelos Petiguares aliados aos Franceses.

Não ha duvida que os Portugueses conheciam algo de nossas costas, mas mui pouco. De começo, só alguns nomes, isto mesmo de S. Roque para o ocidente e em lingua de origem européa. Alguns toponimos indigenas surgem nos mapas de Reinel, no Sul da colonia, relembrando um deles por Jean Rotz e Descaliers, cinco e sete lustros mais tarde. Estava-se no meado da centuria e o contacto com o gentio pouco transparecia nessas publicações. Para o norte do Potengi, o vocabulario mantinha-se europeu e ao sul apenas duas palavras tupis surgiam esporadicamente, desde Reinel: *Oratapipy* ou *Ora tapia'* *Oratapic*, *Oracapica* e *Ora pinhom*, correspondendo ás atuais pontas da Pipa e de Bocopari, segundo a interpretação de alguns estudiosos e a posição dessas linguas de terra.

Depois disso, surge Diogo Homem transtornando a ordem estabelecida pelos anteriores e grafa do N. para o S.—*Orapi* e *Oratapica*. Este nome que identificava a ponta da Pipa passa para o sul da-

quela e Orapi, que mais se adaptava ao de *Ora pinhom* ficava ao norte do que deveria ser. Mais de um decenio após, Mercator e Ortelz reduzem o tóponimo a *Ora* e como se acha desacompanhado do outro, não se sabe a qual deles deverá ser aplicado.

Em 1561, por um alvará do rei de Portugal, se fica sabendo do apelido tupi do porto dos Buzios— *Pyramgypepe*, depois *Pyramgype*, hoje *Pirangi*, e, talvez, em 1535 ou 1555, o do rio Ceará-mirim, alcunhado pelos Potiguares da *Baqui*pe.

Fernão Vaz Dourado surge, em 1571, com *impurma*, ao lado de um rio e, em 1580, com *Impurama* numa ponta, repetindo esta palavra um pouco ao norte, logo após o termo baía, tudo ao sul de São Roque, como se fôra na região do Potengi, e Luiz Teixeira, em 1574, regista *tabatinga Camarative* e *Itacoatisara*, este, segundo Gabriel Soares, correspondendo á ponta da Pipa e os demais a acidentes conhecidos e somente, em 1579, este vocabulario augmenta com a carta de Vaudeclaye com os termos *Ouytacas* e *Sona-Soutin*, ao NO de S. Roque; *Poitiiou*, no Potengi; *Tabatu*, *Pernamboube*, *Arapita*, *Asasuteue* e *Kamaciot*, ao Sul do Potengi, além de alguns apelidos de tabas indigenas pelo interior da capitania; e em 1582, a carta geografica de Martinez nos apresenta — *puinitingo* e *guegali*, que poderiam ser identificados como sendo a agra de Petitinga e o rio Guajú, respectivamente.

EM MEMORIA DO PADRE MIGUELINHO

ALOCUÇÃO PROFERIDA NA SESSÃO CONJUNTA DO INSTITUTO HISTORICO, ACADEMIA DE LETRAS E SOCIEDADE DE FOLKLORE, A 12 DE JUNHO DE 1947.

Minhas senhoras, Meus senhores:

É imperativo, nesta casa da Historia, onde se abrigam e vicêjam as letras academicas e as maravilhas do Folklore nacional, um culto, uma tradição, um dógma, que é a propria razão da sua existencia.

O culto dos dias passados, a rememoração dos fastos historicos, a veneração dos mártires, a exaltação dos heróes e das épocas já volvidas, é uma especie de religião, que tem os seus templos, os seus sacerdotes, os seus ritos, a sua altisonancia, para maior edificação das gerações contemporaneas.

Esse devocionário civico, para nós, que cultivamos o Passado, e nele achamos seiva e vigôr para nos alentar nas incertêsas e amarguras dos dias presentes, em preparação de um melhor Futuro, está na razão dirêta dos laços que nos prendem áquelas figuras primaciães, que, pelo seu valor pessoal, pela elevação dos seus atos, pelo seu martirio, pela sua abnegação, merecem da Patria a consagração unanime, equipáravel á *deificação*, que, outrora, nos aureos tempos de Roma, erigíra, em «deuses lares, penates e manes», os heróes da Nacionalidade, os numes tutelares da Casa e da Familia.

Temos o precípua dever de acalentar essas tradições civicas, reverenciar os nossos heróes e

martires, exaltar-lhes as ações beneméritas, que contribuíram para a melhoria do povo, para esclarecimento dos nossos ideias comuns, para o progresso como nação organizada.

Está neste caso o grande patriota, Padre MIGUEL JOAQUIM DE ALMEIDA E CASTRO, sacrificado, ha cento e trinta anos, na data, que hoje transcorre, no Campo da Polvora, da Cidade do Salvador, como um dos principaes responsaveis pelo crime de Lesa Majestade, que fôra a Revolução de 6 de março do ano lúgubre 1817, em Recife, capital de Pernambuco.

Tambem, no mesmo caso de merecerem a veneração publica e unânime dos seus conterraneos, estão a memoria do grande guerreiro da Restauração, Dom Antonio Felipe Camarão, a do infeliz chefe do governo daquele ano, entre nós, Cel. André de Albuquerque Maranhão, a do malogrado inventor do «Pax», Augusto Severo, dos mártires de Cunhaú, Ferreiro Torto e Uruassú, nas jornadas sangrentas de 1645. Todos eles, ao par dos que erigimos ao altar das nossas mais sinceras homenagens, representados nestas efígies venerandas, (apontando os quadros) são objeto do nosso culto civico, os nossos «deuses láres», componentes imortaes do nosso agiológio patriotico.

Quem quer que penetre os humbraes deste Templo da Historia, quem se abrigar dentro destas paredes venerandas, ou por espirito de associação, ou por simples eventual presença, precisa saber e respeitar as nossas tradições, tem de prestar vóto de fidelidade, deve venerar os nossos heróes e mártires, tal como aquele celebrado Noel Santini, que, júnto ao tumulo de Napoleão, o Grande, nos Inválidos, bradava a quantos daquele sarcófago, irreverentemente se acercavam:

— “Queira descobrir-se deante do Imperador”!

Assim também, minhas senhoras e meus senhores, diante da effigie de Miguelinho, sacerdote, martir e heróe, devemos descobrir-nos, evocar a sua bravura inimitavel, o seu sacrificio, multiplamente util e valoroso, porque foi, em toda a sua vida, um exemplo de Bondade, de Edificação, de Saber, de Energia e de Inquebrantabilidade, até em frente á propria Morte!

Não é licito a ninguem, porque não se lhe descobriram jamais defeitos, ou vacilações, escarnecer da sua memoria, deslustrar-lhe o brilho inconfundivel, subestimar a sua varonilidade, o seu heroismo, emfim, porque fazê-lo, estou certo, é deshonnar o nome potiguar, é denegrir um patrimonio sagrado, é renegar um Passado brilhante, que tanto nos honra e tanto nos esforçamos por conservar, polir, incentivar, manter e afervorar, no ânimo das atuais gerações norte-riograndenses!

O acontecimento memoravel, que é a razão desta solenidade, é simples e de todos vós bém conhecido.

Miguel Joaquim de Almeida e Castro, nascido nesta cidade, a 17 de setembro de 1768, filho do capitão Manoel Pinto de Castro, portuguez, natural de São Verissimo de Valbon, no Porto, e da norte-riograndense, D. Francisca Antonia Teixeira, batizado a 3 de dezembro do mesmo anno, aqui viveu os primeiros annos de sua existencia, até a puberdade, quando se transferiu para Pernambuco, ali iniciou seus estudos, entrou para o Convento dos Carmelitas de Goiana, onde professou em 1784, tomou o apelido de Frei Miguel de S. Bonifacio, (ou Frei Miguelinho), viajou á Lisboa, como ajudante do procurador da sua ordem, estudou, aperfeiçoou-se nas letras humanisticas do seu tempo, conseguiu, em 1800, secularizar-se, por breve do Sumo Pontifice, voltou ao Brasil, foi escolhido Mestre de Retórica do recém-fundado Seminario de Olinda, ensinou va-

rias gerações, fêz parte dos Templos Maçonicos, tomou posição no movimento de emancipação, que es- talàra naquele ano de 1817, foi prêso, a 21 de maio, embarcado no brigue «Carrasco», a ferros, no porão, desembarcado, em Salvador, ouvido a 10 de junho, sentenciado e condenado a 11, fuzilado a 12, às 4 horas da tarde, e sepultado, em seguida, (résa uma tradição, com todas as mostras de verdade), por detrás da Capela de N. S. das Graças, do «Azilo de Expostos», no antigo Campo da Polvora, depois, dos Martires, e hoje, Praça Pedro II, daquela cidade, sem que haja ali qualquer vestígio ou sinal do seu sepultamento, segundo a informação que me deu o eminente Prelado, D. Marcolino Dantas, consocio ilustre, que, por muitos anos, curou a capelanía dos «Expostos». (1)

Já se vê que a historia do martir foi breve e simples.

Mas, assim como os grandes meteoros, que, na profundêsa das noites estivaes, cortam os ceus, traçando um rastro de refulgencia incomparavel, assim tambem, o padre Miguelinho, ou o «padre mestre Miguel Joaquim», como lhe chamava o seu discipulo e apologista, Mons. Muniz Tavares, deixou da sua rápida trajetoria terrena, uma clareira de luz ini-

(1) Adauto da Camara, brilhante confrade, residente no Rio, disse-me em carta de 29-7-1948:

«Julgo oportuno lembrar-lhe que, em um velho trabalho meu sôbre Miguelinho, publicado na «Revista das Academias», em 1938 e 1939, dei uma informação acerca do local em que sepultaram o herói natalense. Extraí-a do «Resumo Cronológico e Noticioso da Provincia da Baía», e consta de uma nota de J. Teixeira Barros, cujos termos são os seguintes:

«Os restos mortais do Padre Miguelinho foram inhumados no antigo cemitério do Campo da Pólvora, reservados aos escravos, aos pobres e aos que padecessem de morte violenta. Até então, as inhumações de cadáveres se faziam nas capelas, igrejas, conventos e mosteiros. O Padre Roma foi sepultado na matriz de Santana, em logar não assinalado, por concessão especial do respectivo vigário, padre Manuel Coelho de Sampaio e Menezes, atendendo à condição sacerdotal do arcabuzado».

E, em carta de 21-8-48, autorizou-me a publicar a nota acima». N. do A.

gualavel, um caminho resplendente de heroismo e de dignidade, que todas as gerações teem proclamado e abençoado.

Não é necessario aprofundar as minúcias desses acontecimentos, de ha cento e trinta anos passados.

Mas, vale a pena respigar, na palavra insuspeita dos historiadores e historiógrafos, desde os seus contemporaneos, que participaram da Revolução de 1817, até os mais modernos e os atuaes, qual o conceito, o valor e a estima em que sempre foi tido o grande patriota norte-rio-grandense, que agora rememorâmos com indissivel veneração.

Começemos pelo padre Joaquim Dias Martins, nos «Martires Pernambucanos», para quem ele foi

«Astro de primeira grandêsa, na fase organica do Governo Republicano de 1817. Foi grande teologo, sublime filosofo, profundo politico e consumadissimo orador, tendo realçado modestia, religião e humanidade».

«Confessa ter ouvido muitos e mui abalisados oradores, mas, só viu um — Miguelinho». (Martires Pernambucanos, 1852.)

quando se referia ao cargo de Secretario, que, diz ele,

«desempenhou-o tão dignamente, que, sem ele, nada nem pequeno nem grande, se fazia na Republica; suas virtudes civicas e religiosas, especial civilidade e humanidade receberam tal realce com o seu novo emprego, que ainda não encontramos um só inimigo, nem um só coração insensivel á sua lamentavel tragedia ou glorioso martirio.»

A seguir, Muniz Tavares, tambem sacerdote, autor da «Historia da Revolução de 1817», ao co-

mentar a celebre «proclamação inicial da Nova Republica», asseverava :

«Seu autor foi o padre Miguel Joaquim de Almeida e Castro e com a qual retratou fielmente o seu dôce carater e consumada prudencia: aborria os movimentos precipitados, desejava a revolução, mas, quando fossem dispostos os elementos, quando os meios de a sustentar se proporcionassem á dificuldade da empresa.»

Adeante, quando relatou a oração proferida no «Te Deum» solene de 8 de março, na Matriz de Santo Antonio do Recife, ao terceiro dia da Revolução, dizia :

«Hum panegirico recitado pelo Padre Mestre Miguel Joaquim arrematou a função. O auditorio ficou penetrado da unção evangelica, com que aquele sábio Ecclesiastico orou; Brasileiros e Portugueses não podiam conter as lagrimas, jurávão todos mutua concordia.»

Maximiliano Lopes Machado, prefaciando a 1ª edição da «Historia da Revolução,» do mons. Muniz Tavares, chamava-o de

«Respeitabilissimo Sacerdote, Miguel Joaquim de Almeida e Castro.» (pag. LXX da Edição de 1917).

Oliveira Lima, notavel diplomata e polígrafo que todos respeitamos, na nota XXXVII, edição de 1917, da obra já citada, proclamava:

«O Padre Miguelinho fês-se notar durante toda a revolução pelo seu espirito evangelico. Tanto a proclamação ao povo, por ele lançada como secretario do Governo Provisorio,

é alheia a sentimentos de vingança e até ple-
tórica de efusão, como é repassado de verda-
deira união religiosa e de comovedora eloquen-
cia o sermão por ele pregado por ocasião do
«Te Deum,» cantado na Matriz de Santo An-
tonio»

E prosegue:

«A sua fortalêsa, quando julgado, foi EXTREMA,
e ele, NOBREMENTE REIVINDICOU, como
SUAS, assinaturas que estavam sendo postas
em duvida no empenho de inocenta-lo.» (pag.
102/3 da «Historia da Revolução de M. Tava-
res, 1917).

Tolenáre, viajante francês, que se achava em
Recife, ao tempo da Revolução, em suas «Notas Do-
minicaes», informa Oliveira Lima (op. cit. 138)

«admirava o espirito do Padre Miguelinho e
em suas «Notas» deixou consignado um elogio
ao seu JUIZO CRITICO, o que equivale dizer
á sua IMPARCIALIDADE».

Os nossos conterraneos, que se ocuparam da
individualidade de Frei Miguelinho, em prosa, no
verso, da tribuna, são todos invariavelmente con-
vitos da grandêsa moral e da heroicidade do pa-
triotista de 1817, quando lhe gabam o desprendimento
e a coragem invulgar de destruir papeis que com-
prometiam outros muitos adeptos da Revolução e
reconhecia a autenticidade dos proprios, que uma
evasiva, talvez, calculada do ferós presidente da Al-
çada, procurava inquinar de falsos, ou contrafeitos.

Manoel Dantas, nosso saudoso consócio e ilus-
tre ensaista em varios generos da literatura, dizia
(12 de junho de 1917):

«Prefiro antes invocar a figura angélica desse

martir, (Padre Miguelinho), que elevou com sua coragem estôica e santificou com sua contrição evangelica a hora na qual se entregou em holocausto á Patria»...

«A figura de Miguelinho tem-se tornado épica e lendaria, através dos tempos

«...evocando o grande espirito de Miguelinho, astro brilhante que fulgiu na terra, ha mais de cem anos, nos sintâmos banhados neste suave misticismo, que conforta a alma e retempera as energias, para, tambem, como ele, abnegados e, como ele, estoicos, até o momento derradeiro, sabermos sofrer e resistir, si a Patria ofendida precisar que a defendâmos, num supremo arranco de patriotismo.» (Rev. I. H. G., vol. XV, 1917, pags. 99/116).

Meira e Sá, um dos mais nobres espiritos que conviveram conosco, durante toda a sua vida, sentenciava que...

«...salientou-se pelo talento, fino tacto, extraordinaria actividade, raras virtudes, inclita coragem e inquebrantavel dedicação á causa republicana, o insigne secretario do Governo padre Miguel Joaquim de Almeida e Castro, o Miguelinho, filho immorredouro do Rio Grande do Norte.

«...mais brilhante e assinalado se tornou o seu papel de admiravel calma, extraordinaria coragem, nobre abnegação, resignado heroismo e sublime franquêsa — quando teve de enfrentar a adversidade inteira, na fase medonha, torturante, terrivel, tétrica do ominoso processo, a que respondeu...

«... grande e devotado patriota, tombava e desfalecia, com o largo peito varado de balas, era

para ressurgir, logo depois, de pê e imortal, nas paginas gloriosas da Historia, nimbado da triplice auréola refulgente — de preclarissimo Ministro de Cristo, patriota maximo, martir sublimado na fé excelsa, profunda, inexpugnavel dos principios democraticos e da independencia da Patria, que havia de vir, dentro em pouco, como veio, cinco anos após.» (Rev. citada, pag. 47/48).

Francisco das Chagas Souza Pinto, illustre riograndense, doutor em Direito, tambem entendia que

«teem incontestavel direito á veneração da Patria os martyres imolados ao furor do despotismo, porque se votaram abnegadamente á causa da Independencia nacional, pela qual soffreram e pereceram.

«Entre eles, achou-se o padre Miguel Joaquim de Almeida e Castro. Nobilitado pelo saber, como atestam os seus contemporaneos, inspirado pelo patriotismo, glorificado pelo soffrimento e pelo martyrio, bem merece o premio e a homenagem da Posteridade.» (Rev. I. H. G., vol. XVI, 1918, pags. 50.)

Entre os vivos, que ainda aĩ estão para confirmar os seus conceitos, poderemos destacar:

H. Castriciano, companheiro de lutas, alto poeta e escritor, que sofre, (2) num leito de hospital, as amarguras de um poente melancolico, disia no «Hino de Frei Miguelinho»:

«Foi tua vida um sacrário
Um sonho feito de luz;
— Padre, subiste ao calvario,
— Heroe, mereceste uma Cruz!».

(2) Faleceu a 26 de Julho de 1947, na Policlínica do Alecrim, nesta Capital (N. do A.)

O Ministro Augusto Tavares de Lira, notável historiografo potiguar (Historia do Rio Grande do Norte, pag. 800) exaltava-o:

«É uma das figuras mais fulgurantes da nossa Historia, pela sua grandêsa moral, sugestiva e simpatica».

Francisco Pinto de Abreu, ilustre poligrafo e educador, num discurso oficial de 17 de junho de 1907, (Rev. IHG., vol. IV, 2, 1906), declamava:

«Olhae o Atleta que resurge, conspirando contra a opressão; é a alma de Cicero que fala pela vós de Santo Agostinho.»

«E, ainda hoje, através de tantos seculos, vem dominar pela virtude, pela honra e pela liberdade, a eloquencia sedutora desse preclaro varão.»

Adauto da Camara, presado companheiro da Academia de Letras, fê-lo seu patrono, com o aplauso irrestrito da nobre Companhia, em fevereiro deste (1947), proferiu-lhe aqui mesmo, o elogio, num trabalho alentado, erudito, consciencioso e nobilitante, em que sobresáe o grande heroe norte-riograndense.

Francisco Palma, igualmente companheiro, já arredado dos afazêres das letras, em vibrante sonêto:

«Dá-me a triste visão do Calvario bemdito,
A tiranía humana em face do Infinito
E o sereno perfil do nobre fuzilado
Morreu dentro da luz' do Pensamento Novo.»

Ezequiel Wanderlei, já desaparecido do nosso afêto, tambem celebrava em sonêto:

«Padre! Tú que afrontaste os peloiros da sorte,
Sem curvares o joêlho ás leis do despotismo
Na vida foste Heróe e foste Heróe na Morte!

Morreste, sem morrer e, ativo e sobranceiro,
No zimbório da Fé, na torre do Civismo,
Legaste um nobre exemplo ao povo brasileiro!»

E, Segundo Wanderlei, o mais popular e querido dos nossos poetas, o condoreiro magnifico, toda a vida a ser escutado nas nossas festas familiares, declamava:

«Quando outrora de um trono a sórdida cobiça,
Pretendeu imolar o símbolo da Justiça,
No labio amordaçando o verbo do sentir:
— O Apóstolo genial, na fébre do Civismo,
Rasgou, de meio a meio, o véo do Servilismo,
Abriu, de par em par, as portas do Porvir!

.....
«Ó Levita do Bem, tu vales um tesouro,
Inúnda-te o perfil um Niágara de ouro,
Esmálta-te o sacrário a aurora boreal;
Teu sacrificio augusto ánima e nos consola...
Seja o nosso estandarte a tua branca Estóla,
Seja o hino da Paz o sonho Universal.»

Permití-me trazer-vos, afinal, uma joia de fino lavor, frases de um poêma de Pedro Mendes da Costa, talentoso patricio, que hoje vive no Rio, ao celebrarmos, em 1906, o 89º aniversario do excelso Martir da Brasilidade, que foi Miguel Joaquim de Almeida e Castro, quando descrevia, em tópicos imortais, a «Trajetoria Humana da Gloria», através todas as figuras imarcessiveis da Historia, nimbados da luz dos Seculos, como si fôra «um fantascópio de extraordinarias cenas», no qual ele via e ouvia:

..... «deslumbrado,
«Um coro triumphal de epinicios na altura:
— Astros! Glorifica e o Miguelinho ousado,
Que atravessa fulgido a celeste Planura.

Nume! Sol! Semi-Deus de majestoso porte!
Salve! Síntese fiel da nossa heroicidade!
Salve! o Titan que fêz, ao resvalar na Morte,
A sementeira da Liberdade!
Martir! Fibra de heróe, sem émulo na Terra,
Mais que os bravos da Paz e os Hercules da Guerra,
Que és todo o nosso orgulho e o louro mais perfeito:
— Dá-nos o amor da Patria, esse que no teu peito,
Tinha, nas convulsões indómitas, sincéras,
O fogo e a lava das Cratéras! »

Eis aí, minhas senhoras e meus senhores, em palido esboço, o perfil mental e civico do glorioso patricio, cuja memoria imortal agora celebramos, com o maior ardor dos nossos corações.

Deante de tão fundados e explicitos julgamentos, em frente a depoimentos do mais subído valor probatorio, já não é mais possivel, nem razoavel, negar ao Padre Miguelinho a auréola do heroismo, que lhe tem consagrado a Posteridade, em côro unisono de bençãos e de gratidão.

Ele foi o martir sem par, o heróe inconfundivel, que soube resistir ás fementidas insinuações do seu algôs, para salvar a honra dos seus principios de fé e na democracia.

Mas, bastar-nos-iam esses testemunhos e esses julgamentos, si já não existissem demonstrações officiaes de alto cunho consagratório, por parte de instituições e órgãos governamentaes, numa serie ininter-ruta de atos e homenajens ao inclito martir e heróe potiguar.

O Instituto Historico, em 1906, promoveu grandiosas manifestações, em memoria de Frei Miguelinho, para recordar o 89º aniversario do seu fuzilamento, quando foi dado o nome venerando e venerado á rua, em que ficou demonstrado haver nascido o nobre sacerdote.

Depois, em 1912, por ocasião de ser creado o

Grupo Escolar do Alecrim, iniciativa do saudoso Candido Medeiros, em desdobramento da sua «escola dos pobres», de São Vicente de Paulo, lembrei ao dr. Alberto Maranhão, então governador do Estado, o nome do excelso Patriota de 1817, para patrono do novo estabelecimento escolar. Ideia aceita imediatamente por ele e pelo seu secretario, Dr. Francisco Pinto de Abreu, converteu-se, desde logo, no decreto nº 277B, de 18 de setembro daquele ano e que ainda perdura entre a admiração dos que ali se teem educado e dos que sabem venerar os martires e os heróes.

Mais tarde, em 1917, Antonio Parreiras propunha ao Governo do dr. Ferreira Chaves a composição de uma grande tēla historica em recordação do Padre Miguelinho, fixando aquele «celebrado instante», em que ele repelia as insinuações pērfidas do Conde dos Arcos. E lá ficou, no salão nobre do Palacio do Estado, agora transformado em repartição burocratica, aquela majestosa tragédia em que o pincél do renomado artista fluminense traçou o perfil do inolvidavel patriota, no momento exato em que ele ascendia aos páramos da Gloria.

Ainda, em 1917, novas e mais grandiosas demonstrações civicas assinalaram, por iniciativa do Instituto Historico, a passagem do 1º centenario do arcabuzamento do Padre Miguelinho, não só nesta capital, como em varios municipios do interior, quando, na opinião incontroversa dos nossos concidadãos e das mais nobres mentalidades do tempo, ficou definitivamente consagrada a memoria daquele augusto ministro de Deus, como a encarnação viva e peréne da heroicidade da nossa gente.

Mais tarde, em 1936, creada a Academia figurou Frei Miguelinho, como patrono da cadeira nº 1, de que é titular Adauto da Camara.

Por taes razões, é que, hoje em dia, não teriam mais ambiente propício aqueles sarcásmos que

o Conselheiro Pereira da Silva e o futuro Visconde de Porto Seguro lançavam contra os rebeldes das várias jornadas democraticas no Brasil, desde Bernardo Vieira a Tiradentes, dos martires de 1817 aos de 1824 e 1848, tão só no vil proposito de agradar ao «Grande Neto do Grande Avô», que respondera pelas crueldades e miserias dos seus áulicos e apaignuados.

Ultimamente, na revisão dos limites e nomenclatura dos nossos 42 municipios, de cuja comissão eu fazia parte e era o presidente, foi minha a proposta aceita e, em seguida decretada pelo saudoso interventor interino Desembargador João Dionisio Filgueira, (decreto de 30 dezembro 1943), em que se dava o nome do grande martir potiguar ao antigo municipio de Santo Antonio, porque esse topônimo coincidia com o de um municipio da Baía, que lhe levava a prioridade, conforme a lei federal.

Minhas senhoras e meus senhores:

Convem parar nessas indagações, mas, não antes que ainda nos voltemos para um argumento, que não poderia ser aceito nem discutido, sequer.

Foi Miguelinho um suicida, no proprio sentido do termo? Foi ele um desertor da vida, de que não tinha o direito de dispôr?

A tese, além de indelicada, é superflua.

Porque morreram no cadafalso os Tiradentes, os Miguelinho, os Felipe dos Santos e tantos outros, não eram eles suicidas, não!

É porque não fugiram a fé dos seus compromissos, é porque não queriam evasivas, ou saídas deshonrosas, para seus atos, é porque selaram com o risco da vida a sua altivês, deante do algôs.

Dizem cronistas que o Conde dos Arcos, anos depois dos sucessos de 1817, (Dr. Souza Pinto, «Biografia do Padre Miguel Castro», Rev. I. H. G., vol.

XV. 1917, pag. 94) encontrando-se com o bispo de Pernambuco, no Rio, declarou que DESEJARA SALVAR A VIDA dos dois clérigos, isto é, o Padre Miguel e o Deão Bernardo Luis Ferreira Portugal.

Seria melhor não registrar tão disparatado e seródio DESEJO, que só se declarou quanto o remorso, que é a vós da consciencia, roía-lhe o cerebro pejado de crimes e de deshumanidades. Porque não desejou tambem salvar o Padre Roma, (José Inacio do Abreu e Lima,) enviado especial dos Republicanos á Baía, ali chegado, prêso, processado oralmente, condenado á morte e fuzilado a 29 de março de 1817, apenas 23 dias após os acontecimentos de Recife?

Porque não usou de outros meios menos cruéis para não agravar o martirio dos prisioneiros?

Simple maldade felina, a sua insinuação era a perfidia cristalizada.

Repeliu-a dignamente o Heróe e fê-lo no gesto que o immortalizou. Assim como Tiradentes, deante da Alçada, assumia a integral responsabilidade de todo o movimento, que foi a Inconfidencia Mineira, afim de minorar ou salvar os seus desventurados companheiros, tambem Miguelinho queimou papeis, toda uma noite, para subtrair á furia dos algozes os companheiros da Revolução, sabendo, porém, que «em breve, viriam busca-lo para a Morte!»

Tanto estoicismo, tanta bravura, tanta heroicidade não merece certamente a pécha de suicidio, a injuria de uma cobardía, o baldão de um crime contra a propria vida.

Teriam sido tambem suicidas o dôce e meigo Nazareno, quando silenciava no Pretório, acusado pelas turbas judaicas, na sua furia deicida?

O grande Socrates, quando ingeria a taça de sicuta, para não se entregar aos seus algozes e algozes de sua Patria? Galileu quando repetia: «Pur se muove!» deante da Inquisição? Petronio, o «ele-

gantiarum arbiter», quando abria as veias para que Néro o não profanasse?

São eles a mais alta encarnação da humanidade e, nem por ser Divino, Jesus Cristo deixou de jogar a vida em holocausto da sua missão redentora na terra. E foi suicida?

Evidentemente, não.

Si, glorificando o Padre Miguelinho, estamos em erro, bendigâmos esse erro porque ele tem sido cometido por varias gerações: si nos embaça o espirito o amor acrisolado da Terra em que nascemos e dos que a fizeram Grande e Nobre, consolêmonos dessa divina obnubilação; si laborâmos em ignorancia dos fatos e dos seus responsaveis, por miopia ou pobrêsa de espirito, então, minhas senhoras e meus senhores, abençoados esperâmos ser, no Celestial Empírio, porque ele é dos pobres de espirito, segundo as escrituras.

Deixemos aos mais sábios e mais argutos a tarefa demolitoria, que, sobre ser penosa, árdua, ingloria, trar-lhes-á a decepção, o desdoiro, a emoção do remorso cívico, de que os que cultúam a Patria e os seus Heróes jamais se haverão de queixar, ou temer! Ficamos com a tradição! Não somos Cerbéros dos nossos Martires! Preferimos deifica-los! honra-los! glorifica-los!

Tenho dito.

Natal, 12 de junho de 1947.

NESTOR LIMA.

Socio efetivo e benemerito.

SIMBOLO JURIDICO DO PELOURINHO

LUIS DA CAMARA CASCU DO

Socio efetivo e benemerito.

I

A voz da Historia é o documento e não a imaginação.

CARLYLE

Que é Pelourinho? Respondeu excelentemente o velho historiador pernambucano Vicente Ferrer, GUERRA DOS MASCATES, 37:— A INSIGNIA DA VILA! É o seu sinal heraldico e notorio de independencia, de governo, de autonomia

Escrevi na HISTORIA DA CIDADE DO NATAL, 310:—“O Pelourinho é a imagem originária da independencia municipalista, a liberdade administrativa dos Conselhos, a soberania democratica expressa na letra dos forais”.

Portugal não distinguiu, quando da colonização quinhentista, os homens que viviam no Brasil da-queles que ficaram no continente. A Lei era a mesma. Identico o processo de administrar justiça e a magistratura organizou-se dentro dos ditames das ORDENAÇÕES DO REINO vigentes. Todos teriam os fóros de NATURAIS. O Pelourinho significava, materialmente, essa representação. Em Portugal como no Brasil proclamava a unidade da Lei essencial.

O historiador português Luis Chaves informa: —“A medida que a expansão portuguesa se desenvolvia, ora impunha normas de regime municipal,

ora fixava soberania de justiça real. Aí surgia, em terras de além-mar, o Pelourinho coevo. ESTE MONUMENTO CARACTERÍSTICO DA ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA, A PROVA SUPERIOR DA SOBERANIA, QUE ELE REPRESENTAVA..." "Serviu de simbolo municipal onde o núcleo português se unificou e organizou como na Metrópole, constituindo assim o prolongamento local e espiritual, isto é, na integridade da sua existência, da terra metropolitana. Exemplo: Madeiras, Açores, Brasil".

E ainda:— "Não pode estranhar-se no Ultramar a existencia de Pelourinhos, SIMBOLOS DE JUSTIÇA E DE ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL DAS VILAS, desde que se reconheça a expansão organizadora, feita pelos modelos administrativos da Metrópole; a tradição municipal recebe assim aplicação e continuidade nos núcleos de população nacional, fundados pelos Portugueses", (PELOURINHOS NO ULTRAMAR PORTUGUÊS, 30, 31, 11, Lisboa). O Pelourinho é essa continuidade juridica indeformada.

Pelourinho armado na praça denunciava, com sua presença, um governo eleito pelo Povo, a jurisdição do Juiz Ordinario, dos almotacés, dos alcaides, todos surgidos do Povo e eleitos anualmente por ele. Devia estar em lugar visivel e nobre como simbolo do Direito e da Justiça, igual para todos: COLUMNA IN LOCO CONSPICUO ERECTA IN SIGNO JURIS...

Era a justiça aplicada diretamente pelos moradores da vila nascida ao redor de sua garantia. Era a Lei á disposição dos Juizes eleitos pelo Povo e não nomeados pelo Rei. O Pelourinho era, tipicamente uma defesa dos direitos dos cidadãos. Direito supremo de dirigir-se, governar-se, defender-se dos criminosos. Esse é, historicamente, o sentido do Pelourinho!

Teófilo Braga, o primeiro Presidente da Republica Portuguesa, ensina: — ESTA RESISTENCIA

DAS GARANTIAS LOCAIS ERA REPRESENTADA EM PORTUGAL ANTIGO PELO PELOURINHO.

Desde quando teve a Cidade do Natal o seu Pelourinho? Cidade em 1599 parece não o ter possuído nesta época. E por que não o tinha? Era Capitania do Rei. Possuía Forte possante. Tinha um Capitão Mor e guarnição militar. Mas não havia Pelourinho? E por que?

A explicação da Historia é simples e desconcertante. Natal não tinha o Pelourinho porque não possuía Governo Civil, administração localista, eleita pelos pelouros na vontade dos Homens-bons. Natal não sendo um Municipio, com seu governo, não tinha direito ao Pelourinho, que era justamente a materialização desse governo, desse direito, dessa regalia. É a lição da Historia...

JUSTAMENTE ESSAS PEDRAS NEGRAS REPRESENTAM A LIBERDADE EM FACE DO REI E DO FEUDALISMO, ensinava o erudito paleografo Pedro A. de Azevedo. Exatamente ao contrário do sentido de opressão, injustiça, arbitrio e violencia. A Historia tem dessas suspresas...

INSIGNIA DA VILA, COLUMNA ERECTA IN SIGNO JURIS, como ensinavam os praxistas e historiadores, o Pelourinho se erguia quando uma Vila nascia para uso do povo. Construído na praça pública, deante do povo reunido, lia o meirinho ou escrivão, á vista das autoridades, a Carta Regia que autorizara a criação da nova Vila e fazia o pregão inicial. O ouvidor proclamava: — Está fundada a Vila de tal e tal. Essa era a formalidade indispensavel. Sem Pelourinho quasi não se conhecia uma Vila. Daí, muito justificadamente, a exclamação de d. Fernando Pereira Leite de Foyos. Governador do Maranhão, em 1787, olhando a cidade de São Luiz: — “Com admiração vi, pela primeira vez uma cidade sem Pelourinho!”...

Era como se dissesse uma Cidade sem símbolos de justiça, sem a Coluna que era o sinal de Direito, sob sua égide, IN SIGNO JURIS...

Ensina ROCHA POMBO: — “Ao instalar-se uma Camara novamente criada, celebrava-se a cerimonia do levantamento, na praça fonteira ao edificio onde ia funcionar a corporação, do Pelourinho, SIMBOLO DO PODER MUNICIPAL!” (HISTORIA DO BRASIL, V, 397).

Porisso, na quasi totalidade dos casos, o Pelourinho ficava deante dos Paços do Conselho, do edificio do Senado da Camara, seu orgulho e distintivo essencial. Quando uma Vila se extinguia, o Pelourinho era derrubado. Quando havia transferencia de séde, o Pelourinho acompanhava o Juiz Ordinario e os vereadores. Sem ele o governo detinha sua marcha, suspensa a vida normal nos ambitos da administração.

Quando os Olindenses destruíram o Pelourinho do Recife, em novembro de 1710, detiveram, implicitamente, o governo autonomico. Resumindo Vicente Ferrer, escreve Mario Melo:— “Durante um ano e dias, envolto Pernambuco em discórdias, FICOU O RECIFE SEM PELOURINHO, SUSPENSAS AS SUAS PRERROGATIVAS DE VILA...” (OS PELOURINHOS DO RECIFE RIAHGP, XXXI, 201).

O Pelourinho é, historicamente, o simbolo da administração da Vila, IN SIGNO JURIS...

II

O Pelourinho era em Portugal, dos seculos XIV ao XIX, simbolo da autoridade vilarenga. Funcionava logicamente como divulgador da administração e servia de fixador dos seus documentos publicos e atos gerais na plana civil. Na accepção penal, era local de execução de sentenças para determinadas penas. Herdara do PILORI da França essa apli-

cação. O PILORI francês servia unicamente para as penas físicas Para fazer cumprir a Lei em sua missão mais dolorosa. O PILORI, não simbolisava, como o Pelourinho, autonomia e nascimento de uma comunidade. Era um índice puro do direito senhorial francês. No PILORI não havia leitura de aviso ou arrematação judicial. Era um poste para o sofrimento. Sofrimento que a lei determinava, mas sofrimento humano inesquecido. No PILORI ia-se até a pena de morte, o que jamais ocorreu no Brasil, junto aos Pelourinhos.

Chantado o Pelourinho, deante dele eram lidos, daí em vante, todos os documentos do municipio, avisos, alvarás, regimentos, (dados aos officios), pregões, editais, proclamações reais e locais, arrematações, enfim a publicidade do serviço coletivo. E os papeis eram pregados numa das faces da coluna. Ha uma vila em Portugal, Segura, no distrito de Castelo Branco, que ainda emprega o seu Pelourinho para fixação de editais... desde 1510!

No auto da fundação da Vila de São José do Norte, hoje cidade de São José de Mipibú, em 22 de Fevereiro de 1762, lê-se a Ordem Regia DETERMINANDO QUE JUNTO AO DITO PEEOURINHO SE FIZESSEM AS ARREMATAÇÕES E MAIS ATOS QUE DEVESSEM CELEBRAR-SE EM PUBLICO.

O Bando (Edital) em que o Capitão Mor Bernardo Vieira de Melo e o Ouvidor Geral Cristovão Soares Reimão prometiam perdão aos criminosos foragidos que fossem povoar o presidio (arraial) do Açú, datado da Cidade do Natal, em 6 de Fevereiro de 1696, termina: E POR FIRMEZA MANDAMOS LANÇAR ESTE BANDO QUE SE FIXARÁ NO PELOURINHO, DESTA CIDADE PARA QUE VENHA A NOTICIA DE TODOS...

Parece-nos ouvir a voz classica do pregão. Era uso geral. Alcantara Machado, VIDA E MORTE DO BANDEIRANTE, 122, cita um leilão seiscentista: AO

PE DO PELOURINHO, POR O PORTEIRO DO CONSELHO, FOI LANÇADO PREGÃO...

Esse lugar, ao pé do Pelourinho, dizia bem claramente de sua simbologia meridiana.

Ha um argumento irrespondível de origem historica e psicologica. É a guerra dos Mascates entre Olinda e Recife, no seculo XVIII. As lutas, discussões, processos, sofrimentos e mortes giram ao redor da manutenção de um Pelourinho.

Olinda era Vila com o seu Pelourinho orgulhoso. Recife, povoação rica, quiz vilar-se também. Ergueu o Pelourinho provisorio em 15 de Fevereiro e o Grande Pelourinho a 3 de Março de 1710. Os olindenses vieram em 11 de Novembro derrubá-lo á força. A guerra começou, feroz. Singular é que os olindenses não pretendessem acabar com o proprio Pelourinho e sim com o do Recife e os seus habitantes em vez de agradecer o favor de ficar sem o instrumento material de opressão e violencia á liberdade publica, defendessem-no como á uma pessoa da familia, com unhas e dentes e não descanassem até que o reerguessem a 18 de novembro de 1711 com grandes aclamações e festas!...

Se o Pelourinho não significasse a dignidade superior de Vila, com as prerrogativas de liberdade, governo proprio e justiça, os homens praticos do Recife aceitariam a guerra terrivel, defendendo com sangue e vida a conservação de um Pelourinho humilhador?

Quem se sacrificaria por um oprobio, uma ignominia, uma indignidade, uma escravidão para sua propria terra, familia e pessoa?

Quem poria em duvida o espirito de independencia, a tradição de coragem, a força de altivez e combatividade do homem pernambucano em qualquer tempo da Historia?

Materialmente, o Pelourinho é apenas uma columna de pedra. Por essa columna de pedra morreram

fidalgos e plebeus, exgotaram-se riquezas particulares, atirando-se em odio duro, uma contra a outra, as duas povoações setecentistas. E deixe-se bem claro que a guerra não era para destruir o Pelourinho proprio, o que seria logico, dentro da concepção do Pelourinho-vergonha-indignidade, mas para derribar o Pelourinho da outra povoação, que o defendeu como a um tesouro.

E, depois de ano e meio de batalhas, Recife tornou a esguer o seu Pelourinho, com festas e alvorços. Difícil conciliar-se essa atitude da Historia com a imagem opressora e sangrenta. Defendiam os moradores do Recife a sua liberdade de organizar-se em comunidade autonoma, de eleger os seus dirigentes, de aplicar, eles mesmos, a Lei aos criminosos, de garantir-se em tranquilidade, sossego e trabalho. Porisso, lutaram e morreram até que o Pelourinho ficou, de 1711 a 1832, numa praça da Vila de Santo Antonio do Recife, na plenitude dos direitos que sonharam ver instituidos na sua gloriosa comunidade.

O historiador pernambucano Mario Melo escreve — “...vindo novo governador foi o Pelourinho grande levantado novamente a 18 de Novembro de 1711, em presença de Ouvidor João Marques Bacalhau e subsistiu até 1832 quando, POR FALSA COMPREENSÃO, foi demolido por ordem da Camara Municipal. COMO SERIA INTERESSANTE PARA A HISTORIA DA NOSSA CAPITAL QUE AINDA ESTIVESSE DE PÉ O PADRÃO DA SUA AUTONOMIA, PELO QUAL HOUE TANTA LUTA! Sirvam de CONDENAÇÃO Á IMPATRIOTICA DELIBERAÇÃO DA CAMARA MUNICIPAL DO RECIFE as palavras de Luis Chaves, em relação a casos semelhantes ocorridos em Portugal. — O Pelourinho é monumento nacional, porque ou é obra de arte ou padrão de uma fase da evolução historica de Portugal, quer o tomemos como simbolo da autonomia,

quer o consideremos instrumento de justiça esse mesmo corroborador do poder jurisdiccional do Conselho e meio de defesa da solidariedade coletiva.”

III

O Pelourinho ficou com dois elementos. O histórico, simbolo juridico da organização e vida própria das Vilas, dizendo da existencia funcional de uma magistratura regular e local, e o elemento caracteristicamente penal, expondo aos olhos do publico as execuções de açoites e a exhibição dos condenados por algumas horas, na praça aberta.

Quais eram os crimes que levavam ao Pelourinho?

As penas do Pelourinho eram destinadas aos ladrões no pêso dos viveres vendidos ao povo, aos gatunos, vadios sem profissão, bebados gritadores, perturbadores do sossego noturno, mulher de má vida interrompendo o sono alheio, quem punha substancia extranha no pão para aumentar-lhe o volume, quem vendia peixe deteriorado, carne em mau estado, aqueles que depredavam arvores e edificios publicos, os que usavam pêsos falsos, os que feriam perversamente animais, os que blasfemavam em publico, interrompiam com assuadas e brigas as ceremonias officiais ou religiosas, os que atacavam fisicamente autoridades e membros do Senado da Camara, a tavolagem bulhenta, os vagabundos, os que empregavam medidas de capacidade fóra da aferição legal, os valentões, os que perambulavam armados sem licença, os escravos armados ou fujões, os mascarados, embuçados, disfarçados durante a noite e que resistiam às verificações da patrulha de quadrilheiros da Camara, homem vestido de mulher ou mulher vestida de homem, etc., etc.

As penas de exhibição eram fixadas nas ORDE-

NAÇÕES AFONSINAS, Liv. I, Tit. 28, § 7º e ORDENAÇÕES MANUELINAS, Liv. I, Tit. 49 § 6.º que foram sendo modificadas no correr dos tempos.

Foram esses os oprimidos pelo Pelourinho, os humilhados na exposição ou vitimas da vara do algóz.

O Pelourinho não era instrumento de justiça arbitrária e pessoal. Executava a Lei em beneficio de quem não a transgredia. Nada mais.

O Pelourinho castigava os crimes miúdos contra a economia popular, tranquillidade e decoro publicos. Nenhum reu de crime politico foi levado ao Pelourinho. Ninguem no Brasil morreu num Pelourinho. Não conhecemos as penas mutilantes que estavam em desuso desde fins do seculo XVI.

Os nossos martires politicos foram todos executados na forza ou fuzilados.

Quando a Revolução Francesa aboliu o PILORI, substituindo-o pela guilhotina, na execução da pena maxima, manteve a exposição dos criminosos no CARCAN, coleira de ferro que prendia o pescoço do condenado a um poste de madeira, á vista de todos. Essa penalidade veio, na França, até 1848.

Era a Lei do tempo que se humanizou lentamente. Fôra universal e milenar. A dôr considerou-se sempre como expressão purificadora, aplicada pelo homem na perpetuidade da violencia de vitoriosos contra vencidos, fortes contra fracos. A campanha educacional contra o dominio da Palmatoria veio aos nossos dias. A instituição do beliscão como processo mnemonico resistiu contemporaneamente. Em qualquer museu escolar do Mundo estão os instrumentos de tortura dedicados ás crianças sob pretexto de ensino e correção. Imaginemos a reação legal contra o criminoso comum ha duzentos, ha cento e cinquenta anos passados!...

Até mesmo no seculo XV na Europa, cortava-se a orelha aos ladrões, a lingua aos caluniadores e o nariz aos mentirosos. Coze-se a boca mentirosa e

corta-se a mão ao falsario (Oliveira Martins, QUADRO DAS INSTITUIÇÕES PRIMITIVAS, 199). Os clerigos de má vida perdiam por onde pecar numa Ordem Regia do Rei D. João II. Alexandre Herculanu recorda o castigo do homicidio no seculo XIII. Enterravam o assassino vivo debaixo do morto. No seculo X, o Conselho arrancava em Castro Xeriz a quinta parte dos dentes ao falso testemunho, HISTORIA DE PORTUGAL, 73, 129. Os brasileiros do seculo XVI já não conheceram essa legislação atroz, que fôra comum na Europa e Asia.

Revolta-nos o castigo dos escravos, a pena de açoites, mas os miserandos cativos continuaram a sofrer, antes e depois que existisse Pelourinho. Continuaram os suplicios, no fundo das senzalas escuras, não mais pela mão do algoz juramentado, que cumpria uma determinação brutal, mas estatuida regularmente, mas pela bestialidade mecanica dos feitos, submissos aos amos, até o sacrificio do escravo. Preferia sempre o senhor punição privada, na sua fazenda ou engenho, ao castigo publico, fiscalizado pela piedade instintiva da assistencia.

Ia para o Pelourinho somente o escravo criminoso. Sem o delicto especificado em lei, não havia pena regular. Não dependia da vontade do senhor de escravo o envio do seu cativo ao poste de execução de açoites. Era indispensavel que o crime estivesse fixado em Lei e a pena expressa nas ORDENAÇÕES.

Sobre esse castigo de escravos, que era execução, escreve Jean Batiste Debret, VIAGEM PITORESCA E HISTORICA AO BRASIL, recordando cenas que presenciára no velho Rio de Janeiro, nos inicios do seculo XIX: — «Embora seja o Brasil seguramente a parte do Novo Mundo, onde o escravo é tratado com maior humanidade, a necessidade de manter a disciplina entre uma numerosa população negra levou o legislador português a mencionar no

Código Penal a pena de açoite, aplicável a todo o escravo negro CULPADO DE FALTA GRAVE: deserção, roubo, ferimentos recebidos em briga, etc. Nessa circumstancia o senhor requer a applicação da lei e obtém uma autorização do Intendente de Policia, que lhe dá o direito de determinar, de acordo com a natureza do delicto, o numero de chicotadas». (I, 264). O senhor de escravos teria á sua plena disposição, sem o amparo da Lei, o tronco nas senzalas e jamais o Pelourinho na praça publica, IN SIGNO JURIS.

O Pelourinho não representava a Penalidade. Representava a Lei.

A pena de açoites arrastou-se no Brasil até a primeira decada do seculo XX. Teria mesmo desaparecido atualmente? E sem a notoriedade legal do Pelourinho?

A pena de exhibição, tambem INFAMANTE, continúa viva e com ambitos bem maiores que os delimitados nas ORDENAÇÕES de outrora. Os editais, fotografias de criminosos fugitivos ou julgados á revelia são espalhadas pelos jornais, pregadas nos cartorios, prontuários da Policia, lugares públicos, estações ferroviárias, Bancos, caixas economicas, etc. Quem não as viu ainda? A Lei Velha, modificada, segue seu curso incessante.

Até quando funcionou o Pelourinho em Natal? Documentadamente virão entre 1802 e 1806 suas ultimas manifestações históricas, desta vez arbitrárias e violentas e por isso punido o atrabiliário capitão-mór Lopo Joaquim de Almeida Henriques responsavel pelo desmando, (Luis da Camara Cascudo, GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE, 155). Um episódio, da mesma época, vindo em versão unicamente oral, recorda um coboclo valentão das varzeas do Ceará Mirim, condenado a açoites, livrando-se da pena por ter alegado parentesco com dom

Antonio Felipe Camarão, (Luis da Camara Cascudo, HISTORIA DA CIDADE DO NATAL, 111).

Certo é que, em 9 de novembro de 1821, o edital convocando eleitores para a formação da Junta Constitucional Provisoria já se mandou PUBLICAR AO SOM DE CAIXA e não mais pregada no Pelourinho, depois de lida, como era de praxe.

É presumível que o Pelourinho não mais existisse na Rua Grande...

IV

Quem policiava a cidade do Natal, prendia, julgava, decidia mandar para a exposição ou açoites no Pelourinho era, em maioria absoluta dos casos, a justiça popular, o Juiz Ordinario, eleito pelo Povo anualmente e não podendo ser reeleito. Era o Almotacé, de igual origem. Era tambem o Alcaide, identicamente funcionando. Todos do Governo do Municipio, do Senado da Camara, vividos, saídos e presentes na vontade coletiva dos municipales. (Aurelino Leal, HISTORIA JUDICIARIA DO BRASIL, secs. I-II, Luis da Camara Cascudo, HISTORIA DA CIDADE DO NATAL, VI e XXXVI.)

Quando, no seculo XIX, a justiça popular eleita pelo Povo foi sendo substituida pela justiça togada, pelos magistrados selecionados nos Tribunais, ampliada a jurisdição dos Juizes de Fóra (Juizes da Vara Branca) e dos Ouvidores, que se transformaram em Juizes de Direito e que foram os nossos primeiros Chefes de Policia, o Pelourinho foi gradativamente desaparecendo, porque não mais possuia sua função natural e vulgar de punir na plana tradicional, APUD LEGES ET CONSUETUDINES...

Com a morte do Juiz Ordinario, Juiz do Povo, (Juiz da Vara Vermelha) morreu tambem o Pelourinho, que era a encarnação da justiça popular entre nós, imediata e comprehensiva. Todos sabiam a

Lei Velha e seria possível applicá-la, porque todos podiam ser eleitos Juizes Ordinarios, Almotacés ou Alcaides.

Na proporção em que o mecanismo judiciario se tornou Real, Imperial, hierarquico, fóra da intervenção do voto popular, que escolhia cada ano os applicadores de sua Lei Penal e mesmo Civil, em grande parte, o Pelourinho não tinha mais razão de existir. Os Juizes Ordidarios perderam a jurisdição e a criação das Camaras Municipais não manteve nestas a ação penal repressiva, entregue á magistratura togada e geral, nomeada outrora pelo Rei de Portugal e depois, pelo Imperador do Brasil. Restam-lhes como reminiscencias a fiscalização dos generos alimenticios e a penalidade expressa em multas, derradeiras reliquias que substituiram o Pelourinho de outrora, legitima defesa dos interesses anônimos da coletividade.

E qual a origem do Pelourinho? Recebendo-o de Portugal, ouvimos a voz dos seus grandes pesquisadores.

TEOFILO BRAGA, «O POVO PORTUGUEZ NOS SEUS COSTUMES, CRENÇAS E TRADIÇÕES,» decide-se pela origem religiosa, representando o GENIUS LOCI, o genio protetor local, o deus autotono.

«Á medida que as familias se associam sobre o mesmo territorio, organiza-se um culto publico dos antepassados que serviram a comunidade, e são esses os herois o GENIUS LOCI, centro de convergencia das instituições municipais; o PICUS, ou PILUS, dos povos italicos, CONSERVOU-SE LONGOS SECULOS NOS MUNICIPIOS PORTUGUESES NA COLUNA CHAMADA PICOTA OU PELOURINHO.» (I, 181).

«Esta resistencia das garantias locais era representada no Portugal antigo pelo Pelourinho ou Picota. Datava esse costume do tempo dos Romanos, mas com certeza o Pelourinho era já a representa-

ção artificial de um costume mais vetusto. A liberdade local exercia-se no monticulo natural, O MALHÃO, citado no foral de Cernancelhe, (do MAL-LUM germanico) ou monticulo artificial ou Arca, (ARX), onde se reunia a assembleia dos homens livres. O CARN celtico era o monticulo formado por pedras, sagrado por cobrir a sepultura do chefe, e tambem infamante, segundo se atiravam pedras á sepultura do condenado. Nós temos ainda a locução sem sentido PEDRA DE ESCANDALO, e tambem a pena infamante de ser AMARRADO AO PELOURINHO, que se tornou uma figura de retorica. Quando Roma se organizou sob a forma imperial, as provincias receberam um grande impulso, impondo-se aos povos conquistados as formas municipais; esta organização local robusteceu-se com a crença politesta dos GENIUS LOCI, DE QUE O PELOURINHO, FOI A REPRESENTAÇÃO. Bastava terem os Pelourinhos um sentido religioso, representando o GENIUS LOCI, patrono da independencia municipal, para ficarem diante do catolicismo como monumentos de ignominia.» (I, 258-260).

ALEXANDRE HERCULANO ensinava diferentemente. Para o mestre da historiologia de Portugal, o Pelourinho era uma expressão puramente civil, uma conquista politica no ambito administrativo. Afirmava na HISTORIA DE PORTUGAL que certas cidades fóra da Italia recebiam por uma mercê especial do Senado Romano ou do Imperador o direito apetecido da independencia na gestão dos negocios internos, identicamente ás cidades romanas. Era o *JUS ITALICUM*.

Escreve Herculano: — «Isto não alterava a condição dos burguezes, mas sim a desses municipios privilegiados, que, como corpos coletivos, ficavam equiparados aos municipios italianos. Além de certos direitos civis atribuidos a tais cidades, como individuos morais, e de ficarem isentos dos impostos

diretos, CAPITATIO os seus habitantes, eles obtinham pelo JUS ITALICUM a completa organização municipal, como duunviros, quinquenais, edís, questores, revestidos da mesma jurisdição, e podendo por isso levantar no Foro ou Praça a estatua de Marsias ou Sileno com a mão erguida, simbolo da liberdade burguesa. ESTA É PARA NÓS A ORIGEM DOS PELOURINHOS.» (VII, 34-35).

Concluindo sua tese, Teofilo Braga defende o ponto de vista historico do Pelourinho como simbolo autonomico ser muito anterior á sua utilização como instrumento de castigos:—A COLOCAÇÃO DIANTE DA CASA OU PALACIO DA MUNICIPALIDADE, LEVA A RECONHECER QUE O SEU ESTADO DE FRANQUIA LOCAL É ANTERIOR AO USO DE PENALIDADE INFAMANTE (I, 259).

Vale divulgar a vibrante peroração do eminente etnografo português Jaime Lopes Dias, credenciado pela cultura do seu autor:— «Eu louvo, eu admiro, eu respeito os Pelourinhos, pedras velhas, das mais lindas que possuímos, pelo que representam, pela sua actual função: escola e simbolo de amor pelo torrão natal e pela arte, e, daqui exorto todas as Municipalidades e Juntas de Freguesias do meu distrito a que, breve, erijam os que se encontram desmantelados e reconstruam os que a ignorancia ou truculento iconoclastismo desmoronou. Representantes de um poder local, que o rodar dos séculos, em parte, aniquilou, mas não obliterou, alinhados na fronteira quais marcos miliários da independencia de um povo, são êles afirmação incontestada de uma Patria que aqui termina e que aqui começa. Gastos pelo tempo em seu rijo granito, carcomidos pelos agentes atmosfericos em seus velhos ferros, reliquias adoraveis SIMBOLOS DAS REGALIAS DO POVO, «representantes da sua liberdade em face do Rei e do Absolutismo», (COM ELES COMEÇA O PODER JUDICIAL DO POVO E TERMINA O PODER JU-

DICIAL DO REI), tratemo-los como entes queridos e venerandos, mantenhâmo-los, conservêmo-los, restaurêmo-los, que, assim, relembrando por êles o passado notavel de nossas terras, mais entusiastica e devotamente poderemos lutar pelo seu melhor futuro, pelo seu progresso!»

V

Os protestos de historiadores e arqueologos contra o vandalismo e abandono que sofriam os Pelourinhos em Portugal e os reclamos de sua reinstalação como peças historicas de valor inegavel, indiscutivel quando examinados com serenidade e justiça, foram sendo ouvidos, apreciados e constituindo materia de analise e de pesquisa desapaixonada, imparcial, esclarecedora.

Em Portugal, onde a furia iconoclasta derribára os Pelourinhos ou os relegára ao esquecimento, a campanha reabilitadora iniciou-se nos ambitos mais eruditos e altos como na Real Associação dos Arqueologos e Arquitetos Civis, em dezembro de 1905, apelando para que o Governo procedesse ao tombamento e estudo das peças encontradas. Muitas Camaras Municipais pagaram sua divida á História. Dezenas de monografias foram publicadas, expondo documentação, fâtos, datas, informações iluminadoras do assunto. As polemicas foram rareando ante a voz tranquila da Historia. Os estudiosos conquistaram o clima indispensavel para orientação da opinião publica e a confusão se dissipou.

O Primeiro Congresso Municipalista Nacional, reunido em Lisboa no ano de 1922, definiu sua aprovação unanime sobre os Pelourinhos, indices materiais da jurisdição e independencia das Vilas, pedindo sua defesa, estudo e reabilitação em face da verdade histórica. A lei portuguesa n.º 23.122, de 11 de outubro de 1933, considerou os Pelourinhos

Monumentos Nacionais e no seu artigo 4.º assim decidiu:— OS PELOURINHOS QUE EXISTAM FORA DOS SEUS PRIMITIVOS LOCAIS SERÃO, QUANDO POSSIVEL, NELES REINTEGRADOS...

Na Exposição de Motivos a mesma Lei declara:— OS PELOURINHOS, QUE EM PORTUGAL SÃO MAIS SIMBOLOS DE AUTONOMIA REGIONAL DO QUE LOCAIS DE TORTURA...

Nos estudos procedidos na Beira, especialmente no distrito de Castelo Branco, pelo douto etnografo dr. Jaime Lopes Dias, surgiu outro argumento de impressionante beleza patriótica. «Continua de pé a quasi totalidade dos Pelourinhos do distrito de Castelo Branco, que olha a fronteira; foram inutilizados ou estão desmoronados os demais!» Os Pelourinhos, significando Vilas independentes e organizadas como centros de comunidade portuguesa, ficaram vivos olhando a fronteira de Espanha, o velho adversario tradicional. Onde não havia necessidade de evidenciar-se o simbolo da existencia real da vida portuguesa disciplinada e regida pelas suas leis, os Pelourinhos desapareceram. Na linha da fronteira é que os Pelourinhos estavam firmes, como sentinelas históricas. O tronco, a polé, a força, não representariam o povo de Portugal, ao longo da linde espanhola...

Incontavel tem sido o numero de Pelourinhos conservados ou restaurados em Portugal com a palavra de historiadores, arqueologos, etnografos e juristas eminentes. Muitos Pelourinhos datam de 1510, mandados erguer por el-rei D. Manuel. Outros, novos e fieis aos modelos tradicionais, foram inaugurados em datas queridas aos municipios. Em junho de 1935, a vila do Fundão, em Castelo Branco, reinstalou o seu Pelourinho, como homenagem ao 188.º aniversario da criação da Camara Municipal.

Os depoimentos de historiadores, etnografos,

juristas, prelados e arqueólogos valem como sentenças definidoras do assunto.

Do eminente etnografo Jaime Lopes Dias:— Pelourinhos, simbolos das regalias do Povo. Com eles começa o Poder Judicial do Povo e termina o Poder Judicial do Rei!

Do arqueologo José Germano da Rocha:— SIMBOLO SECULAR DA AUTONOMIA DOS MUNICIPIOS, OS PELOURINHOS QUASI EM TODA A PARTE SE CONSIDERARAM COMO RELIQUIAS VENERANDAS.

De dom João Maria Pereira do Amaral e Pimentel, Bispo de Angra:— O PELOURINHO É PADRÃO DE GLORIA PARA AS TÊRRAS QUE O POSSUEM, PORQUE SIGNIFICA QUE É CIDADE OU VILA, EM QUE ANTIGAMENTE SE ADMINISTRAVA JUSTIÇA CIVIL E CRIMINAL.

Do historiador e arqueologo Padre A. Lourenço Farinha:— PELOURINHOS SÃO SIMBOLOS DAS REGALIAS POPULARES E SIGNIFICAM O DIREITO DA APLICAÇÃO DA JUSTIÇA.

Do coronel Lopes Mendes, o pesquisador de Salvaterra do Extremo:— PELOURINHO, PADRÃO DE GLORIA DAS VILAS!

Do historiador general visconde de Jurumenha:— EMBLEMA DA JURISDIÇÃO MUNICIPAL.

Do historiador pinheiro Chagas:— DAS RELIQUIAS QUE NOS LEGARAM OS SECULOS OS PELOURINHOS, QUE SIMBOLIZARAM A JURISDIÇÃO MUNICIPAL, SÃO OS MAIS INTERESSANTES E DIGNOS DE VENERAÇÃO!

De A'lexandre Herculano, o mestre da historiologia portuguesa:— PADRÃO DA LIBERDADE MUNICIPAL!

Do historiador e etnografo Luis Chaves:— MONUMENTO CARACTERISTICO DA ORGANI-

ZAÇÃO DA JUSTIÇA, PROVA SUPERIOR DA SOBERANIA QUE ELE REPRESENTAVA, SIMBOLO DE JUSTIÇA E DE ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL DAS VILAS.

Do historiador pernambucano Vicente Ferrer:
— PELOURINHO, INSIGNIA DA VIDA.

De Rocha Pombo, mestre da Historia do Brasil: PELOURINHO, SIMBOLO DO PODER MUNICIPAL.

Do historiador Mario Melo, referindo-se ao desaparecimento do Pelourinho da Cidade do Recife:
— COMO SERIA INTERESSANTE PARA A HISTORIA DA NOSSA CAPITAL QUE AINDA ESTIVESSE DE PÉ O PADRÃO DA SUA AUTONOMIA!...

Do etnografo Jaime Lopes Dias, diretor dos serviços centrais da Camara Municipal de Lisboa:
— O QUE COM CERTEZA PODE CONSIDERAR-SE REALIZADA E BEM DEMONSTRADA É A REABILITAÇÃO DO PELOURINHO, QUE NINGUEM HOJE, MEDIANAMENTE CULTO, PODERÁ CONSIDERAR SIMBOLO DE DESPOTISMO OU IGNOMINIA E INDIGNO DE FIGURAR NA PRAÇA PUBLICA!

Esse é o simbolo juridico do Pelourinho...

N. da R.— Estes artigos foram publicados nas edições domingueiras da "A Republica", de Natal, (Rn) nos dias 8, 15, 22 e 29 de Janeiro e 5 de fevereiro de 1950.

AMARO CAVALCANTI

COMO O VÊ E JULGA UM ANTIGO SERVI-
DOR DO ESTADO NO SETOR DA EDUCAÇÃO.

PALESTRA LIDA NO INSTITUTO HISTÓRICO,
A 8 AGOSTO 49, INICIANDO AS COMEMORAÇÕES DO SEU 1.º CENTENÁRIO.

Meus senhores:

Tem o Instituto Histórico, quase cinquentenário, a honra insigne e a imensa alegria de iniciar, com esta despretenciosa palestra, a série de comemorações e tributos á memória do grande patricio, que foi Amaro Cavalcanti, só por si capaz de exigir um grande tomo como resenha de sua utilíssima existencia.

Tantos e tão valiosos serviços prestou ele á sua patria e á sua gente, tão altos meritos demonstrou em todos os setores, em que foi chamado a intervir, com a clarêsa de sua mentalidade, o seu alto espirito científico, o acêrvo dos seus abalisados conhecimentos e a agúda percepção analítica das realidades, que não seria possivel compendiar, num só esforço, toda a gama de seus trabalhos, realizações e benemerencias, e certo não seria eu, um de seus mais humildes conterraneos e admiradores, ainda que sertanejo como ele era, o interprete habil e capaz de exalçar-lhe a vida e traçar-lhe o perfil de

um dos maiores filhos do Rio Grande do Norte e do Brasil.

Ou no âmbito do Direito, onde ele brilhou com intenso fulgor, através das obras, hoje classicas, que publicou, ou no campo da finança e da administração publica, onde se afirmou um grande propugnador das boas causas e um realizador emérito de graves problemas, ou seja no dominio da diplomacia e do cosmopolitismo, onde ele figurou como profundo cultor da ciencia internacional, ou no plano raso da educação, em que sempre se mostrou grandemente interessado e percuciente, Amaro Cavalcanti é, sem duvida, uma personalidade ímpar na vida nacional, um nome ímpoluto, um carater da velha ténpera de aço, que honra a terra pequenina, que lhe deu o berço e se compras em rememorar-lhe a terrena trajetoria, na data e ao ensejo do 1º centenario do seu nascimento.

* * *

A 15 de agosto de 1849, no logar «Logradouro», do distrito de Jardim de Piranhas, municipio do *Principe*, hoje Caicó, nascia Amaro, filho do professor Amaro Soares Cavalcanti de Brito e D. Ana de Barros Cavalcanti, ali domiciliados.

Desconheço-lhe os ancestraes e a que familias se ligava.

Menino sertanejo, passou certamente a infancia ao contato daqueles bons ares do Piranhas, lavando-se nas aguas do Rio majestoso, que se denomina, leguas abaixo, Rio Assú, e banha igualmente a terra, em que ví a luz, percorrendo aquellas sélvas bemditas, transmontando as serras e serrotes do entorno, indo á feira aos sabados, ouvindo a missa, uma vês ou outra, sob as vistas dos genitores, prêsos á gléba nativa e ao trabalho árduo que lhes garantia a subsistencia e da sua numerosa prole.

Irmão mais moço de João Maria, o abençoado levita do Senhor, que eu conheci e com quem convivi intimamente de novembro de 1899 a março de 1902, como seu acólito, juntamente com seus sobrinhos Luiz Antonio e José Luiz, filhos da outra irmã D. Ana, casada com Luiz de Barros, Amaro foi criado até a idade propícia da sua formação psíquica, aos 12 anos, no meio sertanejo, que lhe plasmou a personalidade e lhe deu a fibra hercúlea de lutador, para uma vida que seria enobrecida pelo talento e pela cultura. Conheço a casa ali, onde ele viveu a sua infancia descuidada.

Daquele ninho perdido nos desvãos da antiga Província, sem outros estímulos que uma vontade energica e uma deliberada propensão para crescer e subir, ele viveu no povoado de Jardim de Piranhas, até que, partindo em busca de outras paragens, andou pela Paraíba, estudou no Seminario de São Luiz do Maranhão e firmou-se no Ceará, onde conquistou o logar de lente de Latim de uma das cadeiras desse idioma, primeiro, no interior, depois, na Capital, exercendo tambem as funções de inspetor geral de instrução publica.

Comissionado pelo governo da Província do Ceará, para estudar na America do Norte, o sistema de instrução popular, conseguiu matricular-se na Escola de Direito da Union University, em Albany, capital do Estado de New York, onde fêz o curso das 12 cadeiras, defendeu tese sobre: «*É a educação uma obrigação legal?*», obteve aprovação e o gráu em leis, (1881), tendo alcançado o mais honroso galardão academico de «Profet», como o aluno mais instruído de sua classe.

Regressando ao Brasil, submeteu-se Amaro ao exame de suficiencia, que o habilitou ao exercicio da advocacia.

Então, dedicou-se a essa profissão, no Ceará,

e, em seguida, na Côrte do Imperio, para onde transferiu a sua residencia.

Pleiteou a cadeira de latim do Collegio Pedro II e a conquistou plenamente, entrando em exercicio do magisterio secundario.

Candidato a uma cadeira na representação do Ceará, na Camara Baixa, não logrou exito, por ter sido depurado, juntamente com Francisco de Paula Rodrigues Alves, que se tornou seu grande amigo.

Na mudança do regimen no País, veio candidatar-se á Constituinte Republicana pelo seu Estado Natal e foi eleito Senador, tomando parte ativa na elaboração da Constituição de 24 de fevereiro de 1891. Depois que as duas câmaras se separaram, ele exerceu o mandato até o fim do primeiro trienio, por ser o menos votado dos treis' senadores, e, na renovação do 1º terço dessa Casa, não foi reeleito, entrando em seu lugar Almino Alvares Afonso. (1894-1899.)

Mais tarde, em 1897, voltou ao Parlamento, como Deputado no trienio 1897-1899, mas, não tomou assento, porque, diz Tavares de Lira, tinha optado pela pasta da Justiça, que lhe ofereceu Manoel Vitorino, em interinidade do governo federal.

Nesse interim, foi chamado ás atividades diplomaticas pelo marechal Floriano, desempenhou funções de embaixador especial no Paraguai, em 1894, Ministro da Justiça, 18-1-1897 a 15-11-1898, com Manoel Vitorino e Prudente de Moraes; Consultor Juridico de Ministério do Exterior, 1905-1906; Delegado do Brasil á 3ª Conferencia Pan-Americana do Rio, em 1906; Ministro do Supremo Tribunal Federal, de 15-5-1906 a 31-12-1914, onde, ao par de Muniz Barreto, Pedro Lésa, Pires e Albuquerque e outros, sempre se distinguiu pela inteirêsa de seus aréstos e o brilho da sua erudição juridica; Prefeito do Distrito Federal, com Wenceslau Bráz, de 12-1-1917 a 15-11-1918, realisou óbra de gran-

de envergadura. na Capital da Republica, notadamente nas finanças e no ensino, e de modo especial, no tecnico-profissional, até que, de 27-11-1918 a 19-1-19, Ministro da Fazenda, com Rodrigues Alves, iria realizar nova etapa de sua ascensional vida publica, ao serviço da Nação, quando a morte daquele preclaro brasileiro, (19 janeiro 1919,) interrompeu-lhe a trajetória, retirando-se de uma vés, das atividades sociaes, para vir a falecer, a 28 de janeiro de 1922, no seu doce lar, da rua Natal, em Botafogo, cercado dos seus filhos e da distintissima Consorte, que lhe choram o desaparecimento.

O volume de sua bibliografia é extenso e luminoso: «A Religião», Ceará, 1874; «Educação Elementar nos Estados Unidos», Ceará, 1881, «Livro Popular», New York, 1881, «Ensino Moral e Religioso nas Escolas Publicas», Rio, 1883, «Finances du Brésil», Paris, 1889, «Resenha Financeira do ex-Imperio», Rio, 1890, «Reforma Monetária», Rio, 1891, «Politica e Finanças», Rio, 1892, «O Meio Circulante Nacional», Rio, 1883, «Elementos de Finanças», Rio, 1896, «Tributação Constitucional», Rio, 1896, «Regimen Federativo», Rio 1900, «Sobre a Unidade do Direito Processual», Rio, 1901, «O Arbitramento» (no Direito Internacional) Rio, 1901, «A Justiça Internacional», Rio, 1902, «Taxas Protetoras nas Tarifas Aduaneiras» Rio, 1903, «Responsabilidade Civil do Estado», Rio, 1905, «Trabalhos (na 3ª Conferencia Internacional Americana) Rio, 1906. No Supremo Tribunal, grande foi o acêrvo de seus votos e acordans, que ilustram o arquivo daquele Augusto Cenáculo. (Vide NOTA FINAL).

Sócio de varias sociedades nacionaes e estrangeiras, era tambem HONORARIO do nosso Instituto Historico, desde 21 de janeiro de 1912, tendo-nos ofertado, de proprio punho, o seu retrato, que figura na galeria de honra da nossa Casa. Este é o homem, é o patricio, é o brasileiro benemerito, a

quem rendemos hoje as nossas mais sinceras e respeitadas homenagens de veneração e de saudade.

* * *

Meus senhores:

Desejo focalizar a vida de Amaro Cavalcanti no âmbito da educação. Outros o farão sob outros ângulos que mais lhes importem. A mim, me interessa esse setôr vital da nossa Patria.

Não desejo que me tomem como um obsecado da educação, tarefa em que me empenhei nos melhores anos da minha vida, como atacado de *delirio professional*, que só encara as criaturas, sob o prisma de sua predileção, ou professionalidade. Não, absolutamente, não.

Tanto porque já me afastei da injente campanha, vai para cinco anos, como porque se me arrefeceram os encantos dessa nobre e excelsa e imperiosa investida, em prol do alevantamento educacional da minha gente, não devo nem posso ser acoidado de «delirio pedagogico», tal como, ha muitos anos, se me averbava, quando estava integrado na luta diuturna pelas escolas, pelos bons métodos e pelos principios da educação.

Vamos observar o nosso Amaro Cavalcanti, sob o angulo da sua e da alheia educação: o que ele pensou e o que fêz: eis a substancia destas palavras.

Filho do seu proprio esforço, «self made man», verdadeiro propulsor da sua formação, ele se iniciou e estruturou ao contato das auras sertanejas que lhe plasmaram a jovem personalidade. Segue, depois, rumo de Olinda, em cujo Seminario pretendeu matricular-se, juntamente com o mano mais velho João Maria, mas, não o conseguiu, (como referia este ao seu afilhado o dr. João Carlos de Albuquerque Gondim,) porque os recursos do fundo episcopal não lhes chegavam para a manutenção dos

dois irmãos, razão por que ficaria um só e foi o primeiro.

Amaro não pôde ficar em Olinda, mas, o proprio Bispo Olindense aconselhou-o a procurar o Seminario Maranhense, que parecia dispor de vagas.

O professor Amaro e o filho do mesmo nome empreenderam a jornada, por terra, até São Luiz, onde, felizmente, havia a possibilidade e o segundo ficou matriculado para o curso preparatorio e o curso de presbiterato.

Então, deu-se a preparação do futuro latinista, em todas as materias do curso filosofico, mas, quando chegou o momento dos votos solenes, ele declinou, porque não sentia vocação para a vida eclesiastica.

Nem por isto, decaiu ele da estima do Antistite maranhense, que lhe permitiu a permanencia no Seminario, como professor da materia, em que se especialisára: o latim.

De lá rumou ao Ceará, centro principal da sua atividade professoral. Regendo a cadeira de latim do Liceu, comissionou-o a presidencia da Provincia na inspeção geral da instrução publica, onde pôde desenvolver os seus pendores de educacionista.

Dali partiu, logo depois, para a America do Norte, onde fêz o curso juridico pela Universidade de Albany e obteve a láurea academica e o titulo de «Prófet», aluno mais erudito da sua classe.

Defendeu tese: «*É a educação uma obrigação legal?*» trabalho que possúo, traduzido do original inglês pela gentilêsa do nosso emérito confrade deputado José Augusto e da lavra de sua gentil filha, Mele. Marina Godoi de Medeiros.

Aprecia-lo-ei mais de espaço e no correr desta tertulia.

Mais tarde, 1883, profere na Capital Federal a sua conferencia sobre «O Ensino moral e religioso nas escolas», em que defendia, com erudição e pro-

vas convincentes, a necessidade de continuar a ser dado nas escolas publicas o ensino da Moral e da Religião, segundo os cânones da escola classica. Não lhe discutirei a tése, que ele soube tão eloquentemente demonstrar, em face da laicidade do Estatuto Político, posteriormente adotado pela Nação Brasileira, a 24 fevereiro de 1891.

Finalmente, no Ministerio da Justiça, que abrangia a esse tempo a instrução federal, o nobre Ministro fêz a reforma do ensino secundario, especialmente no Internato do Ginasio Nacional, hoje, de Pedro II, que lhe guarda a effigie veneranda, na galeria de seus benemeritos, unico, aliás, dos Ministros que geriram aquela pasta na Republica.

E, na Prefeitura do Distrito Federal, anos de 1917-1918, Amaro Cavalcanti foi um verdadeiro reformador das bases do ensino, notadamente no sector das escolas noturnas, destinadas aos adultos, ou maiores de 13 anos, e do ensino superior profissional.

Aí, é que se expandem as suas notaveis qualidades de administrador e de guia zeloso do bem publico.

Quando, em 1917, substituiu o dr. Azevedo Sodré, naquela curúl municipal, Amaro Cavalcanti designou para diretor geral do ensino ao dr. Manoel Cícero Peregrino da Silva, que vinha exercendo altos cargos na administração das bibliotécas nacionaes, primeiro em Recife, depois no Rio.

Ele determinou a revisão completa dos programas do ensino primario de letras, revogando os que decretára Afranio Peixoto, que lhe antecederá no ensino carioca. Restaurou nas escolas publicas as séries de livros de Abilio Cezar Borges, barão de Macaúbas, e a série de Francisco Rangel Pestana, assim para as aulas diurnas, como para os cursos noturnos.

Admitiu os livros de Felix Ferreira — *Vida Do-*

mestica e Vida Prática, sendo o primeiro para as classes femininas.

Aumentou consideravelmente as classes noturnas destinadas aos maiores de 13 anos, promoveu o provimento das escolas, abasteceu-as de material, dentro das possibilidades orçamentarias.

Tinha um lema: «Formar o cidadão».

Estimulava o professorado e insistia na educação cívica, moral e religiosa da mocidade. Recebia os mestres, escutava-os e estimulava os bons e dignos, no desempenho de sua missão.

Não fêz reformas integraes, sempre desnecessarias, porque não são reformas que alevantam o nivel da educação.

È esforço, a abnegação, é trabalho, é frequencia, é disciplina o que desenvolve a confiança, realiza o progresso da instrução.

Detestava o ensino pedantesco e fátuo, que vinha sendo ensaiado nas escolas cariócas.

No sector do ensino profissional, então, foi ainda maior a sua atuação, como Prefeito, porque criou a mentalidade necessaria a um maior grau de eficiencia desse departamento, que se vinha arrastando penosamente nas duas escolas existentes: O Instituto Profissional Masculino e a Escola de São José, respectivamente, para meninos e meninas, este criado por Ferreira Viana e aquele por João Alfredo, nomes que Amaro mandou apôr na fachada dos estabelecimentos, em memoria dos seus egregios fundadores.

Reviu os programas profissionaes, ampliando as instalações, provendo-as de material adequado, aumentando-lhes as verbas orçamentarias; assim, ele não media esforços para desenvolver o ensino técnico, especialmente, no Instituto «Ferreira Viana», destinado ás meninas. No dominio da assistencia escolar, ampliou, desenvolveu e difundiu-a por todas as classes e alunos.

Mas, a sua grande criação foi a Escola Normal Profissional «Wenceslau Brás», cujos programas foram decretados a 7 de novembro de 1918, ás vésperas de sua saída da Prefeitura, com o Governo, cujo quatrienio espirava.

Instalára o novo instituto na Rua Canabarro, com as trazeiras para a avenida Maracanã, no palacio que fôra do Duque de Saxe-Coburgo-Gota, genro do Imperador Pedro II.

Era essa Escola Normal destinada a preparar não só professores primarios, secundarios e normaes, como mestres de artes e officios para as Escolas Nacionais de Aprendizizes Artifices, que Nilo Peçanha, no seu curto periodo de Governo, de 1909 a 1910, conseguira fundar nas 21 capitais dos Estados brasileiros. Eu a visitei muito florescente já, em 1926, sob a direção do dr. Carlos A. Barbosa de Oliveira.

Dessa semente fecunda tem irradiado para o país inteiro os mais alentados resultados, provendo as escolas tecnicas federaes, hoje «Liceus Industriaes», de mestres e diretores competentes, que lhes tem dado o maior rendimento e proveitos reaes. Por aqui, já passaram diversos dos seus diplomados com imensos resultados para o ensino tecnico.

Tal foi em resumo a obra salutar do Prefeito na educação publica da Capital do País.

Mais tarde, Ministro da Fazenda do 2º Governo Rodrigues Alves, não teve ensejo de atuar na campanha do ensino, mesmo porque a sua passagem foi rápida, devido ao falecimento daquele egregio brasileiro, em começos de 1919, sem ter, de fato, assumido as rédeas do governo nacional. O substituto Delfim Moreira manteve o Ministro até que, á ascensão de Epitacio Pessoa, vindo da Conferencia de Versailles, teve de afastar-se da pasta fazendaria.

Pouco tempo depois, ralado de desgostos e da ingratidão desse governo, que ele ajudára a montar e defender, até na Suprema Instancia, por meio de

habeas corpus, que requereu e conseguiu, vinha ele a falecer nos começos de 1922, em plena adversidade, cercado apenas da familia e dos poucos amigos, que lhe restavam dos tempos da sua ascensão.

* * *

Meus senhores:

Lancemos, dagora por deante, ligeiro olhar sobre as suas idéias no tocante ao assunto que nos empolga: educação.

A) Quando ele se tituló em Albany, na America do Norte foi sua tese: «*É a educação uma obrigação legal?*».

Para demonstra-la, Amaro teve de lançar um rapido esboço das ideias dominantes na sua época, em relação ao problema substancial das modernas sociedades.

Começou por fixar o principio de que a educação é um *direito* para a criança, tendo em vista a alta finalidade «complexa e variada», como ele a chamava, para que foi criada. Conceituando o direito como «uma condição, sem a qual o homem é incapaz de cumprir o seu destino natural», entendia que o homem só poderia participar das atividades sociaes e culturaes e escolher dentre elas a que mais conviêsse á propria vocação, ou derivasse de circunstancias particulares, si estivesse provido dos beneficios da educação.

«A ignorancia cega é, para ele, o cáos» e a falta de instrução é a sua causa primacial.

Sob o aspeto politico, a ignorancia representa a negação dos direitos, porque ao analfabeto é recusado o direito de participar dos negocios, pelo sistema do governo democratico, do povo e para o povo, na felís expressão do grande Abraão Lincoln, no seu discurso de Getisburgo.

Só a «educação liberal de todos os cidadãos» é o meio de assegurar os benefícios e vantagens da vida publica, observa ele, através da experiencia do tempo.

«A educação, afirma o nosso illustre patricio, e «somente a educação fás a força e a dignidade do cidadão.»

Assim, conclúi ele, «A educação é uma condição fundamental para o desenvolvimento do «homem como sábio, artista, estadista, filho, pae, «cidadão», eis, ela é «indispensavel ao homem desde a mais tenra idade e em todas as situações.

Logo, a sociedade se tornará grandemente interessada na formação do cidadão e na difusão das normas da educação e, ao seu governo, consequentemente, importará a execução desse direito, que se reconhece, na criança.

Diante desse presuposto, indaga o egregio universitario, si a esse *direito* corresponderia um *dever*, por parte da sociedade organizada, ou do governo do país.

Si á sociedade incumbe convencer de que a «propriedade, honra, liberdade e vida são direitos sagrados e que do seu respeito e observancia depende o bem estar individual e coletivo»,

decorre daí que o Governo dessa sociedade tem de assumir o imperioso dever de promove-la, disseminá-la e difundi-la por todos os cidadãos, ou pelo maior numero possivel, afim de conseguir que a nação tenha «bons paes, mães otimas, esposas fiéis, «juizes incorrutíveis, artistas capazes, professores esclarecidos, etc».

Argumenta ele, na tese aludida, que, si o go-

verno tem o dever de promover o bem estar e a felicidade da nação, terá também, pela logica indefetivel das coisas, o dever de interferir na vida nacional e usar de meios adequados para o cumprimento dos seus pesados encargos.

A lição dos povos adeantados do mundo é no sentido dessa *obrigação*, especialmente, naqueles em que se faz, «com o povo e para o povo», o governo do País.

E conclúe vitoriosamente, que «a educação é «uma necessidade para a administração publica, tanto para os individuos, como para a sociedade, e, portanto, precisa ser reconhecida como «uma obrigação *legal*».

A tese assim resumida, a largos traços, foi aprovada pela Universidade de Albany, que lhe conferiu, face dela, o gráu de leis (*bachelor in law*).

Entretanto, a argumentação da tése, em perfeita forma e resonancia, ao tempo (1881), em que foi elaborada, mereceria hoje talvez, alguns reparos, si nos fosse concedida essa liberdade, o que não é oportuno nem lisongeiro, para multiplicar-lhe a compreensão.

A vida tumultuária contemporanea difere em grau, intensidade e latitudes infinitas do conceito de setenta anos, atrás.

Á proporção que se vem alargando e ampliando o poder estatal, dentro das doutrinas e teorias juridicas em vóga, a obrigação do Estado, no setor da educação, não pode ficar condicionada ao maior desenvolvimento de sua finança e da sua esfera de ação construtora. Não! A criança não tem somente o *direito* á educação, mas, também, á vida, á liberdade, á assistencia prenatal e post-natal, á alimentação e á educação, conforme tem definido a Orga-

nisação das Nações Unidas, na «Declaração dos direitos da Criança.»

Essa obrigação tanto mais ampla quanto mais profunda criou ao Poder Publico uma sequencia tão grave de obrigações em relação á infancia, que a sua simples formação mental, ou profissional, propriamente dita, restringir-se-ia á importancia de um detalhe em face do todo programado.

Nunca o mundo assistiu, como neste momento, a tão importantes discussões sobre o magno problema, que a nação debatía, desde a sua estruturação, porque a UNESCO, organização científica, cultural e educativa das Nações Unidas, investiga, explora, define e determina os deveres dos povos perante a sua infancia e a sua mocidade, afim de traçar-lhes os caminhos necessarios para uma formação completa e tendente á solução dos problemas da vida, em toda a sua complexidade atual: «*um mundo melhor e a paz permanente entre as nações*».

Assim, diriamos que o aspeto parcial do problema, encarado pelo egregio patricio do Caicó, ha quase setenta anos, funde-se, hoje, no variado, complexo e difficilimo problema da existencia do homem civilizado, para livra-lo das peias terriveis das ideologias extranhas e perigosas, que infestam o mundo contemporaneo.

B) Na Conferencia, que realizou, no Rio de Janeiro, em 1883, sobre o «Ensino moral e religioso nas escolas publicas» demonstrou Amaro Cavalcanti, recémchegado da America do Norte, a sua profunda erudição no tocante a esse problema, que ele visou, deante do ensinamento dos outros povos e da lição dos tratadistas da educação, para apontar-lhe a necessaria solução, no ambito da nossa gente, do gráu de instrução, que se vinha procurando infundir na terra brasileira.

De inicio, ressaltou ele a sua posição de *leigo* no assunto, que ia versar, mas, com o direito de

opinar sobre fatos «que entendem diretamente com os interesses da religião».

Insurgiu-se, desde logo, contra o *espírito livre moderno*, que pleiteava a abolição, no ensino publico, das normas da vida moral, tendo por base a religião.

Deus não poderia ser banido das escolas, como pretendiam os leigos do «espírito moderno», talvês, ligados ao positivismo de Comte, que ensaiava, a esse tempo, as suas teorías em nossas plagas.

Atacou abertamente o argumento segundo o qual «os sabios de dois povos modernos acabavam de laicizar a escola publica», dela afastando, por leis então recemdecretadas, a ideia de Deus, como criador do céu, da terra e das criaturas, que assim ficariam sem o seu ponto de origem.

Esses dois povos eram a Belgica e a França, que haviam abolido, nas escolas publicas, o ensino do catecismo cristão, tornando-as assim «escolas leigas» do Estado.

Demonstrou cabalmente que, nesses dois povos, a reforma não encontrou o apoio popular, do que resultou uma sensível diminuição da frequencia escolar, como um protesto contra a laicização. Percentagens incríveis se verificaram para menos na frequencia escolar, emquanto que esta aumentava consideravelmente nas escolas catolicas, organizadas sob os auspicios das autoridades eclesiasticas.

A religião não pode ser nociva ao espirito humano, não é uma *antiqualha feia*, que se deva considerar como «indecente e imprestavel».

Exclamava, então: «Quero a religião na instrução do povo, como meio insuprivel nos fins geraes da educação social; quero-a como preparação valiosa para as agruras da vida real; quero-a como ponto de apoio para os costumes publicos e as leis; quero-a como consolação suave para essa classe numerosa que se

chama o trabalhador, o pobre operario; quero-a como realce do proprio saber; quero-a, finalmente, como base e sanção suprema da propria moral na familia e na sociedade!»

A essa tão clara e explicita confissão de fé, sabia ele que o livre espirito moderno ia opôr a sua *intolerancia*, proclamando que a religião «é um legado triste da ignorancia, é um mal, de que urge libertar, quanto antes, o espirito da pobre humanidade».

Falou então do «modêlo» dos outros povos que, tradicionalmente cristãos, conservam nas escolas o espirito religioso, com base na Biblia, objeto e fonte de todo o culto.

Mostrou como, na Inglaterra, com sua religião nacional, a Prussia, com o seu luteranismo, a Holanda, com o seu protestantismo e a Norte-America, com a sua amálgama de livre culto cristão, tudo gira e gravita em torno da ideia central de Deus e dos suaves ensinamentos das sagradas escrituras, para a perfeita e completa formação moral do homem contemporaneo.

Si não constante do programa oficial, esses paízes admitiam a religião por contingencia das familias e da tradição da raça e das nações cristãs.

Tambem, provou que os dois povos invocados como reformadores da escola publica, a França e a Belgica, não conseguiram implantar o ensino leigo, como supunham os avançados idealistas do laicismo escolar, porque, aí mesmo, se deu a reação necessaria e inevitavel das massas populares, em defêsa do seu principio cristão.

A Belgica votára a lei, por escassa maioria, nas duas casas do Parlamento e o rei a sancionára a 1º de julho 1879, mas, foi logo apelidada a lei da desgraça — *La loi malheur...*

Embora o partido liberal a tivesse feito passar,

não conseguiu, entretanto, reprimir a vós do povo, o grito da imprensa e a reação que «assenhoreou as consciencias e arvorou o estandarte da opinião».

Surgiram as «escolas livres», que os catholicos fizeram fundar e encheram-se de alunos, enquanto as officiaes leigas decresciam, dia a dia, de frequencia, algumas tendo matriculas de 15 a 20 alunos, e outras sendo totalmente abandonadas...

Deante de tão geral repulsa, o governo finalmente teve de ceder, ordenando a conservação de certos livros escolares, que continham noções religiosas e até gravuras e emblemas cristãos.

Dessa attitude, porem, lhe adveio a critica dos radicaes, que lhe exprobaram a fraquêsa, por «fazer e desfazer a propria obra».

Na França, por outro lado, vinha o ensino orientado pela lei Failloux, desde 1850 e, nos ulimos trinta anos, haviam progredido as escolas de bases religiosas.

Mas, no Segundo Imperio, fês-se a reação a favor do «ensino leigo», a qual se ateou, dizia Amaro, com os acontecimentos de 1870, na segunda Republica, e a cujo ensejo aumentou demasiadamente, acendendo-se o novo espirito reformador que atinguu todos os setores da vida nacional.

Foram proscritos o padre, o religioso, a religiosa, a religião e o seu ensino. «*Transeat...* tudo mudou», dizia ele.

A lei de 28 de março de 1882 consagrava textualmente o ensino leigo,

«riscaram-se do catecismo da moral os deveres «para com Deus, para que a mente da criança não fosse, desde logo, contaminada com semelhante erro»,

e a palavra Deus não se encontrava aí, em parte alguma.

Eram passados apenas 13 menses, ao tempo da

conferencia de 1883 e não se podia ainda aquilatar das consequencias da reacção popular contra essa lei. Sabia-se, apenas, por informação de Amaro, que escriptores como Devile, num livro intitulado «Um ano de applicação da lei de 28 de março», declarava que «em vês da unidade moral e da prosperidade da França, a lei só tinha servido para instrumento de vexações, arbitrios e discórdia e uma arma dada ao governo para maneja-la contra os crentes».

Amaro demonstrou com citações de Lutéro, Rousseau, Diderot, Voltaire, Copérnico, Galileu, Cousin, Guizot e Rendu, que «o sentimento religioso é a base de todas as sociedades».... «Por isto, o ensino religioso é indispensavel a todos os alumnos».

Depois, focalizou a questão, fóra dos *exemplos alheios*, e dentro das nossas fronteiras.

Referiu que, áquella epoca, de 1.000 individuos nacionaes, 814 eram analfabetos, e o governo necessidade de intervir em todos os aspetos da vida do povo, proporcionando-lhe escolas, igrejas, industrias e trabalho.

Dizia-se que ao governo era indifferente essa questão do ensino e cada um a fizesse a seu bel praser, ou preferencia...

Si a tése era verdadeira, na hipotese poderia falhar, acrescentava Amaro, e demonstrava que o nosso povo não estava ainda em condições de comprehender, por si mesmo, o problema e encaminhá-lo convenientemente, dada a maioria de iletrados, que o recenseamento denunciava.

Caso fizesse o governo essa reforma leiga, o governo mesmo teria de recuar, porque o povo, que não é filosofo, nem sabio, não sabe definir-se em tão grave problema. Só um povo já grandemente evoluido admitiria as reformas graduaes aconselhadas pela ciencia, sem qualquer reacção.

A sua convicção, porém, era que receiava as consequencias desse laicismo e a experiencia histo-

rica que demonstrava terem «as Nações sucumbido por sua irreligião, sua imoralidade e corrupção».

Concluiu, então, demonstrando, mais uma vês, que ha sabios contra sabios, nesse terreno, e, si uns preconizam o laicismo escolar, outros pregam ardentemente a necessidade da religião e de Deus, como base de toda a conduta humana.

Temia muito das reformas, porque elas corriam abusos, implantando abusos maiores, as mais das vêses.

E, terminou, com essa bela apóstrofe:

«Quiséra que a religião, essa grande verdade, não só continuasse a ser reconhecida como elemento de bens incontestaveis na familia, na sociedade e no Estado, mais, ainda que, por toda a parte, fosse aprendida e praticada com espirito de humanidade e virtude, que é de sua naturêsa e essencia.»

Eis aí, meus senhores, mais um notavel trabalho educacional de Amaro Cavalcanti, no setor que me interessa e onde expressa, de maneira iniludível, as suas convicções profundas acerca do magno problema da educação moral, com base no ensino religioso. Era o repúdio franco e aberto da escola leiga.

Mas, com a Republica e o advento da Constituição leiga de 24 fevereiro de 1891, que ele ajudou a votar, sobreveiu na patria o imperio do laicismo, que se arrastou, em meio de grandes dificuldades e barrado por baterias de intenso fôgo, até a Revolução de 1930, nas duas Constituições regulares de 16 julho 1934 e 18 setembro 1946, em cujos textos se prescreve que

Art. 133. «O ensino religioso poderá ser contemplado como materia de curso ordinario das escolas primarias, normaes e secundarias. Não

poderá, porém, constituir obrigação dos mestres ou professores, nem de frequencia compulsoria, por partes dos alunos.» (c. f. 16 julho 34)

ou ainda mais esclarecidamente;

«Art. 168: — O ensino religioso constitúi disciplina dos horarios das escolas officaes, é de matricula facultativa e será ministrado de accordo com a confissão religiosa de cada aluno, manifestada por ele, si fôr capaz, ou pelo seu representante legal, ou responsavel.» (c. f., 18-9-1946).

Ante tais imperativos constitucionais, desapareceu a tormentosa questão que tanto afligiu o magisterio, nos quarenta anos da primeira Republica. Lembro-me bem, eu era diretor da Educação, em 1927, quando, na comemoração do 1º centenario do ensino primario, entre nós, surgiu a ideia de aposição da imagem do Crucificado, nas escolas primarias, ao que me opús, com sólidos argumentos, hauridos nas leis e na Constituição, quanto á laicidade do ensino.

Veio, porém, a reforma constitucional e o voto da Nação, por sua maioria, determinou a faculdade do ensino religioso, em 1934, e a sua perfeita adaptação ao Brasil, em 1946.

Agora, sim, temos lei: *legem habemus...*

Um dos principaes argumentos *ex adverso* era o risco de intolerancia religiosa, em nome da maioria. Mas, uma vês que se respeitam os direitos da minoria, nesse, como em outros setores da vida nacional, então, podemos concluir que a formação moral, com base na ideia de Deus e nos principios cristãos, é uma questão vencida, uma conquista incontestavel do sentimento religioso e da tradição imemorial da nossa gente.

Meus senhores:

Creio que já é tempo de concluir essa pesada jornada intelectual, em que nos serviu de guia o espirito luminoso de Amaro Cavalcanti, para quem poderíamos repetir o verso divino de Dante Alighieri, a par de seu guia Virgilio:

«Tu séi il mio maestro e' il mio autore.»

Ainda que, como o grande vate florentino, Amaro foi mentor e guia excelso da sua gente, mau grado as amarguras e as ingratidões, que sofreu na sua gloriosa, mas atribulada vida publica, em que ascendeu aos pináculos da curul judiciaria da Nação, passando pelos cargos do magisterio, da legislatura, da diplomacia e da administração, (duas vêses, Ministro de Estado), teve as suas agruras e adversidades, como o «atribulado transe», de que fala o poeta excelso da «Divina Comedia,» quando viu:

*«una lonza leggiera e presta molto
che di pel macolata era coperta...»*

Ainda bem me lembro que, em 1918, Amaro era Ministro da Fazenda do Governo de Rodrigues Alves, doente, ou moribundo, sem poder assumir o poder.

A situação local era-lhe adversa, porque ele era simpatico á opposição que se formára contra essa situação.

Eu assistí, muitas veses, ridicularizar-se-lhe o sentido dos seus atos, ironizar-se-lhe o teôr de suas determinações, acinchar-se-lhe o proposito de seus atos, tendentes ao Estado ou aos seus filhos. Os eternos aduladores do poder não lhe poupavam a epiderme, a proposito, ou sem proposito, de qualquer coisa ou de coisa nenhuma.

E, recordeo com infinita tristêsa, o dia em que correu célere por todas as bocas e por taes almas abjetas que o grande patricio fôra exonerado da pasta da Fazenda, na situação que se criara com a morte do Conselheiro Rodrigues Alves. Insinuava-se que ele fôra bloqueado, «por incompetencia»...

Triste ironia da sorte, o grande Ministro, mestre na Finança Nacional, afastado da Pasta Financeira, por inabilidade.

E, isso, assoalhado em sua propria terra...

Mas, ele respondera, sem o saber, ao acincalhe grosseiro, nomeando e promovendo, ás vésperas da saída, setenta (70) patricios, nos cargos fazendarios da Republica.

Dizem que, na sua infancia, ele aprendêra as letras, á luz das fogueiras, no páteo da casa de morada, no «Logradouro», em falta de luzes de outra naturêsa, que lhe alumiassem os livros, ou os manuscritos que compulsava.

Si é verdadeira a lenda, merece registro, porque essa luz das fogueiras continuára incendiando-lhe a alma de escól, cheia de virtudes e de energias. temperando-lhe o carater, por toda vida, criando-lhe uma auréola de saber e de superioridade, que os zóilos da politica e da adulação jamais conseguiram esmaecer, ao contrario, contribuindo para enaltecer-lhe a personalidade marcante, em cujo centenario unem-se todos os norte rio-grandenses, onde quer que se encontrem, unem-se todos os brasileiros amantes das tradições da sua gente, unem-se os proprios continentes, onde ele pontificou em assembleias de direito internacional para, emfim sagra-lo benemerito da Patria, da Religião, da Humanidade!

E a terra pequenina e pobre, que se ufana de ter-lhe sido berço, contente dessa primasia da Naturêsa e da Divindade, desvanecida com o filho imortal, que tão alto lhe ergueu o nome e as virtudes raciaes, vem trazer-lhe, pela vós da nossa Casa da

Memoria, a oblata da sua veneração e do seu profundo respeito, no inicio das comemorações do 1º centenario do seu nascimento, na data fulgente em que, ha cem anos, Amaro Cavalcanti viu a luz da vida, nos ínvios sertões do Piranhas, para a fortuna e para gloria desta mesma terra e desta mesma gente, que ele tanto amou, enobreceu e exaltou!

Honra lhe seja!

Natal, 8 de agosto 1949.

NESTOR LIMA

Presidente do Instituto Historico

Nota final do Autor:

Para completar o acervo da bibliografia do Ministro Amaro Cavalcanti, devem ser referidas mais as seguintes obras: «Noticia Cronologica da Educação no Brasil», 1883; «The brasilian language and its aglutination», 1884; «Meios de desenvolver a instrução primaria nos municipios ruraes», 1884; «Direito das Obrigações», 1901; «Revisão das sentenças dos Tribunaes Estaduaes pela Suprema Côte dos Estados Unidos da America», 1910; «The Federal judiciary in Brasil and United States of America», 1911; «Pan American Questions», 1913; «La Codification du Droit International Americain», 1914; «A vida economica e financeira do Brasil», 1915; «A neutralidade e as restrições do comercio internacional, na guerra européa», 1916; e «A Sociada de das Nações», 1920. (N. L.)

Guerra do Paraguay

A Companhia de Caçadores do Rio Grande do Norte incorporada ao Batalhão Provisorio de Infantaria nr. 18 — 5.^a Companhia—Relação de mostra do tempo decorrido de 1º a 30 de junho de 1865.

- 1 Capitão — João Batista do Rêgo Barros Cavalcanti de Albuquerque.
- 2 Tenente — José Lázaro Monteiro de Melo
- 3 Alferes — Francisco Antonio de Deus e Costa
- 4 Alferes — Galdino Cânciao de Vasconcelos Monteiro.
- 5 1º Sargento Carlos de Souto Gondim—Desertou na Bahia
- 5 2º « Jacinto do Rêgo Monteiro
- 6 2º « Adolfo Joaquim Alvares França, 2º Cadete-Voluntário
- 7 2º Cadete Manoel Leopoldo de Vasconcelos Monteiro
- 8 Cabo Urbano Agápito d'Alcântara
- 9 « Fortunato José de Lima
- 10 « Antonio João de Santiago-Engajado
- 11 « Silvio Pontes Pereira de Moura
- 12 « Vicente Borges Fialho
- 13 « José Januário Soares da Camara—Voluntário
- 14 « Cândido José da Costa Pereira

| | | |
|----|-----------------------|------------------------------------------------------------------------------------|
| 15 | « | Luiz Procópio Ferreira Pestana—Voluntario |
| 16 | Soldado | Manoel Joaquim de Sant'ana—Engajado |
| 17 | « | Vicente Ferreira Engajado |
| 18 | « | Jeronimo da Silva Pinheiro « |
| 19 | « | Francisco Inácio de Jesus « |
| 20 | « | Francisco Reis do Nascimento—Preso. Sentenciado no R. G. do Norte. |
| 21 | « | José Freire Cantalice—Engajado |
| 22 | « | José Rodrigues dos Passos « |
| 23 | « | Serafim Roiz da Silva |
| 24 | « | Gabriel Ferreira da Silva Nobre—Preso, aguardando sentença. Ficou doente na Bahia. |
| 25 | « | Teodoro José Correia |
| 26 | « | José Joaquim de Jesus |
| 27 | « | Leocadio José da Silva |
| 28 | « | Particular — João de Medeiros Nobre Camara—Em diligência no R. G. do Norte. |
| 29 | « | Manoel Antonio d'Oliveira |
| 30 | « | Lourenço João Bernardino |
| 31 | « | José Joaquim de Mendonça |
| 32 | « | Marcolino Raimundo Dias d'Andrade |
| 33 | « | Vicente Gaspar Cabral — Ficou doente em Natal. |
| 34 | « | Joaquim Coqueiro |
| 35 | 1 ^o Cadete | Joaquim Torquato Pinheiro da Camara—Ficou em diligência no R. G. do Norte. |
| 36 | « | Felix Antonio Joaquim |
| 37 | « | Herculano Moreira da Silva — sentenciado, ficou no R. G. do Norte. |
| 38 | « | Manoel Guilherme do Nascimento |
| 39 | « | Justino Maximiano dos Santos — Voluntário |

- 40 « Henrique Xavier de Góis — Voluntario.
- 41 « Antonio Joaquim da Silva — Voluntário
- 42 « João Olimpico de Souza—Voluntário
- 43 « Luiz José Teixeira
- 44 « Romão Lopes Leite
- 45 « Francisco Gomes da Silva - Engajado
- 46 « Miguel Francisco Leite
- 47 « Simplicio Gomes Pereira — Sentenciado no R. G. do Norte.
- 48 « José Bernardo do Nascimento
- 49 « Florêncio José da Silva
- 50 « Gabriel José Joaquim
- 51 « Manoel Joaquim Nepomuceno — Voluntário
- 52 « Joaquim Malheiro de Góis
- 53 « Joaquim José dos Santos — Voluntário
- 54 « José Florêncio Gomes
- 55 « Antonio Manoel Joaquim de Souza, Voluntário
- 56 « Antonio Pedro d'Alcântara Junlor
- 57 « João Francisco da Silva
- 58 « Salvador José Francisco—Voluntário
- 59 « José Firmino de Melo
- 60 « Manoel José de Paiva do Nascimento
- 61 « Joaquim Coutinho Roiz
- 62 « João Ferreira da Costa
- 63 « José Carlos d'Oliveira — Voluntário
- 64 « Manoel Bezerra da Costa
- 65 « Manoel Eugênio Ferreira Nunes
- 66 « Braz José de Lima — Sentenciado no R. G. do Norte
- 67 « Manoel Francisco da Silva — Voluntario
- 68 2º Cadete Manoel Joaquim do Nascimento Maciel — Voluntario

| | | |
|----|------------|--------------------------------------------|
| 69 | Soldado | Inácio José Martins — Voluntário |
| 70 | « | Germano Clemente Bezerra — Voluntário |
| 71 | « | José Francisco d'Oliveira — Voluntário |
| 72 | « | Inácio Manoel Sobral |
| 73 | « | José de Jesus Ramalho Camarão — Voluntário |
| 74 | « | José Rodrigues Damasceno |
| 75 | « | José Lourenço Guedes — Voluntário |
| 76 | « | Verissimo José do Nascimento |
| 77 | « | Claudio José Fernandes — Voluntário |
| 78 | « | Felisberto Braz Lemos — Recrutado |
| 79 | « | João Francisco Cebola — Engajado |
| 80 | Corneteiro | João Batista Cordeiro — Voluntário |

AGREGADOS

| | | |
|----|---------|-------------------------------------------------------------|
| 81 | Soldado | Antonio Dias d'Oliveira — Voluntário |
| 82 | « | José Tomaz do Nascimento — Voluntário |
| 83 | « | João Alves Ferreira — Voluntário |
| 84 | « | Antonio da Silva Paz — Sentenciado, ficou no R. G. do Norte |
| 85 | « | Manoel Antonio da Rocha — Idem |
| 86 | « | João Francisco Damasceno — Presso, aguardando sentença. |
| 87 | « | Manoel Germano da Silva |
| 88 | « | Francisco José da Silva |
| 89 | « | João Antonio Izidro |
| 90 | « | Francisco Lourenço de Souza |
| 91 | « | Manoel Francisco do Nascimento. |

ADIDOS

| | | |
|----|---|--------------------------------|
| 92 | « | José Bonato de Faria — Recruta |
|----|---|--------------------------------|

| | | | |
|-----|---------|-----------------------------------------|---|
| 93 | Soldado | Antonio José Batista de Lima | « |
| 94 | « | Carlos José Barbosa | « |
| 95 | « | Franc ^o Malaquias dos Santos | « |
| 96 | « | Manoel Barbosa de Lima | « |
| 97 | « | Saturnino Dias de Moraes | « |
| 98 | « | Luiz Ferreira da Silva | « |
| 99 | « | João José dos Prazeres | « |
| 100 | « | Manoel Eugênio Ferreira | « |
| 101 | « | Vicente Ferreira Nobre | « |
| 102 | « | Bento Ferreira Viana | « |
| 103 | « | Francisco da Luz Vasconcelos | « |
| 104 | « | Manoel Antonio Peregrino | « |
| 105 | « | Manoel José da Silva | « |
| 106 | « | Antonio Pereira da Cruz | « |
| 107 | « | Felix José da Silva | « |
| 108 | « | Manoel José Francisco | « |
| 109 | « | Canuto José Damasceno | « |
| 110 | « | Antonio Míngeso da Costa | « |
| 111 | « | João Manoel Correia | « |
| 112 | « | José Freire do Ó | « |
| 113 | « | Antonio Manoel dos Reis | « |

OBSERVAÇÕES. — Com a Companhia embarcaram na Bahia, com destino ao Rio:— Padre-Alferes Capelão da Repartição Eclesiástica do Exército — Tomaz Antonio de Moraes Castro, que seguiu com o 18^o B. I. para Montevideo, e 79 praças pertencentes a varias unidades, bahianos e sergipanos, e Voluntários da Pátria.

— A Companhia de Caçadores do Rio Grande do Norte demorou na Bahia até 29 de Maio. Chegou ao Rio no dia 1^o de Junho, e, a 11, partiu para Montevideo, no vapor «Recife», tendo ali chegado a 20/6/1865.

Deduzindo dos 114 homens aqui relacionados os 7 presos sentenciados, 1 doente e 2 em diligência que ficaram no Rio Grande do Norte, restam 104, que efetivamente partiram de Natal no dia 31/3/1865.

— Alguns deles, na Bahia e no Rio, foram desligados por motivo de saúde.— JOSÉ JANUARIO SOARES DA CAMARA, que suponho ser filho do poeta Lourival Açuçena, chegou a ir até Montevideo. Em Dezembro de 1865, por O. do Dia do Ajudante-General do Exército, foi desligado do serviço do Exército, por sofrer de «tubérculos pulmonares», na conformidade do laudo da Junta de Inspeção de Saúde. O comandante da 5ª companhia do 18º B. I. era o tenente José Lázaro Monteiro de Melo.

Rio, maio 1950.

ADAUTO DA CAMARA.

(Socio correspondente).

GROSSOS e RUI BARBOSA

Oração gratulatoria em nome do Instituto Historico, na sessão conjunta com a Academia de Letras, a 10 Novembro de 1949.

Meus senhores:

I — Compreendo perfeitamente e bem pondéro as árduas responsabilidades que me pésam aos hombros, para falar em nome do Instituto Historico e Geografico, na data centenaria de Rui Barbosa, e por ocasião desta brilhante solenidade em combinação com a Academia N. R. G. de Letras.

Sei bem o que isso importa e significa.

Sei tambem que me faltam credenciaes para a tarefa, que exigiria «engenho e arte», iguaes aos que Ele tinha; mas o imperio das circunstancias obriga-me a dissertar sobre o excélso brasileiro, cuja fama encheu, só por si, o seculo em que vivemos, e «ancor nel mondo dura»...

Como de Alexandre de Humboldt se dizia que era o seu «nome um século, a propria historia da ciencia», poderíamos tambem proclamar que Rui Barbosa preencheu, no seu tempo, todo o quadrante da sabedoria contemporanea, avantajando-se aos seus coetâneos, na cultura imensa e prodigiosa, na memoria mais felís e fiél que é possivel exercitar, na linguagem mais primorosa, erudíta e opulenta, que ninguem poderá jamais imitar, ou, ao menos, dela aproximar-se.

Mas, nós do Instituto Historico somos deve-

dores á memoria de Rui de um grande e profundo tributo de respeito e de admiração: Kant doutrinava que o respeito é um dos mais altos sentimentos da alma humana.

Porque, senhores?

Simplesmente, porque Rui foi o patrono da causa de Grossos, celebre disputa que se desenrolou, através mais de um seculo, entre os dois Estados, dantes capitánias e provincias, do Rio Grande do Norte e do Ceará; porque foi ele quem sustentou, com os remigios de sua incomparavel dialética juridica, os direitos do nosso Estado, ao trato de terras limitrofes, desde a povoação de Grossos até á embocadura do Rio Mossoró, ou Apodí, no mar, e pela costa norte, até o Mórro do Tibau, consagrado definitivamente como o marco do limite setentrional entre os dois Estados.

Dessa memoravel peleja duas grandes coisas resultaram: a fundação do Instituto Historico e a gloria de Rui, como campeão vitorioso do nosso direito.

Logo, ao ensejo do 1º centenario do seu nascimento, corria á Instituição o dever precípua de celebra-lo, não com as pompas dos hinos heraldicos, que consagraram os heróes na Roma antiga, mas, com a simples oblata destas palavras de gratidão ao genio tutelar do direito, que nos assegurou, por intermedio da Suprema Instancia da Republica, a victoria definitiva nessa contenda.

Baiano pelo nascimento, brasileiro pela nacionalidade, cidadão da America e do Mundo por direito de conquista, ele soube atingir o pináculo da Gloria, em vida, e, agora, vinte e seis anos após o seu desaparecimento objetivo, recebe a consagração nacional, como Benemerito da Patria, que ele tanto estremecêra.

Não me leveis a mal nem o entusiasmo das

expressões, nem a hipérbole dos conceitos, nem o ardor desta apologia.

Ele mereceu muito mais que isto, porque foi grande, verdadeiramente grande e colossal, pelo espirito e pela cultura, pela coragem e pelo martirio, que o seu biógrafo e conterraneo Luiz Viana Filho tão bem soube acentuar no livro que lhe dedicou.

Si o seu envólucro físico ou material, a sua compleição fragil e diminúta, a sua saúde precária, inspiravam cuidados á sua excelsa companheira, ao em vês dessa fragilidade corpórea, o seu talento não tinha méças e sobrepujava quantos o enfrentavam, na certêsa, porém, de ser impossivel arrastalo ou leva-lo de vencida.

Bem me recórdo, que, em dezembro de 1912, era eu chegado, pela primeira vês, ao Rio, e ansiava por assistir os trabalhos do Senado Federal, no velho Paço do Conde dos Arcos.

«Tiveste sorte», disse-me o senador Ferreira Chaves, então 1º secretario da casa, ao receber-me, «porque RUI VAE FALAR HOJE». Vibrei de contentamento.

De fato, aberta a sessão por Pinheiro Machado, ieratico e solene na sua compostura de chefe supremo, correu o expediente, e, sem demora, foi dada a palavra ao senador baiano, inscrito para dissertar sobre a «política e o governo do Marechal Hermes».

E Rui orou, serenamente, durante quatro horas, num só tom, imperturbavel, ríspido, olimpico, magnifico, dissecando, peça por peça, a situação governamental, eivada de erros, tropeços, incertêsas e até crimes de toda a ordem contra as leis e a Constituição da Republica.

A certa altura, entendeu o senador Azeredo de apartear o gigante e ele ouviu-o calmo e solene, como se nada lhe estivesse acontecendo, para, ao findar o assunto que examinava, voltar ao aparte-

ante, e, com a mais acalorada argumentação, responder e esmagar o aparte do senador mato-grossense, que, de cabeça baixa e envergonhado, retirou-se do recinto, por não suportar o riso sardônico de toda a grande assistência, que enchia as galerias do Senado, naquele memorável dia.

Ainda possúo, entre os meus alfarrabios, essa formidável peça oratoria de Rui Barbosa, que eu ouvi e gosei, do principio ao fim, como quem contemplava uma divindade, esparzindo centelhas e fulgores de intensissimas claridades e belêsas incomparaveis.

Recordando, hoje, 37 anos volvidos, essa maravilhosa oração politica, ainda tenho a impressão de estar escutando a vós mais sublime que o Brasil já produziu, viva e brilhante, altamente erudita e comovente, partida do seu todo franzino, mas, elegante, severo e polido, como era do seu hábito, que o jornalista considerava "britanicamente corrêto."

II — Mas, senhores, o objetivo da minha oração é bem diverso daquele de que me tenho occupado até agora: quero referir-me á atuação de Rui Barbosa, na defesa dos direitos deste Estado, na celebre «Questão de Grossos».

Muitos de vós, que ainda não passais além da meia centúria, não tendes a noção exáta do que foi essa contenda judicial.

Nós outros, que provimos do século passado e que nos preocupávamos, desde a infancia, com as coisas do Estado e os seus maiores interesses, podemos recordar, com precisão, a tormentosa querêla, que ameaçou a amizade e a bôa visinhança entre os dois povos marginaes á bacia do Jaguaribe.

Valerá a pena volver ás fases iniciaes da demanda, ou ás causas longinquas que a motivaram?

Fío que me tolerareis a investigação, por bem

da melhor justificação da tése, que nos interessa: a gloria de Rui Barbosa.

As duas capitánias visinhas, num periodo de mais de cento e setenta e cinco anos, (1535 a 1700), não tinham limites certos e fixados.

Após o colapso holandês e a expulsão do invasor, voltaram elas ao domínio de Pernambuco, esta como capitania sufragânea e aquella como distrito, «tendo apenas os seus capitães-móres jurisdição militar nos seus presídios e fortalêsas.»

Uma carta régia de 13 de fevereiro de 1699 elevou o Ceará a «vila e termo», mas, não lhe deu limites.

Surgira a vila de Aquirás, naquela capitania secundária, ao entrar do século dezoito.

A criação do gado atraía os fazendeiros pernambucanos e paraibanos. Aquirás crescia e se desenvolvia.

A capitania formulára petições a El-Rei de Portugal, pedindo a fixação de limites, para o norte e para o sul, que, dizia então, «estavam marcados, na costa de Touros, por um marco de pedra ali existente.» (!)

A metropole indeferira os requerimentos.

Em 1747 e 1787, a Camara de Aracatí formulára pedidos identicos de aumento de terras para sua jurisdição; o primeiro prejudicava Aquirás, que protestou, e o segundo danificava a jurisdição do Rio Grande do Norte.

Levada até El-Rei a pretensão, ia ela informada pelo capitão-general de Pernambuco, que opinou se lh'a concedesse, com

«o terreno que vae desde a banda oriental do Rio Jaguaribe até Mossoró, extremas da Capitania do Ceará, e desde a barra do dito Rio

até Passagem das Pedras, incluindo Jupi e Caatinga do Góes».

E a Carta Regia de 17 de dezembro de 1793 deferiu o pedido de Aracati, com a ressalva de que, «si com ele se sentissem agravadas as vilas limítrofes, o capitão sobreestaria na execução, submettendo, com seu parecer, o negocio á decisão Real.»

Era tambem exigida a demarcação do terreno adjudicado a Aracati, depois de verificado que as vilas limítrofes nada obstassem. Porém, Aquirás protestou; Assú, no Rio Grande, tambem reagiu, rasgando o «bando» (edital), que anunciava o desmembramento. Levado pelo ouvidor, José Vitorino da Silveira Anjo, ao conhecimento da Rainha, D. Maria I, o caso em suspensão, não houve solução para ele, vinda da Metropole.

Foi quando o ouvidor substituto Manoel Leocadio Rademaker entendeu, *esponte sua*, prosseguir na execução da Carta Regia de 1793, e mandou *dar posse* á vila de Aracati sobre os terrenos em apreço, por considerar *desnecessaria* a demarcação e sem embargo da suspensão motivada pelo protesto das vilas confinantes, pendente de solução real.

O ouvidor Rademaker considerou a impugnação por *excusada* e mandou *dar posse* á vila de Aracati, por seu escrivão Manoel Martins Braga, em provimento de 1801.

Eis a fonte e a origem de toda a controvérsia.

Não se procedeu a demarcação do terreno doado á vila de Aracati e o Rio Grande continuou na posse dele.

Passaram-se anos e anos. Vês por outra, surgia novamente a duvida. Movimentavam-se as partes interessadas e tudo volvia á incertêsa e á quietação, com a posse do Rio Grande.

Em 1894, o Ceará intentava contra o Rio Gran-

de uma ação perante o Supremo Tribunal, como «conflito de jurisdição.»

Depois, esse processo transformou-se em ação de limites. Só em fins de 1899, o Rio Grande, como Réo, foi citado.

Aberta a vista para a Contestação, as partes contendentes negociam o arbitramento, por acordo entre as bancadas no Congresso Nacional.

São escolhidos árbitros, pelo Ceará, o Dr. Mateus Nogueira Brandão, pelo Rio Grande, o Conselheiro Antonio Coelho Rodrigues e, como desempataador, o Conselheiro Lafaiete Rodrigues Pereira.

Proferidos os laudos dos árbitros, foram submetidos ao desempataador, que, a 24 de julho de 1903, decidiu a questão, dando ganho de causa ao Ceará.

Protestou *incontinenti* o árbitro norte-rio-grandense: «O laudo está errado», clamava, na mesma ocasião, o dr. Coelho Rodrigues.

O Rio Grande do Norte não se submeteu ao arbitramento, apesar de ter sido firmado o compromisso preliminar pela sua bancada federal; o Ceará submeteu então o caso ao Congresso Nacional, que, por parecer do deputado piauiense Anisio Auto de Abreu, julgou-se incompetente, para atribuir competência ao Supremo Tribunal Federal, nos termos da Constituição, a esse tempo vigente.

Mas, nesse interim, enquanto se processava a causa iniciada em 1894, ocorreu um incidente grave, que ia abalando, de vés, as nossas relações de vizinhança.

Dois deputados á Assembleia Estadual do Ceará apresentaram á sua Camara um projeto de lei nº 5, em 13 de julho de 1901, elevando Grossos á vila e termo e criando o municipio do mesmo nome, compreendendo varios logares que estavam na jurisdição do Rio Grande do Norte: Tibau, Grossos, Boi Morto, e outros. Seis dias depois, o presidente Pedro Augusto Borges sancionava a resolução, con-

cretisando aquella proposição de José Acioli e R. Arruda.

Estourou a bomba e um telegrama, de Fortaleza para cá, dizia simplesmente: «Grossos elevada vila e termo.»

Protestou imediatamente o Governador Alberto Maranhão, como também a Intendencia Municipal de Areia Branca.

Houve reação popular; o Ceará enviou força para o local do seu novo termo; o Rio Grande também: aguardava-se a cada momento um encontro sangrento, mas não aconteceu.

Convencionaram, então, respeitar o *statu quo ante*, sob conselho do Governo Federal e a disputa foi submetida ao arbitramento, cuja solução já sabemos que foi contra nós.

III — Volve, então, á jurisdição da Egregia Corte Federal a competencia para conhecer do caso.

Aparece Rui Barbosa, que, convidado por Pedro Velho, como ele senador, intervem como patrono do Estado, para oferecer as *Razões Finaes*, em abril de 1904, dentro do praso exíguo de quinze dias, que lhe fôra assinado, e dentro do qual teve de compulsar quatro volumes manuscritos e treze livros *impressos*, entre os quaes alguns de *proprio punho* dos cearenses, interessados na demanda.

Essa é que a parte notavel que Rui Barbosa representou na questão de Grossos.

Assumindo o patrocínio por parte do Rio Grande, ele formulou uma memoria exaustiva do assunto, encarando-o sob todos os aspetos, desde a questão do praso em que falava, forçado o réo, sob pregação, a defender-se, até ás conclusões magistraes da obra, em que se demonstrou, com a clarividencia dos axiomas, a verdade em favor do bom direito do Rio Grande do Norte.

Admiravel esforço, soberbo trabalho, o do Mestre

Mas, é de elementar justiça que, antes de apreciar o valioso trabalho do nosso advogado, façamos uma referencia a quantos o precederam na colêta de dados e documentos, organizaram obras de analyse dos acontecimentos prejudiciaes, alegaram e criticaram os argumentos *ex-adverso*, como aconteceu com José Leão, 1889, em duas Conferencias no «Club Norte-Rio-Grandense», no Rio, os drs. Augusto Tavres de Lira e des. Vicente Simões Pereira de Lemos, nos dois volumes de «A Questão de Limites», Dr. Antonio José de Melo e Souza, procurador geral do Estado, como representante do Estado-Réo, na causa em curso no Supremo Tribunal, o desembargador Francisco de Sales Meira e Sá, presidente do nosso Tribunal, em «Simples Notas ao Laudo Lafaiete», sem esquecer a prodigiosa «Resposta ao Questionario preliminar e Replica á do 1º Arbitro», do eminente senhor Conselheiro Antonio Coelho Rodrigues, árbitro de nossa parte, todos os quaes contribuíram, eficás e eficientemente, para orientar as «Rasões finaes» do advogado excélso, quando teve de debater na Colendissima Instancia os fundamentos da causa e as básies do nosso direito territorial.

Ele proprio confessa e agradece essa contribuição que qualificou de «preciosa», aos que, antes dele, «ilustraram o assunto quanto aos direitos do Rio Grande do Norte.»

O Instituto Historico, relembrando esses trabalhos dos seus consocios, dois dos quaes sobrevivios e os outros desaparecidos, quer apenas render-lhes a homenagem a que teem jús.

Volvamos agora ao notavel trabalho de Rui Barbosa, que se tornou classico, em materia de limites interestaduaes.

Organizou-o e publicou-o em 15 dias, e, apenas, pode revê-lo nas provas tipograficas, como ele o de-

clara; mas, saiu perfeito e completo, como uma obra prima de uma alma de escól.

Dividiu-a em duas partes: «O arbitramento» e a «Questão», aquela em dois capitulos, esta em vinte.

Começou por apreciar o compromisso assumido pela bancada federal do Rio Grande do Norte e do Ceará para eleição de treis arbitros, que decidissem a disputa e examinou o laudo do Conselheiro Lafaiete, demonstrando num e noutro aspeto, que o Rio Grande do Norte tinha melhores razões de direito que o seu respeitavel contendor.

Não concordou com os que invetivaram os norte-rio-grandenses, porque renunciaram o seu compromisso: este fôra assumido ilegalmente por quem não tinha qualidade ou poder para comprometer-se, ao passo que o laudo encerrava as mais contraditorias conclusões, que repugnavam ao direito e á justiça.

Na parte do litigio, propriamente dito, Rui Barbosa explanou admiravelmente todos os pontos em que subdividiu as *Rasões Finaes*, estudando «o ponto contestado», as pretensões cearenses, as duas capitánias, a tradição geográfica, o equívoco de Mossoró (Barra, Serra e Rio desse nome), o «divortium aquarum», a jurisdição norte-rio-grandense, o Aracati, até a «carta regia» de 1793, a falsa execução da carta regia em 1801, os editais de 1801 e 1811, a invenção do «Páu Fincado», a divisão civil e ecclesiastica, a jurisdição do Rio Grande, depois de 1793, o fôro, registro de terras e salinas, qualificações e eleições, átos e fatos administrativos, o plebiscito cearense (1902) e o *uti possidetis*, todos os aspétos da contenda, que se vinha arrastando através de séculos, para afirmar, com toda a força das suas convicções, que os limites entre as duas entidades politicas da comunhão brasileira, era justamente o «divisor das aguas» desde as Serras de Luis Gomes,

Camará, São Miguel, Apodí, Danta de Dentro até o Morro do Tibau, na Costa Atlantica, limite consagrado e reconhecido como certo, indubitavel e tradicionalmente aceito pelos povos dos dois Estados vizinhos, desde tempos imemoriaes.

Assim concluía o excélso patrono a sua exposição, de teôr altamente juridico e documental:

«Esse direito imemorial, constante, manifesto, exercido e reconhecido sempre, não nô-lo desconhecerá o grande Tribunal creado pela Constituição como a extrema segurança da paz e da legalidade entre os Estados.»

Seguiu-se a decisão do Augusto Pretório, que, em 3 acordãos de 30 de Setembro de 1908, 2 de outubro de 1915 e 17 de julho de 1920, deu ganho de causa ao nosso Estado e ao seu glorioso advogado, Rui Barbosa, cujos argumentos plenamente aceitou, firmando, de uma vês por todas, os incontestaveis direitos do Rio Grande do Norte, á area territorial, que se estende entre a linha ideal que continúa a do *divortium aquarum* proveniente das Serras ao sul, até alcançar o Morro do Tibau, insignificante promontorio á beira do Atlantico, cinco legoas ao Norte da barra do Rio Mossoró, em Areia Branca. Ai, e para eterna memoria desse acontecimento, colloquei eu, em 1927, a Escola «RUI BARBOSA», em honra do glorioso advogado do nosso Estado.

Não obstante, porém, todo o vigor dessas decisões, ainda recentemente, surgiu de novo a duvida oposta pelo Ceará, a proposito da limitação municipal, procedida em 1938 e 1943, por virtude do decreto-lei federal de 11 de março de 1938, que ordenou a revisão dos limites intermunicipaes, em todo o territorio da Republica.

Ficou, é verdade, dessa pugna gigantêsca, o

marco imorredoiro do trabalho de Rui Barbosa, que, após o embargo oposto pelo advogado do Ceará, examinou, iluminou e clareou integralmente a matéria velha desse embargo, que só serviu para demonstrar, como ele o fêz magistralmente, o desacerto e a vacilação dos argumentos novamente expostos e despresados.

Porque assim se deu, graças ao Todo Poderoso, reina a paz entre os dois povos irmãos e vizinhos, cujos laços de sangue e fraternidade estiveram a pique de sangrentas refrégas, não fôra a urbanidade do nosso governo, que Alberto Maranhão exercia e encarnava, com aquelas excelsas virtudes que o distinguiam.

IV — Meus senhores:

Nesta glorificação de Rui Barbosa, no 1º século do seu felís nascimento, é de se não deslembrar aquella nota constante de sua existencia, o martirio, que, em toda ella, lhe foi imposto pelas circumstancias e do qual elle soube galhardamente sair-se impávido e reconfortado para empreender as grandes pugnas que o caracterisáram.

Desde a sua compleição franzina e precária saúde, objeto, na infancia, dos cuidados e desvélos de seu estremôso genitor, o dr. João José Barbosa de Oliveira, e na idade adulta de sua generosa Espôsa, dos rasgos de impetuoso carater, de que dão noticia os episódios de sua vida escolar, na Baía, dos assomos de liberdade e independencia, que lhe marcaram as primeiras atividades na vida publica, ainda academico em São Paulo, quando era denunciado aos paes como «revolucionario», dos grandes encargos financeiros, que teve de enfrentar e solver com o trespasse do seu querido pae, assoberbado de dividas, até ás difficuldades iniciaes da vida publica, deputado, ministro de Estado, já na Republica, ar-

cando contra uma onda de inveja e de despeito, que lhe atormentava os grandes remígios, ás decepções na vida parlamentar, o exílio em Londres e em Portugal, as rusgas as perseguições de Floriano Peixoto, dantes tão afetuoso para ele, no Governo Provisorio, ao desastre da Campanha Civilista, em 1910, até finalmente, ao enorme desgosto que experimentou a proposito da Embaixada para Versailles, em 1919, declinando aiosamente do convite assinado pelo seu colega e amigo Rodrigues Alves, uma vês que se anunciava que ela seria dirigida pelo Ministro do Exterior, Domicio da Gama, em todos esses acontecimentos culminantes, ou nos ordinarios de sua existencia, ele sofreu, intensa e dolorosamente, o amargor desses fatos, carpiu, na intimidade do seu grandioso coração, a ingratição dos homens, conheceu o martirio mais cruento e mais profundo.

Mas, senhores, até naquele momento em que ele se elevava ao ápice de sua carreira internacional, na celebre 2ª Conferencia da Pás de Haya, em 1907, conta-nos Batista Pereira, num de seus livros, o que foi o dia em que ele se insurgiu contra o principio da «desigualdade dos Estados» e preferiu aquele magnifico improvisado, em que sustentou a tése da igualdade dos Povos, grandes ou pequenos, na esféra do direito internacional e do qual lhe adveiu a cognominação de AGUIA DE HAYA!

Ele se mostrava inquieto e nervoso, sofria imensamente a immediata necessidade de desabafar e esparecer, logo após a sessão da Conferencia, supondo, talvez, que havia desagradado a maioria dos delegados, e, assim, colocado o Brasil, numa situação difficil e perigosa.

Foi, então, que lhe anunciaram que, ao contrario, a impressão geral era-lhe favoravel e o proprio presidente da Conferencia, o delegado russo, o convidava para uma refeição amistosa, em que preten-

dia expressar-lhe todo o seu apoio e reconhecimento á tese desenvolvida, «de improviso», afim de desfazer e esclarecer o incidente provocado pela mêsada da Conferencia, com o argumento de que «á assembleia eram extranhas as questões da politica».

Por isso, é que ele proprio dizia recordando seu pae:

«Ele foi assim uma espécie do que eu tenho sido, um homem que viveu a protestar, sem ser atendido.»

Essa amargura, que se vislumbra na sua queixa, é, a meu vêr, a face mais impressionante da sua personalidade, o aspeto mais admiravel do seu caracter: Rui era uma alma profundamente emocional, um coração de oiro, servido por um cérebro adamantino.

Queremos, pois, reverencia-lo com as palavras sobêrbas do seu mestre e seu amigo, seu contendor e seu devoto, Ernesto Carneiro Ribeiro, na passagem do jubileu áureo de sua vida mental, em 1918, quando dizia:

«.....Primoroso escritor, quizêra igualar-te no substancioso das frases, na delicadêsa e ternura da linguagem, no engenhoso e brilhante das construções, na pujança e finura da eloquencia, no vigoroso e cinzelado do estilo, para te descrever, á justa, a individualidade, em que tanto prõeminas, tanto te elévas, no grandioso das tuas concepções, que, não raro, a ti mesmo, te excedes, afinando-te e aprimorando-te com os anos.»

Nesta síntese deliciosa do velho e erudito mestre de Rui Barbosa, está, a meu vêr, a mais incisi-

va definição da sua personalidade tão gloriosa, quão martirizada na sua projeção pela vida terrena, e, assim, a exata e merecida homenagem de infinita ternura, que lhe trazem, no seu dia centenário, os confrades do Instituto Historico e Geografico, em cujo quadro de honra, ele figurava e fulgía, tal como se ostenta naquele retrato, como um Deus de bondade, de saber e de energia criadora.

Tenho dito.

Natal, 10-11-1949.

NESTOR LIMA.

Notas históricas

Adauto Miranda Raposo da Camara

(Socio correspondente).

I

Um enigma decifrado

Miguel Arcanjo Galvão, filho do alferes José Lopes Galvão e de Josefa Maria de Jesus Galvão, nasceu em Goianinha, Rio Grande do Norte, em 17 de Fevereiro de 1821. Foi funcionário da Fazenda Provincial e, depois, da Fazenda Nacional, tendo exercido varias e importantes comissões. Aposentou-se como Diretor do Tribunal de Contas, cargo hoje equivalente ao de Ministro da mesma Côrte. Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, — tudo isto segundo Sacramento Blake. Faleceu em 1903.

Publicou dois trabalhos: um sôbre legislação fazendária; o outro é uma «Relação dos cidadãos que tomaram parte no Governo do Brasil, no período de Março de 1808 a 15 de Novembro de 1889 (Rio, 1894.) A «Relação dos jornais brasileiros publicados de 1808 até 1889», manuscrito anônimo existente na Biblioteca Nacional (I-10-2-13, Seção de MSS), deve ser de sua autoria. «Na ficha respectiva lançaram esta nota: — «É do Conselheiro R. A. Galvao» (Rafael Arcanjo Galvão). Não poderia êste ter sido o autor, pois que faleceu em 1882. Como anotaria o aparecimento de jornais até 1889? Pensei

que tivesse sido o filho, engenheiro civil e homem de notáveis méritos, construtor do velho edificio da Alfândega do Rio de Janeiro, na rua Conselheiro Saraiva, e que deixou obras publicadas. Rafael Arcanjo Galvão Filho, natalense, nascido em 10 de Junho de 1836, finou-se no Rio, em 24 de Junho de 1888.

Convém salientar que a «Relação dos jornais brasileiros» é de grande meticulosidade e revela a beneditina paciência de quem se vota a êsse gênero de pesquisa documentária a serviço da história — apesar das falhas que se lhe notam, — não se encerra com os órgãos surgidos até 1889. Encontrei lá alguns que vieram depois. A REPUBLICA, de Natal, ali figura, pois é de 1º de Julho de 1889. Mas está registrada, com a mesma letrinha miuda e a mesma tinta, a data em que passou a diário. Logo, não foi o Conselheiro quem idealizou o catálogo anônimo «começado em 1868, PARA AUXILIAR a MEMORIA», como se lê no pórtico, e sim, seu irmão Miguel. O historiador Helio Viana deve ter-se deixado levar pela informação da *ficha*, na sua monumental «História da Imprensa Brasileira». Na «Relação», para indicar o autor há apenas três iniciais: M. A. G. A primeira maiúscula é feita de modo que mais parece um U (é um M com uma abertura muito acentuada), dando lugar a dúvidas. Não achei semelhança com a letra R. Gondim da Fonseca, na «Biografia do Jornalismo Carioca», foi mais prudente, porque sempre cita a «Relação» como peça anônima. Não se fiou na indicação do funcionário da Biblioteca. Êste enigma bibliográfico está decifrado.

II

Outra Incógnita

À medida que ia fazendo pesquisas na coleção

do «Jornal do Comércio», sôbre a contribuição do Rio Grande do Norte para a Guerra do Paraguai, minha atenção era despertada por certa correspondência de Natal. Havia ali dois correspondentes, e eu tinha empenho de os identificar, para atribuir um justo valor aos seus conceitos e informações. Evidentemente, um era do Partido Liberal, e o outro, do Conservador, — pela paixão partidária que denotavam em suas cartas por todas as malas, salvo algumas interrupções que notei.

Comecei as consultas pelos jornais de 1864. Meu interesse foi aumentando em 1865, desde que as missivas falavam da repercussão, em Natal, das complicações do Prata. Um informante, o Conservador, era muito superior ao seu confrade, o Liberal, que diziam ser o dr. Moreira Brandão. Aquele era realmente um jornalista. Suas epístolas eram longas e bem redigidas. Ocupavam-se principalmente da política local, mas sempre havia espaço para alguns acontecimentos sociais, arrecadação de rendas públicas, fatos policiais, obras novas, etc. etc. Atacavam apaixonadamente o presidente Olinto José Meira (1863-1866), profligando-lhe atos e até pensamentos.

Assim como êle verberava as ações dêste, — que foi um dos maiores governantes de nossa terra, no regime monárquico, — enaltecia, quase sistematicamente, o seu sucessor, dr. Luiz Barbosa da Silva (1866-1867), para quem havia sempre os melhores elogios, os gabos mais entusiásticos. Desconfiei de tanta prodigalidadelouvaminheira. Em vão busquei na FALA do Presidente Barbosa o indicio de qualquer favor dispensado ao jornalista, que era, de fato, sincero, e se deixava apenas levar pelos seus impulsos: nem Olinto Meira lhe fez nenhum mal para lhe arrancar tantas censuras, nem Luiz Barbosa, nenhum bem, para inspirar tanta admiração. Não poupava o dr. Amaro Carneiro Bezerra

Cavalcanti, poderoso chefe liberal na Província. Ridicularizou quanto pôde o seu oferecimento ao Governo Imperial para seguir como Voluntário da Pátria para a frente do combate, — embora Luiz Barbosa o tivesse apreciado efusivamente, porque afinal, o dr. Amaro contribuía para intensificar o alistamento. Olinto Meira enviára para a guerra 1467 soldados e marinheiros. E Luiz Barbosa estava em má situação em face de a torrente ter estancado e o governo renovava os seus apêlos para o levantamento de forças. O deputado Amaro Bezerra prestou, efetivamente, um serviço à causa nacional, dando um edificante exemplo de civismo, não obstante ter sido recusado o seu concurso pessoal, por ser membro do Corpo Legislativo. Em 8 de Junho de 1867, seguiu êle, para a côrte, pelo «Cruzeiro do Sul», com 120 homens que aliciára na zona oeste e nos municípios vizinhos da Capital.

Com a saída de Luiz Barbosa da Silva, subiu ao poder o dr. Gustavo Adolfo de Sá, baiano, liberal (1867-1868). As reportagens perderam o interesse: agora o posto de jornalista oficial passára a um bajulador. No trimestre de Abril a Junho de 1866 (administração de Olinto Meira), não encontrei noticia do Rio Grande do Norte. Só em Outubro é que os correspondentes voltam à liça, no governo de Luiz Barbosa. O liberal, na adversidade, investe desabridamente contra o «Secretario da Policia». O mesmo sucederia mais tarde, quando Gustavo Adolfo de Sá deixou o governo. Pela primeira vez, surge uma pista naquella referênciã ao «Secretario da Policia». Na Presidência Gustavo Adolfo, houve perseguições incansaveis aos elementos do Partido Conservador. O baiano era um temperamento vingativo e desabrido. O correspondente do «Jornal do Comercio», na opposição, se queixava de violências contra sua familia: o cunhado demitido de administrador do Cemitério; o pai, capitão da Policia, José

Antonio de Souza Caldas, reformado, e o «Secretario da Policia» ameaçado de exoneração. Gustavo Adolfo pôs na reserva, por espírito de vingança, varios officiaes da Guarda Nacional, entre êles meu bisavô paterno, Alexandre Francisco de Sales e Silva e o irmão, Antonio Sebastião da Silva Leitão. E ainda demitiu o filho do capitão Alexandre Francisco, — o dr. Horacio Cândido de Sales e Silva, — por se ter negado, como Promotor Público de São José, a servir de instrumento aos ódios presidenciais.

Com o advento do Partido Conservador e posse do novo governante, dr. Manoel José Marinho da Cunha (1º/9/1868), o «Secretario» pôde dormir sossegado. Todos os atos de perseguição foram anulados. O dr. Marinho, que lhe dispensava aprêço, o convidou a excursionar por São José, Paparí, etc, como que para desfazer o efeito da visita que ali fizera, havia poucos meses, o atrabiliário Gustavo Adolfo. Dêsse passeio enviou o correspondente cartas ao jornal, com excelentes descrições da paisagem, da vida naqueles municípios.

Quem seria, emfim, o representante do «Jornal do Comercio», que, faz mais de 80 anos, não deixava sua Provincia ficar esquecida na Côrte, falando de suas necessidades, relatando ocorrências, narrando as agitações políticas, dando ao País conhecimento do que se passava dentro de suas longinquas fronteiras? Diante de minhas observações, agora a resposta não seria tão difficil, sabido como é que o Secretario da Policia, por muitos anos, foi JOAQUIM GUILHERME de SOUZA CALDAS, que, desde os 29 anos, era um talentoso jornalista, dos mais brilhantes do Rio Grande do Norte. Exerceu, naqueles dias recuados, o papel do moderno «observador» de imprensa. Suas comunicações, mesmo anônimas e de repercussão restrita aos círculos potiguares, diziam do seu valor.

Com os os nossos primeiros encontros, nas mi-

nhas tentativas para lhe penetrar o espesso «incógnito», assentei umas premissas: — a) era jovem, porque, empolgado pelo espetáculo cívico do embarque da Companhia de Caçadores para a guerra, em 1865, anunciava que também iria do primeiro navio (felizmente não foi); b) conservador, pelo seu tom anti-sulista; c) residência permanente em Natal, pois, tinha conhecimento profundo da vida local; d) portador de boas humanidades, pela sua linguagem es-correita, juízos elevados, cultura geral.

Lendo o circunstanciado «relatório» sôbre o regresso dos Voluntários, em Agosto de 1870, lá encontrei, entre os oradores do banquete servido aos bravos conterrâneos, o «Sêcretário da Policia», além do dr. Souto Junior, o dr. Aprígio Garcia, etc.

Joaquim Guilherme tinha o curso secundário do Ateneu. Jornalista até o fim da existência, combativo, era a pena principal do seu Partido. Deputado Provincial e Estadual, amanuense e Secretario da Policia. Inspetor do Tesouro. Faleceu em 1898, em Natal.

Modestamente êle se ocultou, por anos e anos, por trás de sua qualidade funcional, escondendo sua verdadeira personalidade (o anonimato era muito do tempo). Um maníaco rebuscador de arquivos e amigo de papéis velhos, e mais ainda do seu Rio Grande do Norte, o surpreendeu naquele disfarce, e o expõe às gerações de hoje, para que o aplaudam, para que lhe agradeçam a pontualidade, a exatidão com que registrou, durante largo período, *de graça*, quando ainda não havia imprensa permanente na Província, tantos episódios marcantes do nosso passado, e que ficaram arquivados nas páginas do «Jornal do Comercio», para o conhecimento da posteridade. Sem os seus comunicados, muita coisa dos anais norte-riograndenses ficaria para sempre esquecida, por falta de elementos fixadores, — por exemplo, o nosso concurso para a vitória brasileira na

luta contra o Paraguai: os pequenos incidentes, a atitude do povo e das autoridades, o nome de tantos cooperadores.

Sua produção, esparsa em folhas de Natal e no «Jornal do Comercio», merece compilada. Estou certo de que esta seria uma das prestimosas achegas para o estudo de certa época de nossa história e uma homenagem ao trabalhador intelectual que tantos aplausos suscitou em seu tempo.

Rio, Janeiro, 1950.

O MONUMENTO DA CIDADE

*Discurso pronunciado pelo Dr. Nestor Lima,
Presidente do Instituto Histórico, em nome
da Comissão promotora das festas de 350.^o
aniversário da Cidade, a 25 dezembro 1949.*

Sr. Governador do Estado:

Sr. Prefeito da Capital:

Meus concidadãos:

I — Estamos vivendo um instante da mais alta significação patriótica; realizâmos uma grande efeméride da historia da nossa invitta Cidade; rememorâmos um feito de ímense valor civico, pela primeira vêz, celebrado em publicas e solenes festividades.

Hoje, recordâmos a fundação da Cidade do Natal.

Aqui, relembriamo a épica jornada do capitão-mór Jeronimo de Albuquerque, ao mando de El-Rei de Espanha e de Portugal, para a objetivação da Carta Regia de 9 de novembro de 1596 e 15 de março de 1597: a fundação da Cidade, cabeça da nova Capitania, do Rio Grande, hoje nosso bem querido Estado do Rio Grande do Norte.

Ha 350 anos, neste mesmo lugar, no "chão elevado e firme", de que falava Miliet de Saint Adolfe, aquele emissario do Rei lançou as bases da Cidade e demarcou-lhe o "sitio", ou melhor, a área, que fixou, com a chantação de dois marcos indeleveis nas nossas reminiscencias civicas: as duas Cru-

zes, a do Norte, já desaparecida, e a do Sul, que é a Santa Cruz da Bica, tão venerada pelos nossos compatricios.

Este é o fato historico, em rasão do qual estamos aqui, reunidos e vibrantes, para perpetuar e demonstrar aos nossos porvindoiros que temos sabido honrar as tradições de nossos ancestraes, tal como desejamos que eles consagrem e venerem as gerações presentes.

Fazendo-o, em nome da Comissão Promotora das solenidades, que se intégra da Perfeitura de Natal, do Instituto Historico, da Academia de Letras e da Sociedade Brasileira de Folk-lore, tenho a maior satisfação e a mais subida honra de proclamar inaugurado este Monumento eterno da nossa admiração e da nossa homenagem ao Fundador da Cidade do Natal.

II — Meus senhores:

Uma rapida excursão ao passado longinquo de tresentos e cincoenta anos terá a importancia e o efeito de uma visão fantasmagorica ou o poder evocativo de uma pelicula documentária.

Vamos retroceder ao momento em que os capitães-móres de Pernambuco e Paraíba, de ordem do capitão-general da Baia, vieram fazer a conquista do territorio que constituiria a sesmaria de João de Barros e Aires da Cunha, em 1535, e, que, pelo malogro das tentativas de posse e colonização, por cerca de 1570, voltára ao poder do Rei.

Infestada pelos francêses que exerciam a pirataria nos mares adjacentes e pelos rios navegaveis, que ai, desembocavam, a gléba reguenga constituia sério enbaraço ao commercio e á prosperidade das capitánias visinhas ao sul, e deveria voltar ao Dominio e á posse da Corôa, por necessidade da politica internacional de Portugal.

Realizou-se a gloriosa jornada, sem tiro de mosquete: aproximou-se a esquadra de Mascarenhas Homem, entrou barra a dentro, lançou ferros, desembarcou sua gente, escolheu o local, lançou as bases do Forte, a 6 de janeiro de 1598, e, em local próximo, na "cidade dos Reis", estabeleceu-se a população acessoria de tais empreendimentos e os adventícios. Não tardou a luta: os franceses e os ameríndios atacaram, quase a tóda a hora. Jerônimo de Albuquerque, capitão-mor da Fortalêsa, a quem Mascarenhas deixára o govêrno da praça, déra poderes provisórios e deixara gente, compreendeu que, só com a paz efetiva com o gentio, poderia efetuar a sua missão. Os outros dois capitães de Paraíba e Pernambuco foram-se da Aldeia de Igapó, Aldeia Velha, onde mandava o Jovem Camarão, o grande, e retornaram a seus govêrnos. Enviou missão de concordia e, tanto que a conseguiu, pactuou sua ratificação, na Paraíba, e solenemente, a 11 de Junho de 1599.

Esse grande passo da conquista permitiu a realização da segunda parte daquelas cartas regias, quando ordenavam a fundação, não só da Fortalêsa, que tomou o nome de "Santos Reis" mas, de uma Cidade, que serviria de Cabeça à nascente Capitania: e é Natal.

Corriam os idos de Dezembro de 1599, quando o capitão-mór da Fortalêsa resolveu aparelhar a sua comitiva para dar começo á cidade: não ha documento do fato, mas, há documentos correlatos de acontecimentos subseqüentes, que levam à mais clara evidência de que o dia escolhido em homenagem ao nascimento de Cristo, naquele ano, coincidira com o lançamento das bases da nova urbs, fosse pela celebração do Sacrificio da Missa, que inaugurou a Capela, fosse pela colocação das 2 cruzes lindeiras, como demarcação do SITIO DA CIDADE, que logo

depois, aparece insistentemente nas datas de sesmaria das terras da nova capitania.

É assim a doação feita a Domingos Sirgo, a 3 de julho de 1603, de uma parte de terra “no sitio da Cidade”, comprova que, três anos depois, já era oficialmente conhecida e referida em atos oficiais a área efetiva na nova Cidade. (Vicente de Lemos, *Capitães-móres*, pag. 6).

Assim são muitas outras registradas no “Auto de Repartição das terras do Rio Grande”, que o capitão-mór de Pernambuco, Alexandre de Moura e o ouvidor-geral, desembargador Manoel Pinto da Rocha, realizaram nesta leal Cidade, a 21 de fevereiro de 1614, no qual foram catalogadas e regularizadas cento oitenta e cinco datas de terra, não só “no sitio demarcado da Cidade”, como nas várias ribeiras já conhecidas no “hinterland” potiguar.

Duvida nenhuma pode haver de que a *demarcação do sitio* destinado à Cidade, ou a inauguração da Capela, ou, aliás, e mais concordemente, ambos os fatos, se realizaram a 25 de dezembro de 1599, e, pois, hoje, perfazem trezentos e cinquenta anos desses acontecimentos.

Temos, pois, de celebrá-los recordá-los com a efusão dos nossos mais suaves e dôces sentimentos humanos, porque êles constituem o início, o passo essencial da nossa vida de povo civilizado, sob o influxo da doutrina cristã.

E, quando, dentro de poucos instantes, subirem aos céus desta Noite iluminada de estrelas, sob a égide sempiterna do Cruzeiro do Sul, que ali se pôs para nos indicar o caminho da Verdade, os cânticos da Igreja e os odôres do incenso, em louvor do Nascimento daquele Deus Menino, que veio anunciar aos homens uma éra de paz e de concordia, com a glória de Deus, no alto dos Céus, então, veneraremos aqueles ancestrais, que nos legaram a Cidade Bela e Serena, “Cidade-presépio”, em que ex-

ercemos nossas atividades e onde dormiremos o sono final, na clara suavidade de seus dias e noites de encantamento, porque ela rememora o grande Dia da Cristandade.

Levantemos, senhores, os nossos corações, ergamos até o Altíssimo a nossa homilia agradecida, na noite sublime, que estamos vivendo, para agradecer a graça e o favor de reviver, hoje, o dia glorioso da fundação da Cidade.

III — Meus concidadãos:

Agora, faz-se mister que aluda à razão, e ao significado deste modesto Monumento, que oferecemos ao povo e que a Prefeitura de Natal, coadjuvada pelas forças do Exército, aqui sediadas, solicitamente construiu, para maior realce e brilho destas festividades.

Nele não se encontram belezas artísticas, nem se aprimora a riqueza dos ornamentos: o material é simples, as bases são amplas e os próprios símbolos só têm valor, pelo seu sentido histórico e tradicional.

Alí, está o Pelourinho da Cidade, ali estão quatro canhões da Fortaleza. Aquele “emblema da jurisdição municipal”, (Candido de Figueiredo), símbolo do Poder Civil, certamente erigido nesta praça, há 350 anos, em meio de festas e aclamações, às vózes de “Real, Real, Viva El-Rei D. Felipe de Espanha, reinante em Portugal”: era o local destinado à publicação dos editos, ou bandos, do governo, das proclamações aos povos da Capitania, diríamos, a imprensa oficial, espécie de D. I. P. (Departamento de Imprensa e Propaganda, em nossos dias, si assim podemos comparar), mas, também, e por deturpação do seu simbolismo, aonde eram amarrados e justicados escravos e contraventores, surrados e supliciados os homens máus, que a justiça sumaria do Capitão

mór, ou do juiz ordinário, sentenciava a açoites e outras penas corproais.

Não resistiu o Pelourinho à furia iconoclasta dos nacionalistas; em 1822, foi derribado e atirado ao Corpo da Guarda da Cadeia Velha, que existiu até 1912, no lado Oeste desta mesma praça, e aí, conservado, como banco da expiação para delinquentes, bêbedos e arruaceiros fazerem a vigília forçada da cura e da emenda.

Quando da demolição daquele pardieiro, o Pelourinho foi recolhido, pelo Instituto Histórico e com permissão do Govêrno, a um dos salões do prédio, que foi da justiça federal, á rua Princesa Isabel, (antiga 13 de Maio, onde é hoje o Restaurante "Cruzeiro") em virtude de consentimento dos juizes federais, drs. Olimpio Vital e Meira e Sá, saudosos e inesquecíveis consócios.

Dali, passou à séde do Instituto, e, em 1927, foi levantado à entrada do prédio n. 577, à rua da Conceição, de onde saiu, em 1938, para a atual Casa da Memoria.

Mas, está incompleto: faltam-lhe a argóla e a esfera armilar, que o encimavam. Perderam-se na noite do tempo.

Hoje, porém, restituimo-lo fielmente à Cidade do Natal, e, vemo-lo com praser, erigido nesta Praça, como um atestado perene do nosso passado colonial, de que foi emblema e simbolo característico.

Ladeiam-n'ó os quatro canhões da Fortalêsa dos Três Reis Magos, plantada à margem direita do Potengi.

Gloriosos canhões que assistiram e ajudaram a defesa hercúlea de Pero Mendez de Gouveia às hostes bátavas invasoras, em 1633; que ribombaram tantas vezes, em prol do direito real contra a cubiça estrangeira; que salvaram à Aclamação dos Reis Lusos e ao Nascimento dos Principes de Sangue Real ou Imperial; que saudaram a Independência, a

Maioridade e a República, levando a todos os povos da Capitania, da Província e do Estado a lição dos fatos, a certeza dos grandes dias faustosos da nossa Pátria!

Veneráveis relíquias históricas, que, como nenhuma outra, podem falar do passado, porque sempre serviram, na paz e na guerra, na alegria e no sofrimento, como o documento de bronze que a fúria das tempestades, nem a salusagem do Oceano conseguiram jamais destruir!

Nós vos veneramos, Pelourinho e Canhões, sagrados e consagrados na nossa admiração filial, porque sois o atestado indestrutível de uma Era memorável, representais uma série de acontecimentos, constituís a mais solene documentação daqueles primeiros momentos da nossa existência, como nação civilizada, e, assim, podereis atestar às gerações por virem, que nós soubemos guardar-vos, evitámos a destruição, reerguemos do esquecimento esses padrões gloriosos do Passado, para transferirmos aos nossos sucessores, na mesma ufania e na mesma união, com que agora vos restituimos, fielmente!

Saiba a nossa gente, saibam todos quantos tiverem de vêr e admirar essa simplíssima peça arquitetônica, que a nossa geração faz questão de conservar e zelar êste Monumento da nossa Fundação, como o mais precioso marco da nossa tradição.

E, como aquela majestosa "Cruz da Bica", que a piedade de almas nobres e amantes das nossas memórias, conserva encaixilhada, há tantos anos, para eterna veneração dos devotos das tradições e que é, a meu ver, o documento certo da demarcação do "sitio da Cidade", procedida pelo capitão-mór Jerônimo de Albuquerque, de vês que foi colocada no pendor Sul do oiteiro, aonde êle lançou as "bases da Cidade", temos o imperioso dever de guardar e conservar, zelar e defender, este Padrão de hoje para sempre, como o mais eloquente testemunho da nossa

gratidão aos colonizadores e, principalmente, ao emérito capitão-mór, que realizou o mandato real — Jeronimo de Albuquerque.

IV — Meus senhores:

Ha quarenta anos, no mesmo dia 25 de dezembro de 1909, um modesto enamorado das letras historicas, celebrava, em sessão solene do "Natal-Club", uma festa civica em comemoração da passagem do 310.^o aniversario da fundação da Cidade.

Foi lido um trabalho de principiante sobre a "Matriz de Natal", que ensejou criticas e elogios de uns e outros.

Mas, atingiu o fim visando, que era servir ao seu autor de titulo para admissão na veneranda instituição historica de nossa terra, como, de fato, a seguir, se verificou.

Hoje, quarenta anos volvidos, é o mesmo humilde cultor das letras historicas que vem inaugurar este Monumento da Fundação da Cidade, como presidente daquele sodalicio, cujo ingresso constituiria o sonho de sua mocidade.

É grande o meu jubilo e muito maior a minha consolação por vêr e testemunhar que aquela primitiva demonstração de espirito civico, então, isolada e extranha, é agora uma verdade de todos reconhecida, uma solene consagração áquela tenue iniciativa, tão incolor e desvaliosa, alhures, como grandiosa e soberba, neste faustoso dia.

Que este Monumento votivo da nossa gratidão aos heróes da fundação, corporificados na figura de Jeronimo de Albuquerque, patriota e guerreiro, passe a significar, nesta bellissima placa em bronze que a Base Naval fundiu e aprimorou, a homenagem de todos os norte-riograndenses ás gerações que nos precederam, o signal do orgulho pelas suas ações gloriosas, o louro mais precioso que podemos tribu-

tar aos que, com o seu esforço, o seu sangue, a sua coragem, o seu sacrificio, souberam plantar, defender e guardar a famosa Cidade, pioneira da Civilização no Norte do Brasil, pórtico da conquista das capitancias setentrionaes e represente, como um élo magnifico de solidariedade humana, através do Tempo e do Espaço, o dístico singelo que ali se inscreveu:

“Aqui, ha 350 anos, o capitão-mór Jeronimo de Albuquerque, cumprindo ordem régia, demarcou o sitio e lançou as bases da Cidade do Natal”.

(Reproduzido da “A Ordem”, de 2 Janeiro 1950.)

O BARÃO DE POTENGÍ

ADAUTO M. R. DA CAMARA

(Socio correspondente)

O decreto de 17 de Junho de 1882 conferiu o titulo de Barão de Potengi a Inácio da América Pinheiro. No Arquivo Nacional, se encontra aquele documento entre os Papéis da Casa Imperial — (BARÕES — Vol. de 1877 a 1882,) e é acompanhado de uma tira de alçaço, dessas que, na gíria burocrática, são chamadas “papagaios”.

Um amanuense(a tira é anônima) escreveu: — “O Tenente-Coronel Inácio da América Pinheiro deseja ser agraciado com o titulo de Barão de Floresta de Potengi. (As palavras *de Floresta* estão riscadas, tendo sido substituidas pelas *de Potengi*, com tinta diferente.) Continuando, vem a justificação da mercê: — “Tenente-Coronel da Guarda Nacional de Valença (Provincia do Rio de Janeiro.) Fazendeiro abastado no mesmo municipio. É irmão do Barão de Ipiabas, e como êle, muito respeitado e estimado em todo o municipio de Valença, pelo seu elevado caráter e caridosos sentimentos, de que tem dado prova pelos generosos auxilios prestados à pobreza do lugar, em que reside. Propõe-se a fazer à Policlínica Geral do Rio de Janeiro o donativo de 12.000\$000 (doze contos de réis”).

Nasceu em Valença, em data incerta. No “Anu-

ário Genealógico Brasileiro”, 1942, S. Paulo, pgs. 86/87, se registra a de 20/2/1785, o parece inaceitável, pois, assim, teria ingressado na nobreza da Monarquia aos 97 anos... No Vol. I do “Anuário”, pg. 322, se acham consignadas as datas extremas 1811-1883. Não encontrei nenhuma prova do falecimento em 1883. Parecendo ainda haver equívoco. O Irmão, Peregrino José de América Pinheiro, Barão de Ipiabas, e que foi elevado a Visconde de Ipiabas, com grandeza, por decreto do mesmo dia 17/6/1882, expirou em 8/6/1883, na sua fazenda ORIENTE, estação de *Comércio*, hoje *Sebastião de Lacerda*, Valença. Havia nascido em 1812. Ambos pertenciam ao Partido Conservador e eram figuras das mais representativas do patriciado rural fluminense.

Donde lhe teria provindo o geonomástico?

FLORESTA, que foi o primitivamente lembrado, era uma fazenda no município de Valença (Piedade de Ipiabas), e pertencia à firma agrícola Pereira da Silva e Vitório. (V. “Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Império do Brasil”, para 1883 — Almanaque das Províncias.) Em Cantagalo, existia o Distrito de FLORESTA, atualmente “Santa Rita da Floresta”. Com o nome de FLORESTA não houve nenhum título nobiliárquico no Brasil. Talvez essa proscricção imposta a um topônimo tão sonoro tivesse impedido que Inácio da América Pinheiro o ligasse ao seu baronato. Por que teria ocorrido a substituição pelo *Potengi*, que banha a linda capital potiguar? Esse nome de rio é exclusivo do Rio Grande do Norte. Investiguei inutilmente sobre a relação entre o titular e o título, tendo apelado para as maiores autoridades entre os sabedores da genealogia fluminense: o dr. Francisco Klörs Werneck, o desembargador Vieira Ferreira, o

coronel Laurênio Lago, (1) que é de opinião que o nome para o título foi escolhido por simpatia, como lhe parece que sucedeu ao do Barão e Visconde de Mossoró (2).

O Barão de Potengi, opulento fazendeiro, não possuía interesses econômicos, relações comerciais, políticas ou sociais no Rio Grande do Norte, onde nunca esteve. Por que seu pensamento teria pousado em FLORESTA, ou no majestoso e tranquilo "Potengi"?

Não tive oportunidade de falar a qualquer dos seus numerosos descendentes. Por isto, não pude averiguar se acaso o poderoso *landlord* andou pela Europa ao tempo, em que NISIA FLORESTA BRASILEIRA AUGUSTA por lá viveu, no esplendor de sua mocidade e na pujança de sua inteligência fascinante. Nisia residiu, já viúva e jovem, no Rio de Janeiro, onde manteve um colégio para meninas, durante largo tempo. Era quase da mesma idade de Inácio Pinheiro, pois nasceu em 1909, no sitio FLORESTA, município de Paparí, Rio Grande do Norte, a pouca distancia de Natal.

Quem sabe se não terá havido um romance platônico, uma aventura sentimental entre ambos? Não podendo recordá-la no seu título com a alusão a FLORESTA, imortalizada pela escritora patricia, homenageou-a, e a terra natal da musa esquiva, com a evocação do POTENGI..

Rio, 1950.

(1) V. Coronel Laurênio Lago—"Retificações ao Arquivo Nobiliárquico", na "Tribuna de Petrópolis" de Março de 1950, pg. 3.

(2) V. Adauto da Camara. "Algumas notas sobre o Barão e Visconde de Mossoró", no "Diário de Natal" de 31 de Dezembro de 1949, e no "Mossoroense" de 15-1-1950.

Nas margens do Potengi

RIO GRANDE

Moreira Brandão SOBRINHO

(Socio correspondente)

Depois de Porto Seguro o primeiro lugar em que os portugueses demoram na antiga "Terra de Santa Cruz", foi na "Angra de Sam Roq", e "S Rocchi", segundo os mapas de Esmeraldo, Canerio (1505-6), Kunstmann (1505-6). Waldseemiller (1507) e Ruysch (1508), onde passaram cerca de oito dias do mês de agosto de 1501.

É certo que em São Roque não havia uma baía, mas, referindo-se os navegantes á estadia na angra desse nome, é mui provavel que fosse alguma pequena enseada nas proximidades do famoso cabo.

Um môrro entre Macau e a Ponta do Calcanhar, já era notado por esse tempo — "Monte de S. Uincento" ou "Môte de S. Vicente".

Devia ser algum cabeço da serra Verde, bem visível do mar naquelas paragens.

No "*Universalior Cogniti Orbis Tabula Ex Recentibus Confecta Observationibus*" — PTOLOMEUS — ROMA, 1508, na parte referente a *Terra Sancte Crucis*, vê-se um Rio Grando, a O. de 320° de Long, muito distante do atual, já em territorio cearense. (Mapas de RUYSCHE e de WALDSEEMULLER).

O de Gaspar VIEGAS, de 1534, já traz "Cabo de S. Roque". Dividindo-se, então, o Brasil, em donatárias, os geógrafos vão registando: "Capitania de

João de BARROS, a começar da baía da Tranção, na extensão de 50 léguas...

Passam-se os decenios: Francêses traficavam com os indigenas, aboletando-se nas suas tabas, misturando-se com os donos da terra; duas expedições lusitanas por conta dos donatarios procuram conquistar os dominios que El Rei lhes concedera, sem resultado, cerca de 1540 e 1556, conhecendo-lhe, apenas esta parte do MUNDUS NOVUS, já Brasil, por terra ou pais pos Tiguares, Petivares, Pitiguares, Petiguares, Potyguares, Potiguaras, da grande familia dos Tupis.

Em 1587, Gabriel SOARES descrevendo a costa nordestina, do Norte para o Sul, aponta, além do *Rio Grande*, atual Açú (4.^o), o cabo de S. Roque, o rio Baquipe (Ceará-Mirim), e outro *Rio Grande* (5.^o1/2) dando a entender que esse nome antes dessa data já andava na bôca dos exploradores e traficantes de indios e especiarias.

Por isso, quando o rei Felipe II de Espanha e Portugal, mandava, reiteradamente, o governador do Brasil e das capitancias de Pernambuco e Paraíba, de 1591 a 1597, conquistar a região, expulsando os franceses que alí se localizaram e negociavam, já a denominação era conhecida e tornou-se official, sendo extendida pelos cronistas e funcionários do tempo, ao "Forte do Reys", à futura cidade de Natal, como ainda hoje é conhecida por gentes do sertão; à capitania d'El Rei; a organização administrativa de 1611; ao distrito holandês, compreendido na Prefeitura da Paraíba, em 1633; a falada capitania de Manoel Jordão no decenio de 1655; à capitania retomada aos flamengos, em 1650; à comarca anexada à da Paraíba, em 1687; ao condado do almirante Lopo Furtado de Mendonça, casado com uma filha do governador Francisco Barreto de Menezes, em 1689. Ainda, em 1757, o ouvidor Domingos Monteiro da Rocha, a descrevia com o nome de *Rio Grande*, tendo ha-

vido ligeira alteração em 1701, quando uma Carta Régia a transferiu do governo geral da Baía para o Pernambuco, com o titulo de RIO GRANDE e ASSŪ, designação esta que a fez grande duas vêses, pois, como é sabido, na lingua tupí, açú equivale a grande.

O que é fato, é que de “Rio Grande dos Tapuios” “ou Potengi dos Gentios” passou simplesmente a “Rio Grande” ou “Grâde”, tomando o rio esse nome, por se julgá-lo muito extenso, dando entrada a navios de todo porte, fundo de 18 a 6 braças, pelo qual subiam barcos num percurso de 15 a 20 léguas.

Explorado, porém, pelos Lusos e Flamengos, o famoso RIO GRANDE transformou-se, deixando de ser rio cerca de quatro léguas acima de sua foz; explicando os habitantes “que antigamente fôra bem maior, não sabendo o que tinha sido feito das águas, e mostraram um leito sêco por onde correra, e os Tapuios disseram que alguns dêles tinham seguido esse canal sêco três semanas pelo sertão a dentro”.

O visitador do bispado de Pernambuco, d. Domingos de Loreto Couto aduzia que o rio já era grande no seu nascimento, “porque nasce em hua notável Lagôa, que se estende a vinte legoas de circuito”.

Esse mesmo Padre já falava, em 1757, no *Rio Grande do Norte*, certamente para distingui-lo de outro mais ao sul, pois os rios *grandes* eram vários, costumando os indigenas darem essa denominação ao Rio que êles julgavam o maior da zona em que residiam, e, ainda, em 1788, o governador Luis de Vasconcelos e Souza, no officio de 8 de outubro, dirigia-se ao Juiz ordinario da Camara do “Rio Grande”.

No limiar da segunda decada do século XIX, porém, já o uso de “Capitania do Rio Grande do Norte” era official, como se poderá ver no “Mapa Topográfico da capitania,” mandado elaborar pelo

governador J. F. de Paula Cavalcanti de Albuquerque e executado pelo lente de desenho do seminário de Olinda Padre J. R. Pessoa de Melo Montenegro.

Outros atos dessa administração e das que se lhe seguiram o confirmam, segundo mapas estatísticos sôbre população, produção, consumo, exportação, importação, etc., existentes na secção de manuscritos da Biblioteca Nacional.

Como se vê, não era consequencia da criação da capitania do Rio Grande, no sul do país, uma vez que esta, ainda, em 1807, tinha o nome de "Santa Catarina e São Pedro do Rio Grande" e, apesar de separadas em 1821, permanecia a designação de "São Pedro do Rio Grande", para que mais tarde se transformasse em Rio Grande do Sul.

Da *Republica*, 25-7-48.

O túmulo de NISIA FLORESTA

Comunicação ao INSTITUTO HISTÓRICO e GEOGRÁFICO do Rio Grande do Norte, pelo sócio ADAUTO MIRANDA RAPOSO da CAMARA, em 31 de Maio de 1950.

O jornalista Orlando Ribeiro Dantas, diretor do «Diário de Notícias», do Rio, excursionando pela Europa, viajou até Ruão, especialmente para localizar a sepultura de Nisia Floresta Brasileira Augusta, a insigne norte-riograndense, que, nascida em Paparí, se impôs ao respeito e à consideração de um escol intelectual europeu, na centúria passada.

Quando partiu para o Velho Mundo, em Fevereiro último, o ilustre conterrâneo, que estremece a nossa Província e a conduz no coração para toda a parte, me confiou que iria visitar Nisia em seu eterno abrigo, que vagamente se sabia existir naquela cidade francesa. Henrique Castriciano, certa vez, me declarou possuir uma fotografia do túmulo, mas nunca tive oportunidade de a ver, alegando êle que se extravíara.

Por intermédio da Federação das Academias de Letras do Brasil, procurei, em 1938, obter uma certidão ou atestado do enterramento de Nisia Floresta, interessando-se, neste sentido, o Itamaratí, a que se forneceram minuciosos elementos para diligências junto às autoridades francesas. A resposta, solícita e gentil, foi, no entanto, desalentadora: o Consulado Geral do Brasil no Havre, apesar de sua

boa vontade, nada logrou de satisfatório, pois que a Prefeitura de Ruão informara haver mandado proceder a buscas nos registros do Estado Civil, «entre os anos de 1882 e 1892, e não foi possível descobrir-se nenhum registro de óbito da referida Senhora.»

Foi preciso que um rio-grandense do Norte, do Ceará-mirim, se trasladasse até lá, em 20 de Abril de 1950, sessenta e cinco anos após a morte de Nisia, disposto a reencontrar o túmulo esquecido. Em circunstanciada carta que me dirigiu, da qual, em seguida, transcrevo um longo trecho, teve a gentileza de comunicar o feliz êxito de seus beneméritos esforços a êste seu coestaduano e velho amigo, autor de uma biografia de Nisia Floresta.

«Paris, 25 de Abril de 1950.

«Meu caro Adauto

«Regressei ontem de EU, depois da visita que fiz a Rouen, ao Havre e a Dieppe. Cheguei a Rouen a 20 e me hospedei no “Hotel de la Poste”. Logo depois, rumei ao cemitério. Tomei o bonde nr. 19, para apreciar melhor o panorama da cidade. Lá do alto, onde fica Bonsecours, pude ver, em conjunto, quase toda Rouen. Ao chegar ao portão do cemitério, dirigi-me a uma senhora velha, que ali vende postais e todas essas pequenas coisas que agradam aos turistas. Disse-lhe que ia visitar o túmulo de Nisia Floresta Brasileira Augusta, ao que ela me declarou que não havia ali êsse túmulo. Estranhei a segurança com que me dava sua informação, ao que me replicou: — “Moro aqui há 40 anos, conheço todo o cemitério e nunca vi essa sepultura”. Como eu insistisse,

mandou a velha que uma rapariga que a ajudava, me acompanhasse à casa do sr. Menard, que tinha, ao que disse, todos os assentamentos relativos ao cemitério, pelos quais iria verificar que ela estava certa. O velho Menard, muito atencioso, procurou, eu a seu lado, os apontamentos, notas e registros que possuía. Não encontrou o nome de Nisia Floresta. Falou, a seguir, na Mairie de Bonsecours, para a qual, depois das 14 horas, poderia eu apelar. Advertiu-me, entretanto, que os seus assentamentos eram sempre mais completos que os da Mairie.

«Depois do almoço, fui à Biblioteca Municipal. Ajudado pela senhorita que dirigia o salão de leitura (quase cheio), examinei catálogos e fichas, procurando descobrir o nome de Nisia como escritora, pois queria pedir os livros que existissem, de sua autoria. Nada encontrei. Levou-me a funcionária à Diretora da Biblioteca, senhorita Dupiac, que, cheia de boa vontade, veio ajudar-nos, inclusive na consulta a velhos jornais.

«Parti, às 17 horas, de táxi, para Bonsecours. O sr. Menard, não estava em casa, pois que tinha vindo à cidade, mas a sua senhora me informou que êle estivera na Mairie, e encontrara a indicação que eu procurava. Fui à Mairie, a poucos passos, e o Secretário, sr. Milleret, me mostrou os papéis relativos à concessão perpétua, requerida pela senhora Livia Augusta Gade, para a sepultura de Nisia, sua mãe. Prontificou-se a acompanhar-me ao cemitério, o que fez. Como lhe falasse em fotógrafo, disse-me que não havia nas redondezas, mas se ofereceu para bater, êle próprio, com a sua máquina de amador, as chapas que eu

quisesse. Ao chegarmos ao cemitério, ficou a velhinha um pouco constrangida, mas, a meu convite, nos acompanhou. Encontrámos o túmulo de Nisia Floresta a uns 30 metros do portão de entrada, à vista de quem passasse pela via principal, que havíamos tomado. Bateu o sr. Milleret quatro ou cinco chapas, apanhando-me ao lado da tumba. Dou-lhe a seguir, na ordem em que foram gravadas, as inscrições contidas na laje: —

«Ci-Gît

Ma Mère

Nisia Floresta Brasileira

Augusta

Née le 12 Octobre 1810

Décédée

Le 24 Avril 1885.

Livia Augusta

Gade

Décédée à Cannes

Le 26 de Avril 1912

À l'âge de 82 Ans.

CONCESSION PERPETUELLE.»

«O túmulo, embora nunca visitado por ninguém, está em ordem e relativamente limpo. Dei à velha e à menina 400 francos e fiz as minhas recomendações a elas e ao Secretário. Enviarei, nestes poucos dias, cópias das foto-

grafias tiradas. Como disse, em cartão-postal enviado de Rouen, deixei, à beira da sepultura de Nisia, duas lágrimas, uma sua e outra minha, ambas, sem dúvida, por nós e por todos os nossos conterrâneos. Madame Gade, depois Veuve Gade, née De Faria, morou em Rouen, na Route de Paris, 121.»

Do gesto de Orlando Ribeiro Dantas resultou sabermos agora:—

a) que Nisia Floresta está, realmente, sepultada em Ruão;

b) que sua tumba não está abandonada;

c) que a inhumaram cristãmente. Nisia sucumbiu a uma pneumonia aos 24 de Abril de 1885, recebeu o conforto da Religião Católica. (V. minha *História de Nisia Floresta*, Rio, 1941, Pongetti Edits., 211 pgs.

d) que ela nasceu a 12 de Outubro de 1810, e não 1809, conforme supunham quase todos os que estudam sua vida. Devo dizer que, naquele citado livro, aceitei a versão generalizada, por falta de documentos em contrário, mas sempre fiz minhas ressalvas, sempre manifestei minhas desconfianças, conforme se encontra em uma conferência que fiz em Março de 1938, no Rio, e publicada no 2º Vol. de Conferências da Federação das Academias. Disse eu, então (pg. 105 — “Vários autores se equivocaram quanto à data do falecimento, dando-o como tendo ocorrido a 20 de Maio de 1885 (Vieira Fazenda, Blake, etc). Lendo-se O PAIZ, de 27 de Maio e o convite para a missa feito por José da Silva Arouca, dissipar-se-ão todas as dúvidas. A controvérsia

pode girar em torno do ano exato em que nasceu, que há motivos para afirmar ter sido 1810.»

A lápide funerária, cuja inscrição conhecemos, graças a Orlando Ribeiro Dantas, é uma fonte de história. A filha devotadíssima é que ditou os dados referentes a Nisia, gravados no granito, e certamente ninguém saberia melhor, naquela época, o genetliaco da excelsa potiguar.

Daqui se conclui que as comemorações de 1909, no Rio Grande do Norte, promovidas pelo *Congresso Literário*, foram antecipadas de um ano... mas por culpa da mesma filha, que, aos 79 anos, com a memória enfraquecida, prestou “esclarecimentos” à comissão do centenário de Nisia.

Na laje foi insólitamente estampada a idade de Livia, 82 anos, ao falecer em Cannes, aos 26 de Abril de 1912. Ela nascera em Recife, em 12 de Janeiro de 1830, pelas *nove e meia da noite*, a mesma hora em que Nisia nasceu, conforme se lê nos *Conselhos à Minha Filha* (Rio, 1842). Aproveito a oportunidade para retificar um lapso tipográfico constante de minha *História de Nisia Floresta*, pelo qual a data natalícia de Livia teria sido 12/1/1832. Aliás, Augusto Comte, a quem Nisia há de ter transmitido a indicação, a deu como nascida em 1835 (o pai se finara em Porto Alegre, em 1833...), pois que lhe atribuiu a idade de 22 anos, em 1857, como se lê na carta de 29 de Março do mesmo ano a G. Audiffrent.

Orlando Ribeiro Dantas prestou mais um meritório serviço aos que investigam sobre a grande vida da *maior mulher de letras do Brasil*, de quem o Rio Grande do Norte se orgulha de haver sido o berço.

Ele é talvez o primeiro norte-riograndense que foi homenagear sua memória, nas terras de França, — representante legítimo dos sentimentos de seus

comprovincianos, — depois de uma paciente peregrinar pelas repartições públicas de Ruão e pelas avenidas silenciosas do Campo Santo de Bonsecours.

Rio de Janeiro, 31 de Maio de 1950.

Adauto Miranda Raposo da Camara

Colégio Metropolitano. — R. Dias da Cruz, 241. Meyer.

P. S. — Remeto cópias das fotografias com que Orlando Ribeiro Dantas me obsequiou. Mandei fazer ampliação da que representa a laje sepulcral. Com o auxilio de uma lente, a inscrição poderá ser claramente lida.

Adauto Camara

Instituto Histórico

(JUIZOS DA IMPRENSA)

«O Instituto Histórico do Rio Grande do Norte comemorará, no dia de hoje, a passagem do 47º aniversário de sua fundação.

É uma data de expressiva significação, não só pelo registro cronológico de uma longa existência, como também pelo relevante trabalho cultural que essa instituição presta á nossa terra.

Há quase meio século, guarda o Instituto Histórico um valioso patrimônio de arqueologia do Estado, reunido por um grupo de ilustres conterraneos e mantido com o mais dedicado zêlo.

Com um paciente trabalho de pesquisas e minuciosos estudos das nossas coisas e da nossa gente, da tradição e dos costumes, conseguiu-se recolher ali elementos, desde os mais remotos, para um melhor conhecimento da formação histórica e evolução social do Rio Grande do Norte.

Porisso mesmo, constitui uma obra importante e honrosa, que bem merece a admiração de todos os norte-riograndenses.

Melhor poderão corroborar as nossas palavras, os estudiosos no assunto, os que se dedicam á patriótica tarefa de elucidar com maior clareza a história da terra potiguar. E é, justamente, o Instituto Histórico o repositório de informações sôbre o que fomos no passado.

Por esse motivo, o transcurso do 47º aniversário de fundação do Instituto Histórico reveste-se

da mais grata satisfação, augurando, assim, o mesmo zêlo de sempre pela sua conservação.»

«*A Republica*,» 30/3/49.

47.º aniversario do Instituto Historico

Sessão solene—Posse do Mons. Paulo Heroncio

—Discurso do Historiador Camara Cascudo

O Instituto Historico e Geografico do Estado, comemorou ontem, mais um aniversario de sua fundação, a 29 de março de 1902. Às 16 horas, presentes todos os socios residentes nesta capital, teve início a sessão, presidida pelo dr. Nestor dos Santos Lima, o qual se achava ladeado, respectivamente pelos drs. Lemos Filho e des. Silvino Bezerra. Aberta a sessão, o presidente explicou os motivos da solenidade que tinha por fim comemorar a passagem do 47.º aniversario da instituição, dar posse á nova diretoria, recentemente reeleita, fazer a leitura do relatório do bienio anterior, homenagear o povo bahiano, pela passagem do 4º centenario do Governo Geral de Tomé de Souza, e bem assim, dar posse ao novo socio efetivo do Instituto, Monsenhor Paulo Heroncio de Mélo, presente á reunião. O presidente do Instituto, ao abrir a sessão, prestou ainda merecido preito de saudade aos fundadores do Instituto e aos seus continuadores, já desaparecidos, destacando as figuras de Vicente de Lemos, Olimpio Manoel dos Santos Vital, Henrique Castriciano, Pedro Soares, Alberto Maranhão, além de outros mortos, e dentre os vivos, Tavares de Lira, Antonio de Souza, Sergio Barreto, etc; concluindo, o presidente deu a palavra ao orador da instituição, historiador Luis da Camara Cascudo para, em nome do Insti-

tuto, fazer o discurso de recepção ao novo confrade, Mons. Paulo Heroncio. Luis da Camara Cascudo iniciou o seu discurso relembrando os velhos companheiros desaparecidos, fundadores do Instituto, membros da familia que são, em todo o Brasil, os Institutos Historicos. Dirigindo-se ao mons. Paulo, traçou em rapidas palavras a sua biografia, salientando a sua atuação no cenario da vida norte-riograndense, como vigario de Cristo, orador sacro, jornalista, escritor, historiador, defensor das mais autenticas tradições do Brasil, animador dos Congressos Eucaristicos, enfim, uma legitima expressão dos grandes valores da Provincia. Depois de outras considerações, concluiu apresentando ao novo confrade as saudações do Instituto. Seguiu-se com a palavra o mons. Paulo Heroncio que, depois de ligeiras palavras introdutorias ao seu discurso, leu substancioso trabalho, agradecendo a sua eleição para o quadro de socios efetivos da instituição.

Em seguida, o dr. Nestor Lima fez a entrega do diploma ao mons. Paulo Heroncio, sob estridente salva de palmas.

Proseguindo a sessão, foi lido o relatorio das atividades da Instituto do bienio passado, sendo aprovado por unanimidade. O dr. Nestor Lima sugeriu ainda que fossem passados telegramas de felicitações ao governo e ao Instituto Historico da Baia pela passagem do 4.º aniversario do Governo de Tomé de Souza, sendo aprovado. O presidente anunciou mais que em 1952 completará o Instituto 50 anos de existencia, devendo o mesmo se preparar desde logo para comemorar, com grandes festas, aquele acontecimento.

Encerrando a sessão, o presidente agradeceu a presença de todos os socios e pessoas presentes, sendo ao terminar vivamente felicitado pela passagem

de mais um aniversario da nossa velha sociedade de cultura historica.

Da «A Ordem» de 30-3-49.

“Bibliografia de História do Brasil”

Publ. do Ministerio das Relações Exteriores, Rio. Vol. de 1948.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO NORTE. Redatores: Nestor Lima, Antônio Soares e Luís da Câmara Cascudo. Vols. XLI-XLIV, de 1944-1947. Natal, Tipografia Galhardo, 1948, 200 pp.

No volume da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte* referente ao período que vai de 1944 a 1947, várias são as biografias e estudos interessantes ao conhecimento do passado brasileiro, especialmente do referido Estado nordestino. Entre as primeiras incluem-se as de Alexandre Baraúna Mossoró, ministro Luís José de Sampaio, desembargador Manuel André da Rocha, coronel Luís Lobo, cônego Estevão José Dantas e Visconde de Cavalcanti, escritas, respectivamente, pelos Srs. Vingt-un Rosado, Luís da Câmara Cascudo, Nestor Lima, Bueno de Azevedo Filho, cônego José Adeline e Adauto Miranda Raposo da Câmara. Dentre os estudos distinguem-se um relativo à região do Seridó, de autoria do Sr. José Augusto; outro referente à cidade do Açú, do Sr. Nestor Lima. No noticiário aparecem as comemorações do centenário do nascimento do Barão do Rio Branco, no Rio Grande do Norte também realizadas, como aliás em todo o país.

H. V.

Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte

RELATORIO do bienio de 29 de março de 1947 a igual data de 1949.

Ilustres consocios:

I—No cumprimento do dever estatutario, venho dar-vos conta das atividades de nossa agremiação, no bienio que se iniciou a 29 de março de 1947 e hoje se completa.

Não foi extensa nem volumosa a atuação do Instituto, nesse periodo, por causas varias que escapam ao nosso controle, mas, permaneceu viva e acêsa no animo dos associados a mesma chama do ideal, que temos em vista.

Tambem comemorâmos hoje o 47º aniversario da fundação desta Casa da Memoria, recordando, sobretudo, aqueles que jazem no tumulo, deixando uma grande saudade entre os seus companheiros.

Dos 27 socios fundadores, restam apenas cinco: 22 tombaram em plena florescencia uns, outros em idade avançada, sempre interessados e confiados nos destinos da instituição.

Teremos brevemente, isto é, em 1952, o 50º aniversario do Instituto Historico, quando, si Deus nos dê vida e saúde, pretendemos celebrar as “bodas de ouro”, ou o “jubileu de ouro”, por meio de atos e publicações que demarquem visivelmente a brilhante etapa vencida.

Até lá, devemos preparar-nos para a efeméride e congregar as nossas energias e idealismo para a maior eficiencia da celebração.

II—A administração do Instituto não sofreu maiores alterações, além da perda irreparável do nosso eminente e saudoso 1º vice-presidente Desembargador João Dionisio Filgueira, roubado á família e aos confrades, no dia 14 de abril de 1947.

Mantiveram-se em seus cargos os socios empossados a 29 de março de 1947, hoje reempossados, porque foram reeleitos na assembleia geral de 6 do mês corrente.

Na substituição daquele consocio, foram eleitos 1º e 2º vice-presidente para o novo bienio os desembargadores Luiz Tavares de Lira e Antonio Soares de Araujo.

Os demais confrades da diretoria foram reeleitos e hoje se reempossam, bem como os membros das duas comissões permanentes de Fazenda e “Revista”.

III—O quadro social foi aumentado, no curso do bienio, com a eleição de novos socios honorarios, efetivos e correspondentes, que, certo virão honrar a nossa companhia com as luzes da sua ilustração e a dignidade dos seus nomes. São eles: Dom Pedro de Bragança e Orleans, Monsenhor Paulo Heroncio de Melo, Drs. Luiz Arlindo Tavares de Lira, José Moreira Brandão Castelo Branco Sobrinho e capitão de Corveta Raul de Valença Camara, o 1º honorario, o 2º efetivo a ser recebido hoje, e os ultimos correspondentes, todos já inteirados dessa eleição e muito agradecidos ao Instituto, que os acolheu.

Mas, tambem foi grande e pesada a contribuição que a Morte exigiu do nosso elenco, no bienio findo: Des. João Dionisio Filgueira, a 14 abril 1947, Dr. Henrique Castriciano de Souza, fundador, a 26 de julho de 1947, Dr. Euzebio Neri Alves de Souza, correspondente no Ceará, a 24 de setembro de 1947, Dom José Pereira Alves, honorario, a 22 de dezembro de 1947, Dom Joaquim Antonio de Almeida, ho-

norario, a 30 de março de 1947, Des. Joaquim Inacio de Carvalho Filho, efetivo, a 9 de junho de 1948, Dr. Antonio Carlos Simões da Silva, correspondente a 9 de dezembro de 1948, e Ministro Bernardino José de Souza, correspondente, a 12 de janeiro de 1949. (8).

É, como se vê, uma imensa perda para a nossa casa.

O quadro atual compõe-se de 5 fundadores, 22 efetivos, 8 honorarios, 10 benemeritos e 89 correspondentes. Ao todo: 134 socios.

IV — Circulou, em dezembro findo, o vol. XLI-XLIV, anos 1944-1947, da nossa «Revista», contendo 200 pagias de materia do interesse da instituição.

Já estamos em preparativos para levar ao prélo o vol. XLV-XLVII, 1948-1950, que deverá circular no ano proximo futuro.

Em 1952, se Deus nô-lo consentir, daremos um grande volume comemorativo do 50º aniversario.

V — Houve reduzido numero de reuniões, por motivos principalmente da falta de comparecimento de socios, em numero legal. Todavia, realizamos a assembleia geral de eleição para o bienio entrante, a comemoração do 46º aniversario, a sessão solene conjunta com a Academia de Letras, a 12 de junho de 1947, em memoria e desagravo de Frei Miguelinho, e outras de rotina.

VI — Continuaram a cargo dos dedicados confrades, desembargadores Silvino Bezerra e Lemos Filho os serviços da secretaria, eficazmente auxiliados pelo consocio Otacilio Cavalcanti.

Tambem a tesouraria está nas mãos do illustre confrade, dr. Manoel Varela Santiago, com as suas contas em dia e os balancetes apresentados, com relação a 1947 e 1948, em termos de serem apreciados pelo Instituto, nesta ou em subseqüente sessão.

VII — Folgâmos em registrar que o Estado continúa subvencionando o Instituto, com a quantia anual de Cr\$ 6.000,00 recebidos em prestações mensaes, e a Municipalidade, por proposta do consocio Rodrigues de Melo, na Camara de Vereadores, de que é membro, concedeu, para 1949, uma subvenção de Cr\$ 5.000,00, ainda a receber.

Aqui, consignamos nossos sinceros agradecimentos aos dignos Chefes do Estado e do Municipio, pela sua aquiescencia a essas subvenções, si bem exiguas, mas, de muito proveito para a associação.

VIII — Acham-se enfermos em suas residencias, nesta capital, os estimados consocios desembargadores Manoel Benicio de Melo Filho, adjunto de orador, e Felipe Neri de Brito Guerra, diretor da Biblioteca, museu e arquivo, que tem prestado tão bons serviços ao Instituto.

Este lhes deseja sensiveis melhoras e breve restabelecimento, para que tenham vida longa e proveitosa á familia e á Patria.

IX — São estas as informações que me compete prestar-vos, o que faço de bom grado, para, mais uma vês, demonstrar-vos o meu profundo agradecimento á confiança, que me renovastes, em assembleia geral de 6 do corrente, reelegendo-me, pela 11^a vês, ao completar 22 anos de minha passagem pela Presidencia, embora com deslustre ou mediocridade.

Natal, 29 de março de 1949.

NESTOR DOS SANTOS LIMA.

Presidente do I. H. G.

RESUMO das atas das principais sessões do Instituto, nos anos de 1948 a 1950

1948 — *Ata da sessão solene do 46.º aniversario do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, em 29 de março de 1948.*

Presentes autoridades, grande assistencia e numero legal de socios, foi aberta a sessão pelo Dr. Nestor dos Santos Lima, Presidente, secretariado pelos snrs. Dr. Silvino Beserra e Otacilio Cavalcante. De inicio, o Dr. Nestor Lima falou sobre os motivos da reunião relembrando os fatos mais importantes do Instituto, neste quasi meio seculo de existencia. Em seguida, fez o elogio dos socios desaparecidos, durante o bienio ultimo, Desembargador Dionisio Filgueira, 1º vice-presidente e Dom José Pereira Alves, socio honorario. O presidente leu uma mensagem do socio Ministro Tavares de Lira, sobre o proximo Congresso de Historia Nacional, a reunir-se na capital da Bahia, em 1949. — Agradeceu a todos quantos deram a honra de sua presença na sessão, quê se celebrava e, em seguida, encerrou a sessão.

1949 — *Ata da Assembleia Geral de eleição, a 6 de março de 1949.*

Realisou-se a Assembleia Geral de eleição da diretoria do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, para o bienio de 1949 a 1951, na conformidade dos estatutos em vigor. À hora marcada, com numero legal de socios, foi aberta a ses-

são pelo Snr. Presidente, Doutor Nestor dos Santos Lima, secretariado pelos snrs. desembargador Silvino Beserra e Otacilio Cavalcanti. Foi declarado pelo Presidente o fim da presente sessão, que era proceder-se a eleição da diretoria e comissões permanentes do Instituto Historico, para o bienio 1949-51. No *expediente*, o Sr. Secretario Silvino Beserra, lêu o seguinte: — Ofício do Presidente do Primeiro Congresso de Historia da Baía, comemorativo do 4º centenario da fundação da cidade do Salvador, convidando este Instituto para se fazer representar no alludido certame; Proposta para socio Honorario, de S. A. I., Principe Pedro Gastão de Bragança e Orleans; Efetivo: Monsenhor Paulo Heroncio de Melo; Correspondentes: Drs. Luiz Arlindo Tavares de Lira e José Moreira Brandão Castelo Branco Sobrinho e Capitão de Corvêta Raul de Valença Camara. O Sr. Presidente declarou que, de acordo com os Estatutos, essas propostas ficavam sobre a Mêsã para serem discutidas e votadas na proxima sessão. **ORDEN DO DIA** — Eleição da diretoria e Comissões Permanentes para 1949-1951. — Apuradas as cedulas, verificou-se o seguinte resultado: — Presidente: — Nestor dos Santos Lima; 1º secretario: — Silvino Bezerra Neto; 2º secretario: — Vicente de Lemos Filho; Orador: — Luiz da Camara Cascudo; Tesoureiro: — Manoel Varela Santiago Sobrinho; 1º vice presidente: — Luiz Tavares de Lira; 2º vice-presidente: — Antonio Soares; Suplentes de 2º secretario: — Otacilio Cavalcanti; Diretor da biblioteca e arquivo: — Felipe Neri de Brito Guerra; Adjunto de orador: — Benicio Filho; Adjunto de Tesoureiro: — Manoel Rodrigues de Melo; Membros da Comissão de Fazenda e Orçamento: — Horacio Barreto, Aldo Fernandes e Anfloquio Camara; Membros da Comissão da Revista: Nestor Lima, Antonio Soares e Camara Cascudo.

Realisada a eleição, o Sr. Tesoureiro — Manoel Varela Santiago Sobrinho apresentou o balancete da Receita e Despesa do Instituto, nos exercicios de 1947 e 1948, que foram à Comissão de Fazenda e Orçamento. O Sr. Otacilio Cavalcanti requereu que fosse consultada à Casa se dispensava o intersticio para as propostas para socios honorario, efetivo e correspondentes do Instituto, que se achavam sobre a mēsa, afim de que fossem discutidas e votadas na presente sessão. Em votação, o requerimento, é aprovado por unanimidade. Em discussão e votação as propostas são igualmente aprovadas, unanimemente, tendo o Sr. Presidente proclamado socio honorario do Instituto, o Sr. Principe Dom Pedro Gastão de Bragança e Orleans; socio efetivo, o Monsenhor Paulo Heroncio de Melo; e socios correspondentes os senhores Drs. Luis Arlindo Tavares de Lira; e José Moreira Brandão Castelo Branco Sobrinho e Capitão de Corveta Raul de Valença Camara. Em seguida, discutido o Convite do Presidente do Primeiro Congresso de Historia da Bahia comemorativo do 4º centenario da fundação da cidade do Salvador, o Instituto Historico resolveu, por unanimidade, que o Sr. Presidente resolva o assunto como achar de melhor conveniência. Foi encerrada a sessão.

Ata da sessão solene de posse da Diretoria e Comissões Permanentes do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, a 29 de Março de 1949.

Presentes os socios Snrs. Nestor Lima, Camara Cascudo, Silvino Beserra, Lemos Filho, Manoel Rodrigues, Aldo Fernandes, Otacilio Cavalcante, Luiz Lira, Antonio Soares e Monsenhor Paulo Heroncio (novo socio) foi aberta a sessão pelo sr. Nestor Lima, servindo de 1º e 2º secretarios os snrs. Silvino Beserra e Lemos Filho. Em seguida, o sr. Presidente

declarou que os fins da presente sessão eram os seguintes: 1º comemorar o aniversario do Instituto Historico, fundado a 29 de março de 1902; 2º Empossar a diretoria e comissões Permanentes; 3º—Dar posse ao novo socio efetivo mons. Paulo Heroncio de Melo; 4º—Comemorar o 4º centenario da fundação da Bahia a 29 de março de 1549. *Expediente*:—Telegramas dos snrs. Bispo Diocesano Dom Marcolino Dantas, Dr. João Vicente da Costa e Dr. Adauto da Camara enviando congratulações pela passagem do aniversario da fundação do Instituto e do Dr. Mariano Coêlho felicitando esta Instituição pela posse solene hoje do novo consocio Mons. Paulo Heroncio e do Mons. Paulo Heroncio agradecendo ao Instituto lhe haver conferido o titulo de socio efetivo. O sr. Presidente comunicou que havia telegrafado ao delegado do Instituto, Dr. Arnaldo Pimenta da Cunha e ao Sr. Presidente do Congresso de Historia da Baía, comunicando as deliberações do Instituto.

ORDEM DO DIA. — O sr. Presidente considera empossados nos cargos os senhores Nestor Lima, presidente; Luiz Lira, 1º vice-Presidente; Antonio Soares, 2º vice-Presidente; Silvino Beserra, 1º secretario; Lemos Filho, 2º secretario; Orador Luiz da Camara Cascudo; Tesoureiro, Varela Santiago; Diretor da Biblioteca e Arquivo, Felipe Guerra; suplente de secretario, Otacilio Cavalçanti, Adjunto de Orador Benicio Filho; Adjunto de Tesoureiro, Manoel Rodrigues; Membros da Comissão de Fazenda e Orçamento, Aldo Fernandes, Horacio Barreto, e Anfiloquio Camara; Membros da Comissão de «Revista» Nestor Lima, Antonio Soares e Camara Cascudo. Após, o Sr. Presidente referiu-se elogiosamente ao novo socio, Mons. Paulo Heroncio, que se acha presente, e pede ao sr. Camara Cascudo para saudalo, em nome do Instituto. O sr. Camara Cascudo profere brilhante oração na qual diz da alegria do Ins-

tituto ao receber o novo socio. Termina o Dr. Camara Cascudo dizendo o seguinte:— Mons. Paulo Heroncio — “Com a vossa entrada, hoje, nesta Casa como seu socio efetivo, o Instituto Historico tem mais um dono”. Assume, depois, a tribuna o Mons. Paulo Heroncio, que numa linda alocução, agradece ao Instituto a honra que lhe conferiu, incluindo-o no quadro dos seus socios efetivos. Logo após, pelo Sr. Presidente, foi entregue ao Sr. Mons. Paulo Heroncio o seu diploma de socio efetivo. O Presidente falou em seguida sobre a vida do Instituto. Relembrou, com saudade, o nome dos seus fundadores já desaparecidos e o daqueles que ainda vivem, exaltando o trabalho de cada um e o que fizeram de util e patriotico acerca desta Instituição. Prosseguindo, leu um relatorio completo das atividades do Instituto, no bienio que hoje finda, sendo, afinal, muito aplaudido. Referiu-se, em seguida s. excia. ao Primeiro Congresso de Historia da Bahía, comemorativo do quarto centenario da fundação da cidade do Salvador. Exaltou os fins do referido Congresso. Falou sobre a historia da Bahia, desde a chegada ali de Tomé de Souza, até os dias presentes. Falou a respeito das suas tradições, do valor dos seus homens e dos seus grandes feitos e pôs em relêvo o patriotismo e o amor á terra de sua gente. Terminou, fazendo uma saudação á terra baiãna, ouvindo-se uma estrepitosa salva de palmas da assistencia. Em seguida, o Instituto deu poderes ao Presidente para, telegraficamente, em nome da Casa enviar congratulações ao Governo, ao Primeiro Congresso de Historia da Bahia e ao povo baião, pela passagem do 4º Centenario da Cidade do Salvador. Postos em discussão os balancetes da receita e despesa do Instituto, referentes aos exercicios de mil novecentos e quarenta e sete (1947) e mil novecentos e quarenta e oito (1948), que se achavam sobre a mêsá, com pareceres favoraveis da Comissão de

Fazenda e Orçamento, foram aprovados, por unanimidade. Dada a palavra, pelo Sr. Presidente a quem dela quizesse usar, foi encerrada a sessão, agradecendo, antes, o comparecimento das autoridades e do povo. Em tempo: No expediente desta sessão foi lido também um telegrama da Academia Norteriograndense de Letras, de felicitações ao Presidente deste Instituto e a esta Instituição pela data transcorrida e desejando ao Instituto muitas prosperidades.

Ata da sessão especial dedicada á memoria de Amaro Cavalcanti pelo transcurso do centenario do seu nascimento, realizada a 15 de agosto de 1949.

Presentes o Governador do Estado, exmo. Sr. José Augusto Varela, o Secretario Geral do Estado, dr. Custodio Toscano, o representante do Sr. Bispo Diocesano, Sr. General Fernando Tavora e diversas outras autoridades, numero legal de socios do Instituto, diversas familias e pessoas gradas, foi aberta a sessão especial dedicada á memoria de Amaro Cavalcanti, ao transcurso do centenario do seu nascimento, pelo dr. Luiz Tavares de Lira, 1º Vice-presidente, que convidou para presidir a sessão o Exmo. Sr. Governador do Estado e para comporem á Mêsã os Snrs. General Fernando Tavora, dr. Custodio Toscano, secretario Geral do Estado, Monsenhor João da Matta, representante do Exmo. Sr. Bispo Diocesano, dr. Silvio Pedrosa, Prefeito de Natal; o representante do Sr. Comandante da Base Naval de Natal e o dr. Adalberto Amorim, Presidente do Tribunal de Justiça, o sr. Governador do Estado disse dos motivos da presente reunião, que era comemorar o centenario do nascimento do grande brasileiro—Ministro Amaro Cavalcanti e, em seguida, deu a palavra ao dr. Nestor dos Santos Lima, para pronunciar a sua conferencia sobre “Amaro e a educação

nacional". O Sr. Nestor Lima assumiu a tribuna e, pelo espaço de uma hora, leu uma magistral conferencia sobre aquele tema, pela qual demonstrou o valor imenso, os conhecimentos extraordinarios do Ministro Amaro Cavalcanti referentes á educação. Foi encerrada a sessão.

Ata da sessão extraordinaria do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, a 22 de outubro de 1949.

Sob a presidencia do Dr. Nestor dos Santos Lima, secretariado pelos Snrs. dr. Camara Cascudo e Otacilio Cavalcanti, reuniu-se extraordinariamente o Instituto Historico Geografico do Rio Grande do Norte. Achava-se presente á reunião numero legal de socios e diversas pessoas de destaque na sociedade e nas letras norte-rigrandenses. Aberta a sessão, o Presidente declarou que a havia convocado para que o Instituto deliberasse sobre os seguintes assuntos, conforme fôra anunciado na imprensa local: 1º — participação do Instituto nas homenagens a serem prestadas a Rui Barbosa, no 1º centenario do seu nascimento; 2º.—resolver sobre a comemoração do 350.º aniversario da fundação da Cidade do Natal, a 25 de dezembro proximo futuro; 3.º—inaugurar na galeria do Instituto o retrato do saudoso consocio Desembargador Dionisio Filgueira, ofertado por sua Exma familia. O novo socio dr. José Moreira Brandão Castelo Branco, atualmente nesta cidade, fará uma palestra sobre o "Rio Grande do Norte na cartografia do seculo XVI".—Em seguida, foi lido o expediente que constou do seguinte: — Convite do Egregio Tribunal de Justiça do Estado para o Instituto assistir á sessão magna do centenario do nascimento do Dr. Amaro Cavalcanti; Convite do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, na seção do Rio Grande do Norte para o Instituto assistir a sessão

solene que realizará, em homenagem ao transcurso do 1º Centenario do nascimento de Amaro Cavalcanti; Convite do Exmo. Sr. Presidente do Egregio Tribunal de Justiça do Estado, para o Instituto assistir a sessão solene que o referido Tribunal realizará no dia 1º de novembro, em homenagem ao Centenario do nascimento de Rui Barbosa, na qual será orador o eminente jurista Carvalho Santos; officio do Dr. Desembargador M. Sinval Moreira Dias, comunicando haver prestado o compromisso legal e assumido o exercicio do cargo de Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; circular da Sociedade União Caxeiral de Mossoró comunicando a eleição de sua nova diretoria; proposta dos drs. Camara Cascudo, Luiz Lyra e Otacilio Cavalcanti dos nomes dos snrs. drs. Jordão Emerenciano, Jorge Moreira da Rocha, Gastão Bittencourt, Carlos Olavo e Prof. Mario da Veiga Cabral, para a classe dos socios correspondentes do Instituto. Terminada a leitura do Expediente e passando-se á *ordem do dia*, depois de bem discutidos os assuntos, o Instituto deliberou, por unanimidade, o seguinte: A participação do Instituto nas comemorações do 1º Centenario de Rui Barbosa, em sessão conjunta com a Academia de Letras, sendo orador oficial o dr. Nestor Lima. Ficou tambem assentada a comemoração do 350º aniversario da Cidade do Natal e autorizado o Sr. Presidente a concertar ideias e programas com a Prefeitura e demais instituições que se associarem ás solenidades. O Sr. Camara Cascudo, com a palavra, justificou a proposta que apresentou para socios correspondentes e, ao terminar, requereu dispensa de intersticio para que a mesma fosse votada na presente sessão. Em votação, o requerimento foi unanimemente aprovado. Em discussão e votação, a proposta foi igualmente aprovada por unanimidade. O Sr. Presidente proclamou aceitos socios correspondentes do Instituto, os snrs. drs. Jorge Moreira de

Souza, Jordão Emerenciano, Carlos Olavo, Mario da Veiga Cabral e Gastão de Betencourt, residentes fóra do Estado. Em seguida, foi inaugurado na galeria do Instituto a efigie do saudoso conterraneo desembargador Dionisio Filgueira, ex 1º Vice-presidente, a qual foi ofertada por sua exma. familia, tendo o presidente feito o panegirico do grande e saudoso consocio — Finalmente, foi empossado como socio do Instituto o dr. José Moreira Brandão Castelo Branco, que proferiu erudita conferencia sobre “o Rio Grande do Norte na Cartografia do seculo XVI”, trabalho consciencioso e de alto valor, onde o historiografo patricio revéla o seu acentuado pendor para o genero historico e demonstra a sua variada cultura nesse setor, obtendo ao terminar, calorosa salva de palmas e felicitações de toda a assistencia.

Ata da sessão conjunta solene do dia 10 de novembro de 1949, do Instituto Historico e da Academia Norte-Riograndense de Letras, em homenagem á memoria de Rui Barbosa no transcurso do primeiro centenario do seu nascimento.

Reunidos conjuntamente, para homenagear a memoria de Rui Barbosa, no transcurso do primeiro centenario do seu nascimento, a solenidade contou com o comparecimento de membros dos dois sodalicios, familia, autoridades e outras figuras de destaque da sociedade. Presidiu-a o dr. Paulo de Viveiros, presidente da Academia de Letras, que se achava ladeado pelo desembargador Luiz Lira, vice-presidente deste Instituto Historico, General Fernando Távora, comandante do destacamento de Natal, e os drs. Nestor Lima e Floriano Cavalcanti, oradores da solenidade. Aberta a sessão, o presidente concedeu a palavra ao desembargador Luiz Lira, que, considerou inaugurado, na galeria de honra do Ins-

tituto Historico, o retrato de Rui Barbosa. Em seguida, reboou na sala uma incessante salva de palmas. Após, foi dada a palavra ao dr. Nestor Lima que, durante cinquenta minutos, prendeu a atenção da assistencia, estudando a personalidade de Rui Barbosa, como advogado do Rio Grande do Norte na questão de Grossos. Foi dada, em seguida, a palavra ao dr. Floriano Cavalcanti que, durante uma hora, apreciou Rui Barbosa, sob aspecto diverso, exaltando a sua personalidade como consolidador da Republica, defensor das liberdades publicas, o espirito de Haya e o civilista. Ambos os discursos foram muito applaudidos. Foi encerrada a sessão.

1950 — *Ata da 1ª sessão ordinaria do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, aos catorze dias do mês de janeiro de 1950.*

Sob a presidencia do Sr. Dr. Nestor dos Santos Lima, secretariado pelo dr. Otacilio Cavalcanti e havendo numero legal de socios, foi aberta a sessão. *Atas* — Foram lidas e aprovadas as atas das sessões extraordinaria de vinte e dois de outubro de mil novecentos e quarenta e nove e da solene do dia dez de novembro do mesmo ano, do Instituto Historico, conjuntamente com a Academia Norte-Rio-grandense de Letras, em homenagem á memoria de Rui Barbosa, no transcurso do primeiro centenario do seu nascimento. — *Expediente.* — Foram lidos diversos officios de comunicação e de convites. Exgotada a materia de expediente, o Sr. Desembargador Henrique Jorge Hurley, membro e vice-presidente do Tribunal de Justiça do Pará e igualmente socio deste Instituto, presente á sessão, pediu a palavra para, em nome do ministro José Linhares, oferecer uma fotografia, devidamente autenticada por aquele ministro e com expressiva dedicatória do mesmo, do Sr. Ministro Amaro Cavalcanti. — O Presidente do

Instituto, em seguida, saudou com palavras de muita consideração ao ilustrado consocio visitante, desembargador Henrique Hurley, pondo em destaque os seus trabalhos historicos e corograficos sobre o Amasonas, e demonstrando o alto grau de cultura que possúe e o brilho que dá a nossa terra no grande Estado do Norte. Agradeceu a oferta e declarou o retrato inaugurado na galeria de honra do Instituto, o que se realisou sob calorosa salva de palmas. Além de muitos socios do Instituto, estiveram presentes á sessão, amigos e colegas do des. Jorge Hurley, que foi muito cumprimentado. O Presidente levantou a sessão.

*Ata da sessão magna de aniversario do
Instituto Historico e Geografico do Rio
Grande do Norte, a 29 de março de 1950.*

Sob a presidencia do Sr. Dr. Nestor dos Santos Lima e presentes os consocios drs. Varela Santiago, Antonio Soares de Araujo, Manoel Rodrigues, Lemos Filho e Otacilio Cavalcanti, é aberta a sessão de comemoração do 48º aniversario da fundação do Instituto Historico. — Serviram de secretarios os snrs. Lemos Filho e Otacilio Cavalcanti. *Ata.* — Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. — *Expediente:*— Pelo 1.º secretario foi lido o seguinte:— Balancete da receita e despesa do Instituto Historico, no exercicio de 1949.— Á Comissão de Fazenda e Orçamento. Telegramas nos seguintes termos: “Dr. Nestor dos Santos Lima—Rua da Conceição 573-Natal. — Congratulações vossência 48º aniversario Instituto Historico do Rio Grande do Norte extensivas illustres socios — (a) Fernando Tavora.— “Presidente Instituto Historico — Natal.— Envio congratulações dignos confrades gloriosa data hoje. (a) Aduauto da Camara.” — Terminada a leitura do expediente, o sr. Presidente fez o historico da vida do Instituto, des-

de a sua fundação até aos dias atuaes e disse que nenhuma outra instituição no Estado éra possuidora de maior folha de serviços prestados ao patrimonio historico e geografico do Rio Grande do Norte. Em seguida, foi feito, na forma dos Estatutos, o panegirico dos socios desaparecidos, durante o bienio, dr. Joaquim Inacio Filho, Antonio Carlos Simoens da Silva, Bernardino José de Souza, Manoel Benicio de Melo Filho, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti e Rodolfo Augusto de Amorim Garcia, realçando-lhes os meritos e as virtudes. Ao terminar, congratulou-se o Presidente com os socios e a assistencia seleta, formulando votos de crescentes prosperidades e declarando encerrada a sessão.

Estão conformes.

Secretaria do Instituto Historico, Natal, 31 de julho de 1950.

O 2º secretario,

(a) *Vicente de Lemos Filho.*

NECROLOGIA

DR. JOAQUIM INACIO DE CARVALHO FILHO

(Socio efetivo)

Na madrugada de 9 de junho de 1948, desapareceu, de entre os vivos, na sua cidade natal do Martins, deste Estado, o doutor Joaquim Inacio de Carvalho Filho, antigo magistrado, politico e administrador neste Estado, de saudosa memoria.

Socio efetivo do Instituto Historico, desde 4 de novembro de 1917, era o desaparecido muito respeitado entre nós, pelas altas virtudes que lhe ornavam o carater e a ação bemfazeja em prol dos interesses do Estado e do povo.

O ilustre homem público que desapareceu aos 60 anos de idade, deixou, na sua longa vida, um traço marcante de operosidade sempre posta a serviço da grandeza do Rio Grande do Norte.

Nascido no lugar "Pico Branco", no municipio de Martins, o extinto era filho de Joaquim Inácio de Carvalho e d. Ana Martins de Carvalho, já falecidos. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Recife na turma de 1908, sendo, mais tarde, nomeado promotor público da Comarca de Assú, Juiz Distrital de Jardim do Seridó, Secretario Geral do Estado, nos fins da administração Ferreira Chaves, Juiz de Direito de Caicó e depois de Canguaretama. Em 1924, foi nomeado Diretor da Fazenda e do Tesouro, e vice presidente do Estado, em 1928. Foi eleito deputado estadual às oitava e nona legislatura. No dia 30 de dezembro de 1927, foi nomeado desembargador e posto em disponibilidade no dia

5 de janeiro de 1928. Em 1935, foi eleito Senador Federal.

Membro do Conselho Administrativo do Estado, trabalhou até que lhe foi confiada a organização do Departamento das Municipalidades, do qual foi ele o primeiro Diretor. No Governo Rafael Fernandes, exerceu o cargo de Prefeito da Capital, tendo, por motivo de saúde, deixado o cargo, indo residir em Martins, onde ainda, a pedido de amigos, exerceu o cargo de Prefeito. Pertencia ao Instituto Histórico do Rio Grande do Norte. Diversos são os trabalhos deixados pelo ilustre conterrâneo sobre finanças e administração, todos de comprovado valor. No cooperativismo do Estado teve ação eficiente e proveitosa, pois era um dos maiores incentivadores do movimento naquela época.

Por sua vida de renúncia, o dr. Joaquim Inácio de Carvalho morreu pobre, apesar de haver exercido, durante muitos anos, cargos públicos os mais graduados. A grandeza do seu coração e o seu espírito de caridade não lhe deram oportunidade para juntar fortuna.

Casado em terceiras nupcias com d. Elidia Dias de Carvalho, que lhe sobrevive, do seu consorcio não deixa filhos. São seus irmãos, Antonio Martins de Carvalho e José Inácio de Carvalho, e irmãs, d. Maria de Carvalho Damasceno, viuva do cel. Joel Damasceno, d. Julia de Carvalho Paiva, esposa do sr. João Idalino de Paiva, d. Helena de Carvalho Fernandes, casada com o sr. José Fernandes de Queiroz, d. Adelaide de Carvalho Martins, esposa do sr. Francisco Martins Fernandes e de d. Alzira de Carvalho Vilar, esposa do dr. Jocelin Vilar, atual prefeito de Martins.

O seu sepultamento verificou-se na tarde da-quele dia, com grande acompanhamento de parentes e amigos da família.

— O Governo do Estado baixou um decreto,

considerando de luto oficial, em todo o Estado os dias 9, 10 e 11 do corrente, em homenagem à memória do ilustre morto e do teor abaixo:

DECRETO N.º 1.711, de 9 de Junho de 1948

DECRETA LUTO OFICIAL NO ESTADO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, usando da atribuição que lhe confere o art. 45, item I, da Constituição do Estado.

Considerando que o Dr. JOAQUIM INACIO DE CARVALHO FILHO, falecido hoje, na cidade de Martins, deste Estado, ocupou vários cargos de destaque na administração estadual, inclusive o de Vice-Presidente do Estado, qualidade em que, por três vezes, exerceu a Chefia do Poder Executivo, e nos quais prestou relevantes serviços ao Rio Grande do Norte;

Considerando que, por esses serviços, tornou-se credor do reconhecimento do povo norte-riograndense.

DECRETA:

Artigo único — São considerados de luto oficial em todo o território do Estado, em homenagem à memória do Dr. JOAQUIM INACIO DE CARVALHO FILHO, os dias 9, 10 e 11 do corrente; revogadas as disposições em contrário.

Natal, 9 de Junho de 1948, 60.º da Republica.

JOSÉ AUGUSTO VARELA

Custódio Toscano.

De «A Republica», de 16 de Junho de 1948.

DR. ANTONIO CARLOS SIMOENS DA SILVA

(Socio correspondente)

Em consequência de um grave acidente, faleceu, a 7 de Dezembro de 1948, no Hospital do Pronto Socorro, no Rio de Janeiro, o ilustre dr. Antonio Carlos Simoens da Silva, grande estudioso da história e etnografia, nome vastamente conhecido em nossos círculos culturais. Apaixonado pelo nosso passado, desde a adolescência manifestára seus talentos de colecionador, entregando-se a pesquisas inteligentes e bem orientadas, daí resultando a fundação do "*Museu Simons da Silva*", exclusivamente devido à sua iniciativa e mantido pelo seu patriotismo. Trata-se de uma instituição presada pelos nossos estudiosos, funcionando em sua própria residência, e custeada inteiramente de sua bolsa. Era êle um brasileiro viajadissimo. Conhecia o Brasil todo e quase todos os quadrantes da Terra. Publicou numerosos trabalhos do mais palpitante interesse científico. Traçando-lhe o elogio na Academia Brasileira de Letras, por ocasião de seu passamento, o historiador Gustavo Barroso acentuou que "êle reuniu, em seu Museu particular, precioso acervo de documentos históricos, digno do apreço e admiração dos competentes". Durante nove anos, presidiu o Instituto Geografico Fluminense. Pertencia a numerosas sociedades scientificas nacionais e estrangeiras, entre elles o do Rio Grande do Norte, onde foi aceito a 21 de Abril de 1918.

O dr. Antonio Carlos Simoens da Silva nasceu no Rio de Janeiro, em 20 de Julho de 1871, na rua D. Mariana, em Botafogo, aberta em propriedade de parentes seus. Entronca-se, pelos seus ancestrais paternos e maternos em importantes familias do Império. Era filho do desembargador Antonio Simões da Silva, moço fidalgo da Casa Imperial, e de Mariana Delfim Pereira, filha dos Barões de Sorocába,

meta dos 1.^{os} Viscondes de Castro, irmã da Marquesa de Santos e cunhada do Barão de S. Nicolau.

Formou-se em Direito na Faculdade de S. Paulo, tendo exercido a advocacia no Rio. Seu desaparecimento foi provocado pela queda desastrada de uma escada, tendo sofrido fratura do crâneo. Finou-se aos 77 anos, tendo sido sepultado no cemitério de S. João Batista.

Deixou o dr. Simons da Silva cinco filhos:— Lourival, viuvo, sem sucessão, funcionário da Caixa Econômica Federal; Esmeralda, casada; Pérola, casada; Turquesa e a professora Safira Simoens da Silva. (A. da C).

MINISTRO BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA

(Socio correspondente)

Faleceu, no Rio de Janeiro, em sua residencia á Rua Candido Gafrée, 196, Urca, o eminente consocio Ministro Bernardino José de Souza, membro do Tribunal de Contas da Republica e socio correspondente do Instituto, a contar de 19 de dezembro de 1915.

O tristissimo acontecimento, que enlutou a alma nacional, ocorreu a 12 de janeiro de 1949 e trouxe um grande pesar para quantos tiveram a fortuna de conviver com o ilustre desaparecido, em qualquer das etapas da sua longa e brilhante vida publica toda dedicada ao serviço da Patria.

“Havendo nascido em fevereiro de 1884, no Engenho da Murta, Municipio de Vila Cristina, em Sergipe, filho do casal Otavio de Souza Leite e Philomena Maciel de Faria, Bernardino José de Souza fez seus primeiros estudos na propria fazenda, matriculando-se depois no famoso Colegio Carneiro Ribeiro, na Baía, onde concluiu o curso de humanidades. Com 20 anos bacharelou-se em Direito tambem na Baía, havendo sido orador da turma, em vir-

tude de seu brilhante curso e apreciáveis dotes oratórios.

Abraçando a carreira do magisterio, lecionou em sua terra natal e na Baía, adquirindo renome pela sua variada e profunda cultura, ensinando Geografia, Historia do Brasil e Universal, Cosmografia e Inglês. Em 1908, prestou concurso de Direito Internacional Público, na Faculdade de que fora aluno, para substituto da 2.^a seção. Mais tarde, lecionou Economia Política e Finanças, Direito Civil, Direito Privado Internacional, Direito Constitucional, Direito Administrativo e Ciencia de Administração.

Em 1915, lecionou a cátedra de Historia Universal no então Ginasio da Baía, educandario oficial do Estado, regendo tambem as cadeiras de Geografia, Historia do Brasil, Gramática Histórica, Pedagogia e Literatura.

Ingressando nas lides políticas, foi eleito deputado estadual em duas legislativas de 1905 a 1908. Em 1925, foi nomeado diretor do Ginasio da Baía e posteriormente, da Faculdade de Direito, em Salvador. Na Administração Pública ocupou, ainda, efetivamente, os cargos de secretario do Interior, Justiça, Instrução, Saude, Assistencia Pública e interinamente da Agricultura, Comercio, Industria, Viação e Obras Públicas. Fez parte, tambem, da Câmara de Reajustamento Econômico, no Rio, da qual mereceu o título permanente de presidente honorario. Em 1937, foi nomeado ministro do Tribunal de Contas, cargo em cujo exercicio se encontrava.

Possuidor de vasto saber, dedicando-se ao estudo de todos os ramos da cultura, pertencia a todos os Institutos Históricos e Geográficos do país á Universidade de Manaus, aos Institutos de Arqueologia de Pernambuco e Alagoas, das Academias Baiana, Amazonense e Alagoana de Letras, da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, e de muitas outras instituições culturais do país e do estran-

geiro. Também militou na imprensa, tendo dirigido a «Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Baía» e a publicação dos estudantes baianos, denominada «O Acadêmico» tendo também colaborado no «Jornal de Notícias», «Diário da Baía», «Via Lactea» e outros órgãos da imprensa baiana e de todo o país. De sua autoria são também os Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia, constantes de dois grandes volumes com 1.879 páginas.

Bernardino de Souza publicou um «Dicionário da terra e da gente do Brasil», bem como, entre outros os seguintes trabalhos: «Nomenclatura geográfica e peculiar ao Brasil, memória apresentada ao I Congresso Brasileiro de Geografia no Rio de Janeiro em 1909. «Limites do Brasil» (1911); «Barão do Rio Branco» (1912); «Corografia do Estado do Piauí» (1912); «Por mares e terras»; «Leituras Geográficas» (1913); «A Ciência Geográfica, seu conceito e suas divisões» (1920); «A Baía», (1916); «Nomenclatura Geográfica, peculiar ao Brasil», (segunda edição, 1917); «O Município de Abadia» (1922); «Joana Angélica, a primeira heroína da Independência do Brasil» (1922); «Onomástica Geral da Geografia Brasileira», (1927); «Heroínas Baianas: Joana Angélica, Maria Quitéria, Ana Neri» (1936); «O Pau Brasil na História Nacional».

A sua obra talvez mais notável, ainda inédita e em que consumiu longos anos de trabalho, é «O ciclo do carro de boi no Brasil», que encerra um completo estudo da evolução da vida rural brasileira, constituído de mais de oitocentas páginas, com fotografias, desenhos e mapas.

Bernardino de Souza deixou viúva a Sra. Maria Luiza Carneiro de Souza, e os seguintes filhos: Maria Berenice Carneiro de Souza, funcionária do ONU nos Estados Unidos; Celene Maria de Souza Medei-

ros, poetisa casada com o Sr. José Cruz Medeiros, e o engenheiro Syndoro Carneiro de Souza, do Conselho de Aguas e Energia Elétrica.

O sepultamento do ilustre morto foi realizado no cemiterio de São João Batista, saindo o féretro da rua Gaffré Guinle, número 196, na Urca às 16 horas.

Da «Noite», do Rio.

DES. MANOEL BENICIO DE MELO FILHO

(Socio efetivo)

Dentre as grandes perdas, que sofreu o Instituto Historico, no trienio em curso, destaca-se a personalidade do desembargador Manoel Benicio de Melo Filho, membro aposentado do Egregio Tribunal de Justiça do Estado e nosso confrade efetivo desde 27 de março de 1927.

Foi uma enorme perda para as nossas letras juridicas e para a sociedade em geral esse doloroso acontecimento, que, apesar de esperado em face do longo martirio de quase quatro anos do seu sofrimento, não surpreendeu, mas comoveu profundamente, a alma da nossa gente, que nele se habituara a ver um grande juiz e um carater integro, a serviço da causa publica a que consagrou todas as energias de que dispunha.

«Nascido na cidade de Mossoró em 1886, ali fez o seu curso de humanidades no Colégio 7 de Setembro, curso que completou, mais tarde, com a prestação dos exames parciais no Ateneu Norte Rio-grandense.

«Em 1905, tendo ingressado nos serviços da repartição dos Correios e Telegrafos, foi residir em Campo Grande, no Estado do Ceará, de onde foi, em principios de 1906, transferido para a estação te-

legráfica de Fortaleza e logo depois, desta, para a de São Pedro de Ibiapaba. Em 1908, foi novamente servir em Fortaleza, em cuja Faculdade de Direito veio a se formar no ano de 1910. Em 1911 foi removido para a estação telegráfica de Mossoró, aí se demorando até fins de 1918, ano em que foi designado para servir na estação de Natal.

«Durante o tempo em que serviu na estação telegráfica de Mossoró, exerceu naquela cidade advocacia.

«Em 1914 casou-se com d. Adelia de Couto e Melo, sendo no ano de 1918 exonerado a pedido do cargo de telegrafista, para ingressar na magistratura do Estado, tendo sido logo nomeado juiz distrital de Jardim do Seridó, funções que exerceu até o dia 7 de janeiro de 1920, por ter assumido, no dia imediato, o cargo de juiz de direito daquela comarca.

«No ano de 1920, casou-se em segundas núpcias com d. Ana Tereza da Cunha Melo, filha do cel. Florentino de Azevedo Cunha e de sua esposa d. Olinta Etelvina da Cunha.

«De setembro de 1926 a dezembro de 1927, exerceu em comissão, no governo do sr. José Augusto Bezerra de Medeiros, o cargo de diretor geral do Departamento da Segurança Pública, neste Estado. Em 1927 elaborou um projeto regulamentando os serviços do Departamento da Segurança Pública, bem como um outro de codificação do processo penal, os quais foram desde logo convertidos em lei. Em janeiro de 1928, foi nomeado desembargador, membro do Superior do Tribunal de Justiça do Estado e do qual foi presidente, no Governo do sr. Juvenal Lamartine de Faria, no exercício de cujas funções permaneceu até 19 de janeiro do corrente ano, data em que se aposentou.

«Na Interventoria do comandante Herculino Cascardo, em 1931, quando o Estado se encontrava

em atrazo para o funcionalismo, o desembargador Manoel Benicio de Melo Filho propôs receber os seus vencimentos com desconto de 10⁰/₀ em favor do Estado, o que foi aceito, pela Interventoria, sendo descontada a importancia no período de fevereiro a setembro do ano de 1931.

«Em sessão do Tribunal de 29 de dezembro de 1943 foi eleito Presidente, por votação de 3x2, tendo passado em janeiro de 1944 o cargo a seu substituto legal. Em sessão de 24 de setembro de 1946, em face da nova constituição, foi eleito suplente do Tribunal Regional Eleitoral.

«A sua aposentadoria lhe foi concedida por contar mais de trinta anos de serviço público, de acordo com o art. 57 item I in-line da Constituição do Estado.

«O extinto deixa viuva d. Ana Tereza da Cunha Melo e dois filhos do segundo matrimonio, srs. Arnobio da Cunha Melo, funcionario do Banco do Brasil nesta capital e Florentino da Cunha Melo, lente do Colégio Estadual e do Ginasio 7 de Setembro.

«São seus irmãos srs. Mirabeau da Cunha Melo, funcionario dos Correios e Telegrafos, Newton da Cunha Melo, residente na Capital Federal, Mucio da Cunha Melo, dentista nesta cidade, Moacir da Cunha Melo, funcionário dos Correios e Telegrafos em Mossoró, Murilo da Cunha Melo, funcionario federal, servindo na Base Aérea de Natal. São irmãs sras. Marcilia Cunha Melo, residente no Rio de Janeiro, Marcia da Cunha Melo, residente em Salvador, Maurina da Cunha Melo Pereira, esposa do sr. Santos Pereira, funcionário dos Correios e Telegrafos, Mizia da Cunha Melo, residente em Fortaleza.

«O sepultamento de seus restos materiais verificou-se na tarde de 17 Julho, no Cemitério do Alecrim, com grande acompanhamento.

«Ao baixar o ataúde à sepultura discursou o sr.

Nestor Lima, presidente do Instituto Historico, em nome daquela entidade, o sr. Claudionor de Andrade, em nome do Instituto da Ordem dos Advogados, estudante Manoel de Medeiros Brito, em nome dos amigos de Jardim do Seridó e o desembargador Antonio Soares, presidente do Tribunal de Justiça.

«Estiveram presentes ao enterro altas autoridades civis, militares e eclesiasticas, advogados, médicos, jornalistas, representantes de classe e da imprensa e numerosos amigos.

«Diversos predios públicos hastearam bandeira em sinal de luto, entre êles o Instituto Historico, a Ordem dos Advogados, o Departamento da Educação, o Tribunal e a Camara Municipal».

Como homenagem especial do Instituto Historico, á beira do tumulo, disse o nosso confrade presidente as seguintes palavras:

«Senhores:

É certamente um penoso dever da nossa vida trazer á definitiva morada aqueles que viveram e trabalharam conosco.

Hora presaga, instante difficil, occorrença sempre desagradavel essa do adeus eterno aos amigos e companheiros, que se vão na jornada da Morte.

Não ha coração que resista insensivel a essa conjuntura, peito que se não afogue nas lagrimas, espirito que se não conturbe e comova, num momento como este, que estamos vivendo ou assistindo, do desaparecimento de uma das mais nobres figuras do nosso meio intelectual e judiciario, das rodas sociaes e dos embates da cultura, que, em vida, se chamou—**MANOEL BENICIO DE MELO FILHO**.

Descubramo-nos, senhores, deante desses despojos veneraveis, e, reverenciemos, de alma contrita, a memoria do magistrado e do intelectual, ora

desaparecido, ainda em plena capacidade de força e produção mental.

O Desembargador Manoel Benicio de Melo Filho fazia parte da minha geração; era do meu tempo, nascêra no meu decênio, perlustrára conosco os passos da formação. Com Joaquim Inacio, Meton, seu irmão, Tomaz Salustino, Felix Bezerra e Silvino Neto, andavamos sempre juntos nas éras dos estudos secundarios, pelo Ateneu, aqui, no Colegio Antonio Gomes, em Mossoró.

Conheci-o, em 1904, no Ateneu, com a turma dos estudantes daquele colegio sertanejo, sob as vistas do seu dedicado diretor: Antonio Gomes de Arruda Barreto.

Mais tarde, na vida publica: ele juiz, chefe de Policia, desembargador; eu professor, diretor de Escola e de Educação, procurador geral do Estado.

Sempre amigos, sempre respeitosos um ao outro.

Ele subiu, atuou, brilhou na Egrégia Instancia. Presidiu-a, iluminou-a, deu-lhe o melhor dos seus conhecimentos, a maior porção do seu saber e da sua integridade.

Eu fiquei no pretorio, como advogado, recebia as suas decisões, acatava os seus arestos, porque sabia que eram dados de boa fé. Não lhe descobria laivos de maldade ou prevenção contra os meus constituintes, e, muito menos, contra mim.

Certa vês, foi uma causa minha vinda do Ceará-mirim, distribuida ao Des. Benicio; tinhamos sentença contrária. Correram boatos malévolos. O constituinte correu á nossa casa, assombrado com os boatos de que já perdêra a demanda. Tranquilei-o; a causa não estava em pauta; ele era o Relator. Fosse tranquilo, que o seu direito seria proclamado. Menos de vinte dias depois, o relator reformava a sentença e nos dava ganho de causa. Fôra decisão unanime, graças a Deus.

Apagou-se este fanal da justiça. Ha quatro anos, imobilizára-o já a molestia que o vitimou.

Curtiu no leito da dôr um longo espaço de tempo. Sofreu como um Job, resignado como um martir ou um Santo.

A morte já lhe seria alivio.

«—Só eu não môrro», dizia ele, ha poucos dias, ao mano Mirabeau, que lhe acompanhava a triste trajetoria.

Deus se apiedou do seu martirio e abreviou-lhe a agonia. Morreu como um justo.

Bemaventurados os que padecem com resignação. Mostram a grandêsa de sua alma, a conformação dos santos e dos eleitos da Gloria celestial.

O Instituto Historico e Geografico, pela minha palavra incolor, vem trazer ao companheiro e ao amigo a sua derradeira homenagem.

Ha vinte e dois anos que ele convivia conosco, nas lides da nossa Historia. Confraternizava, assíduo às sessões, enquanto teve saúde e lazer. Era o adjunto de Orador, ainda reeleito na assembleia geral deste bienio, até 1951. Discutia, aconselhava, resolvia com acerto e prudencia.

A sua falta será grande, o seu vácuo é difficil de preencher. Era um confrade dedicado e solícito.

Si notavel foi como magistrado, não menor teria sido como homem de pensamento, como intelectual, como orador, de lindas orações, ou belos remígios.

Mas, tinha um grave defeito, nos tempos atuais: era de uma modestia irreductível. Ninguem o arrastava á tribuna, sem imensa dificuldade.

Certa vês, no quadrienio José Augusto, quando juntos serviamos á causa publica, ele, no setor da ordem social, eu, nas lides da educação, foi-lhe designada uma oportunidade para produzir um discurso. Era no Palacio do Governo: falou e deslum-

brou. Todos lhe gabaram a faculdade magnífica, a eloquência, o donaire, a tonalidade da vós, a elegância dos conceitos, a belêsa do gesto. Foi um triunfo. Quando lhe apertei a mão, após o discurso, desfazia-se em suores frios, estava quase desfalecido. O esforço mental lhe arrazára o organismo, desacostumado a essas exhibições.

Mas, ficou a fama do Orador, que nunca mais appareceu, senão nos votos do Pretório Augusto, onde pontificou, cerca de Vinte anos.

Aqui terminâmos: Praza aos Ceus, Benicio amigo, receber a tua alma e dar-lhe o devido premio, porque foste na Vida um Bom, um Justo e um Digno exemplar de cidadão, de Juiz e de Pae de Familia. Adeus, meu amigo.»

DR. PEDRO CELSO UCHÔA CAVALCANTI

(Socio correspondente)

Na Cidade do Recife, Estado de Pernambuco, finou-se a 6 de novembro de 1949, o eminente professor Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, catedratico aposentado do Ginasio Pernambucano e notavel homem publico.

Nascido a 6 de abril de 1864, na cidade do Cabo, daquele Estado, formou-se em direito na Faculdade do Recife e foi nomeado, em virtude de concurso, professor de Inglês do Ginasio Pernambucano, em 1886, transferindo-se depois para a cadeira de alemão do mesmo estabelecimento.

Conservou-se no magisterio publico durante quarenta anos, lecionando tambem em Colegios particulares, especializando-se em linguas vivas, notadamente em inglês, francês, italiano, espanhol e alemão.

Foi, durante dez anos, diretor do Ginasio, tam-

bem secretario da Educação, interino. Representou o seu Estado em varios Congressos de Geographia, na Baía, Minas, Espirito Santo e Rio. Presidiu o 4º Congresso, em Recife. Presidente da Liga Brasileira contra o Analfabetismo.

Como presidente do Instituto Archeologico Pernambucano, dirigiu e presidiu as grandes comemorações do 1º Centenario da Revolução de 1817. Passou, depois, a Presidente honorario do mesmo Instituto. Eleito para a Academia Pernambucana de Letras, não chegou a tomar posse da sua cadeira.

Escreveu varias poesias, conferencias e discursos. Traduziu para o vernaculo o livro de Hermann Watjen: — “O Dominio holandês no Brasil”, (Coleção Brasiliana, vol. 128, serie 5ª).

O dr. Pedro Celso Uchôa Cavalcanti deixou numerosa e illustre prole, do seu consorcio com a D. Maria da Conceição Uchôa Cavalcanti, que lhe sobrevive, e realisado em 1888. Desse consorcio houve 17 filhos, dos quaes se crearam 14 e apenas 12 sobrevivem.

São eles: — D. Maria Evangelina Uchôa Cavalcanti, falecida a 26 de dezembro de 1948; Adolfo Celso Uchôa Cavalcanti, casado com D. Maria Amelia Uchôa Cavalcanti e falecido a 7 de fevereiro de 1949. Foi secretario de Justiça no Governo do dr. Carlos de Lima, interventor federal interino, deputado federal por Pernambuco e livre docente da cadeira de “Introdução á Ciencia do Direito”, na Faculdade do Recife; D. Francisca de Assis Uchôa Cavalcanti, uma das diretoras do Colegio Eucaristico do Recife; D. Maria do Carmo Lins e Silva, casada com o dr. Raul Lins e Silva, ex-magistrado no Maranhão e atualmente funcionario aposentado do Banco do Brasil, tendo havido do seu consorcio doze filhos, entre os quaes o dr. Evandro Lins e Silva, advogado criminal no Rio; Dr. Antonio Celso Uchôa Cavalcanti, casado com D. Evangelina Maia Caval-

canti, engenheiro aposentado no Estado de Pernambuco; Dr. Alvaro Celso Uchôa Cavalcanti, casado com D. Hersilia Gondim Uchôa Cavalcanti, e professor da Escola de Engenharia de Pernambuco, com dois filhos do seu casal; José Celso Uchôa Cavalcanti, funcionario do Instituto "Felix Pachêco", do Distrito Federal; Coronel Luis Celso Uchôa Cavalcanti, engenheiro militar, ex-diretor do Arsenal de Guerra; Dr. Carlos Celso Uchôa Cavalcanti, casado com d. Nice Leite Uchôa Cavalcanti, medico da Caixa de Aposentadoria da Central do Brasil, em São Paulo; D. Maria Celina Cavalcanti Carneiro Leão, com cinco filhos, casada com o Dr. José Marques Carneiro Leão, que é dentista em Recife; Dr. João Celso Uchôa Cavalcanti, casado com d. Nair Belo Uchôa Cavalcanti, medico da Policia do Distrito Federal; Dr. Alcenôr Celso Uchôa Cavalcanti, casado com D. Gilda de Seixas Uchôa Cavalcanti, diplomado em direito e funcionario do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancarios, no Rio, com dois filhos; Dr. Paulo Celso Uchôa Cavalcanti, casado com d. Lucia Tiradentes Uchôa Cavalcanti, é medico da Prefeitura do Distrito Federal e D. Asta Celso Uchôa Cavalcanti, hoje Irmã Teresa Margarida, da Ordem das Carmelitas.

O dr. Pedro Celso entrou para o quadro dos nossos consocios a 19 de novembro de 1950. (A. da C).

DR. RODOLFO AUGUSTO DE AMORIM GARCIA
(Socio Honorario)

Outra grande perda sofreram as letras historicas nacionais com o falecimento a 18 de novembro de 1949, no Rio, do dr. Rodolfo Augusto de Amorim Garcia, diretor geral aposentado da Bibliotéca Nacional, membro efetivo da Academia de Letras, na cadeira de F. A. Varnhagen e socio honorario do nosso

Instituto, eleito em sessão de 29 de março de 1937, por unanimidade de votos.

O grande patricio, ora desaparecido, deixou de sua passagem na terra um traço luminoso e imprecível da sua operosidade e da sua cultura invulgar, em assuntos historicos e que o sagraram um digno continuador de seu patrono, Capistrano de Abreu, Rio Branco, Rocha Pombo e outras autoridades indiscutíveis na Historia do Brasil.

Rodolfo Garcia nasceu no Engenho do Meio, em Ceará-Mirim, a 26 de maio de 1873, filho do dr. Augusto Carlos de Amorim Garcia e d. Maria Augusta, neto paterno de José Alexandre de Amorim Garcia e de d. Rita Antunes de Amorim Garcia e neto materno do dr. Braz Carrilho do Rego Barros e de d. Emilia Carrilho de Revorêdo Barros. Educou-se no Recife, onde se bacharelou na turma de 1908, sendo seus colegas os conterraneos Joaquim Inácio Filho, Manuel Cicero Rodrigues, Miguel Ferreira de Castro e Nestor Lima. Cursara a Escola Militar, deixando-a em 1895. No Recife, ensinava em varios colegios. Ffixou-se no Rio de Janeiro em 1913, pertencendo a muitas instituições eruditas, graças ao nome illustre que fizera na capital pernambucana, pertencente ao grupo de Alfredo de Carvalho e Pereira da Costa. Em 1930, foi nomeado diretor do Museu Historico e, dois anos depois, para o cargo de Diretor da Biblioteca Nacional, função em que se aposentou por limite de idade. Desde 1921, pertencia ao Instituto Historico Brasileiro e foi o primeiro norte riograndense eleito para a Academia Brasileira de Letras, em agosto de 1934, na vaga do historiador Rocha Pombo e justamente na cadeira n.º 39, de que Varnhagen é patrono. O interventor Mario Camara, atendendo a uma solicitação de escritores em Natal ofereceu a Rodolfo Garcia, em nome do Rio Grande do Norte, o fardão academico para a sua posse festiva na noite de 13 de abril de 1935. Os princi-

pais trabalhos de Rodolfo Garcia são: DICIONARIO DE BRASILEIRISMOS, (Peculiaridades Pernambucanas,) 1915, NOMES DE AVES EM LINGUA TUPI, 1929, RIO DE JANEIRO EM 1833 CONFORME A DESCRIÇÃO DE OTTO KOTZEBUE, 1916, O DIARIO DO PADRE SAMUEL FRITZ, 1916, PETIÇÃO DE SYRMÃO ESTACIO DA SILVEIRA, CAPITANIA DE PERNAMBUCO NO GOVERNO DE JOSÉ CESAR DE MENEZES 1574-1787. ESTABELECIMENTO DE MAZAGÃO DO GRÃO PARÁ, BIBLIOGRAFIA GEOGRAFICA BRASILEIRA, TRES MAPAS QUINHENTISTAS, todos na revista do Instituto Historico Brasileiro, NOMES GEOGRAFICOS PECULIARES AO BRASIL na Revista de Lingua Portuguesa, vol-III, HISTORIA DAS EXPLORAÇÕES CIENTISTAS, monumental trabalho constituído o cap. XXV do Dicionario Historico, Etnografico do Brasil, assim como o não menos erudito ETNOGRAFIA INDIGENA, Cap. X da mesma publicação, GLOSSARIO DAS PALAVRAS E FRASES DA LINGUA TUPI contidas no livro do padre Claude d'Abbeville, publicado na revista do Instituto, separata, e premiado pela Academia Brasileira de Letras, ENSINO BIO-BIBLIOGRAFICO SOBRE FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN, VISCONDE DE PORTO SEGURO, publicado em jornais e apenso ao termo II da HISTORIA GERAL DO BRASIL, TRATADOS DA TERRA E DA GENTE DO BRASIL, do padre Fernão Cardim, introdução e notas de Rodolfo Garcia, CARTA DO BRASIL, do padre Manuel da Nobrega, introdução e notas, a primeira em 1925 e esta em 1927, DIALOGOS DAS GRANDESAS DO BRASIL, notas, primorosas anotações, em 1930, notas minuciosas á PRIMEIRA VISITAÇÃO DO SANTO OFICIO AS PARTES DO BRASIL, Denunciações de Pernambuco, 1593-1595, 1929 e as anotações á HISTORIA GERAL DO BRASIL, cinco volumes, a mais erudita e perfeita na fase historica estudada.

Muitos são os trabalhos outros de Rodolfo Garcia, separatas dos ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, onde sua direção foi magistral e preciosa para a cultura nacional, fazendo publicações esplendidas, como os livros de Jabotão, Borges da Fonseca, Maria Granham, Marrocos, amplissima documentação sobre a Cisplatina, revoluções da Bahia e do Rio G. do Sul (Farrapos), etc.

Rodolfo Garcia deixou quatro filhos. Aos norte riograndenses que tiveram a honra de sua amizade sempre prometia uma visita á terra Natal. Não lhe foi possivel cumprir a promessa. Ficará o nome que é alto e digno de todas as admirações e merecedor de todas as homenagens.

Varias e sentidas homenagens lhe foram prestadas, nesta capital, sobresaindo as do Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa, Camara de Vereadores e Instituto Historico, em cujos recintos foram proferidas sentidas e justas palavras de preito ao morto illustre. (R.)

DR. MANOEL TAVARES CAVALCANTI

(Socio correspondente)

Finou-se, no Rio, em dias de abril deste ano (1950), o ilustrado consocio correspondente, dr. Manoel Tavares Cavalcanti, que fazia parte do nosso quadro social, desde a realização do Congresso de Geografia da Paraíba.

O saudoso confrade, ora desaparecido, nasceu a 16 de agosto de 1881, em Alagôa Nova, no Estado da Paraíba e era filho do dr. João Tavares de Melo Cavalcanti e de D. Maria das Neves Araújo Cavalcanti, já desaparecidos tambem.

Com estudos primarios em Alagôa Nova, secundarios no Liceu Paraibano e superiores na Faculdade de Direito do Recife, Pernambuco, bacha-

relou-se em 1901 e obteve o premio de viagem á Europa, como primeiro aluno da sua turma.

Era funcionario publico. Advogado no Estado da Paraiba, professor da Escola Normal e do Liceu Paraibano, desde 1904, diretor da Instrução Publica, (1913-1916), Chefe de Policia (1917-1920), Deputado Estadual (1907), Deputado Federal (1909-1911 a de 1921-1922), lider da bancada na Camara, Senador, em 1930, não reconhecido, Escrivão do Juizo de Menores do Distrito Federal (1931-1943), exercia, ao tempo de sua morte, o cargo de inventariante judicial do Distrito Federal, desde 1943.

Foram-lhe confiadas diversas importantes comissões, como representante da Paraiba no Conselho Nacional de Geografia e Estatistica, em Congressos de Geografia e ensino, na Conferencia de Limites Interestaduaes (1919-1920) e na Conferencia Internacional de Americanistas (1922). Pertencia ao Instituto Historico Brasileiro, aos da Paraiba, Rio Grande do Norte e outros.

Escreveu "Historia da Paraíba" e outros trabalhos.

Deixa viuva D. Carlota Niederauer Tavares Cavalcanti e seis filhos.

O Dr. Manoel Tavares era uma figura inconfundivel no cenario intelectual da Paraíba, a que serviu muitos anos, antes de transferir-se para o Rio, onde o colheu a morte, nos começos de abril deste ano. (N. L.)

INDICE

— DOS —

VOLUMES XLV A XLVII

— DA —

Revista do Instituto Historico e Geografico

| AUTORES | EPIGRAFES | PAGINAS |
|--------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|---------|
| Nestor Lima— | SOBRE A FORTALÊSA DOS REIS MAGOS | 5 |
| José M. B. Castelo Branco— | O RIO GRANDE DO NORTE na Cartografia do Seculo XVI | 21 |
| Nestor Lima— | EM MEMORIA DO PADRE MIGUELINHO | 51 |
| Luis da Camara Cascudo— | SÍMBOLO JURIDICO DO PE- LOURINHO | 67 |
| Nestor Lima— | AMARO CAVALCANTI | 87 |
| Adauto da Camara— | GUERRA DO PARAGUAI | 111 |
| Nestor Lima— | GROSSOS E RUI BARBOSA | 117 |
| Adauto da Camara— | NOTAS HISTORICAS | 133 |
| Nestor Lima— | O MONUMENTO DA CIDADE | 141 |
| Adauto da Camara— | O BARÃO DE POTENGI | 151 |
| Moreira Brandão Sobrinho— | ÁS MARGENS DO POTENGI | 155 |
| Adauto da Camara— | O TUMULO DE NISIA FLORESTA | 159 |
| Redação— | INSTITUTO HISTORICO: Juisos de Imprensa | 167 |
| Nestor Lima— | RELATORIO DA PRESIDENCIA DO INS- TITUTO HISTORICO | 171 |
| Vicente de Lemos Filho— | RESUMO DAS ATAS das princi- pais sessões do Instituto, anos de 1948-1950 | 175 |
| Diversos— | NECROLOGIA: | |
| Dr. Joaquim Inacio Filho | | 187 |
| Dr. Antonio Carlos Simoens da Silva | | 190 |
| Ministro Bernardino José de Souza | | 191 |
| Des. Manoel Benicio de Melo Filho | | 194 |
| Dr. Pedro Celso Uchôa Cavalcanti | | 200 |
| Dr. Rodolfo Augusto de Amorim Garcia | | 202 |
| Dr. Manoel Tavares Cavalcanti | | 205 |
| Indice | | 207 |

QUADRO DE HONRA

das instituições, firmas e pessoas que contribuíram para as despesas da limpeza interna e externa do prédio-sede do Instituto Histórico, em julho-agosto de 1949:

| | |
|---------------------------------------------------|----------------|
| Dr. Aduino Miranda Raposo da Camara, Rio.... | Cr\$ 1.000,00 |
| João Dionisio Massena, Natal | Cr\$ 1.000,00 |
| Sergio Sevéro, Natal | Cr\$ 300,00 |
| Casa Bancaria Norte-Rio-Grandense | Cr\$ 1.000,00 |
| M., Martins & C., Natal | Cr\$ 1.000,00 |
| José Rebouças de Lima, Natal | Cr\$ 1.000,00 |
| Banco do Rio Grande do Norte, S/A. Natal | Cr\$ 1.000,00 |
| Academia de Letras, Natal | Cr\$ 1.000,00 |
| Sociedade algod. do Nordeste Brasileiro "Sanbra". | Cr\$ 500,00 |
| Exportadora Dinarte Mariz, S/A., Natal..... | Cr\$ 1.000,00 |
| Anderson, Clayton & C., Lta., Natal | Cr\$ 500,00 |
| Banco do Ponso, S/A., Natal | Cr\$ 500,00 |
| SOMA | Cr\$ 9.800,00 |
| Pago ao empreiteiro Manoel Felipe Beserra | Cr\$ 11.000,00 |